

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

O PODER DO DISCURSO

As Condições Sociais de Emergência do Agricultor
Familiar como Sujeito Propositivo

NERIZE LAURENTINO RAMOS

Campina Grande
1999

DIGITALIZAÇÃO:

SISTEMOTECA - UFCG

UFPB - BIBLIOTECA - CAMPUS II	
4197	24-06-99

Ficha Catalográfica

R 175p

Ramos, Nerize Laurentino

O Poder do Discurso: as condições sociais de emergência do agricultor familiar como sujeito propositivo. Campina Grande: UFPB / Mestrado em Sociologia Rural, 1999. 170p

Dissertação (mestrado) UFPB / Sociologia Rural

1. Movimentos Sociais 2. Poder local 3. Discurso (sociologia) 4. Discurso propositivo 5. Clientelismo

I. Título

CDU:304

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

O PODER DO DISCURSO

As Condições Sociais de Emergência do Agricultor
Familiar como Sujeito Propositivo

Dissertação apresentada ao
Programa do Mestrado em
Sociologia Rural, em cumprimento
às exigências para obtenção do
grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz
de Albuquerque Júnior

Campina Grande
1999

NERIZE LAURENTINO RAMOS

O PODER DO DISCURSO

As Condições Sociais de Emergência do Agricultor
Familiar como Sujeito Propositivo

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior
Orientador

Profa. Dra. Maria do Livramento de Miranda
Examinadora

Prof. Dr. Luis Francisco Dias
Examinador

Campina Grande
1999

O PODER DO DISCURSO

As Condições Sociais de Emergência do Agricultor

Familiar como Sujeito Propositivo

"Gracias a la vida que me ha dado tanto"
(Violeta Parra)

A Mateus Henrique, meu filho, 04
anos : "brinca com eu mãe", que
mesmo sem poder escolher, teve de
conviver com a falta de colo.

AGRADECIMENTOS

"Deixei no esconderijo do meu coração

Uma porção de bem-me-quer

Sabiãs, bentevis, esperanças

Um bocado de beijos e um riacho

Deixei no abrigo do meu coração

Uma canção para toda vida

Arranhões, abraços e uma despedida"

(Sueli Costa / Paulo Emílio)

A espiritualidade que cultivo me ensinou, e nisso sou sempre uma aprendiz, que Deus está presente nas pequenas e grandes coisas: na solidariedade persistente, no trabalho incansável, no encontro com o outro. Sinto-me feliz por poder agradecer a ti, Senhor da vida, do amor, da justiça.

Sempre sonhei com um tempo especial na hora de agradecer, no entanto, não está sendo assim. O corre-corre desse período final é quase inevitável. Tento ser sucinta como manda o "figurino" e, nesse momento, lembro apenas aqueles amigos, amigas, familiares, que compartilharam mais diretamente desse processo de construção de uma dissertação.

Aos primeiros homenageados deste esforço: meus familiares. O amor gratuito nos une e, sem ele, as dificuldades seriam multiplicadas. A guerreira "Dona Adalgiza", minha mãe, que, como uma leoa, soube defender o direito das filhas mulheres de estudar. "Seu Severino (Biu)",

meu pai - in memoriam - aos irmãos (a): Nilzete, Nilciete e Nelson, sobrinhos (a): Felipe, Júnior e Kalina; e Socorro, minha cunhada.

A convivência prazerosa na pesquisa de campo foi fundamental para o desenvolvimento desse trabalho. Agradeço especialmente a todos os agricultores e agricultoras com os quais convivi. Os testemunhos de vida, coragem e entrega seguirão comigo como as estrelas que guiam o navegante e iluminam os corações daqueles que teimam em não desanimar.

"Pois bem, às vezes de tudo quanto lhe entrego, a Poesia faz uma coisa que parece que nada tem a ver com os ingredientes mas que tem por isso mesmo um sabor total: eternamente esse gosto de nunca e de sempre." (Ah, sim, a velha poesia – Mário Quintana)

O processo de orientação é, acima de tudo, uma aprendizagem mútua. Com Durval, a palavra precisa, a crítica aberta, o carinho amigo. Quando o escolhi como orientador sabia das múltiplas possibilidades de construção de uma orientação qualificada, adulta e, simultaneamente, livre, prazerosa, sem renunciar às exigências de rigor, disciplina, responsabilidade. Seu sorriso trouxe-me tranquilidade em momentos de desânimo, cansaço, descrença.

No CENTRAC, as primeiras perguntas que logo se transformariam em projeto e dissertação. A vocês o meu reconhecimento. Com Glória e Soninha a convivência mais permanente nesse período. A amizade e o profissionalismo foram marcas constantes no nosso trajeto, quando cruzamos, tantas vezes, os caminhos da florida e semi-árida Lagoa Seca.

Entre as lamúrias e alegrias da partilha, um agradecimento especial aos companheiros(as) dos mestrados em sociologia e economia rural: àqueles que ingressamos juntos: João, Iolanda, Rosário, Clodoaldo, Jussara, Vandilo, Rilma, Jomar e Célia, e os que foram chegando devagarinho, às vezes silenciosos, às vezes arrebatadores: Olga, Charlinton, Gildásio, Joffre, Flávio Duarte, Eunice, Ricardo, Kátia, Eurípedes, Balo (Mário), Pereira, Socorro e Chico. De (...) “todas as lágrimas que o orgulho estancou na fonte, as explosões de cólera, o ranger dos dentes, as alegrias agudas até o grito, a dança dos ossos...” (Mário Quintana), seja no aconchego, às vezes “senzala”, do laboratório de informática – lugar da produção, das crises, da ajuda mútua, do carinho, da amizade... seja nos encontros informais, na sala de aula, nos encontros de estudos, nos congressos acadêmicos, nas controvérsias burocráticas (que não foram poucas), no cantinho universitário, na praia, nas festas e encontros infantis...venceu o carinho, o prazer da companhia, a amizade.

Olga e João: (...) Procurei uma batida diferente / Pra traduzir o que bate em meu peito/ Ninguém melhor do que o samba / Pra batucar o que sinto (...). (Adriana Calcanhoto). Declarações à parte, mas o samba de uma grande amizade se compõe com paciência, confiança, cumplicidade, respeito. Aprendi a amá-los e chamá-los de amigos.

Cássia Lobão a vida nos reservou esse encontro, “estava escrito”, então, que viva a vida! Obrigada pela transparência, compreensão e amizade.

Muitas vezes, quando a tranquilidade debandava, corria e me refugiava no aconchego do "lar" de Corrinha e Claudionor. A serenidade da convivência, unida a certeza de estar entre amigos, me fez ver que as amizades, quando assentadas em solo firme, resistem ao tempo, ao espaço...simplesmente transcendem.

A Helder Pinheiro "(...) não se admire se um dia um beija-flor invadir, a porta da tua casa te der um beijo e partir, fui eu que mandei o beijo (...)". Nossos caminhos se cruzaram tantas vezes desde que nos conhecemos. Obrigada em vários tons e intensidades: pela amizade, incentivo e a correção ortográfica desse texto.

Destaco a presença marcante, dentro e fora da universidade, dos professores(a): Lenira, Renato Killp, Esther, Ghislaine (Ghi) e Cristina Marin. As afinidades construídas escapam aos muros da academia.

Dos irmãos Genilda e Genilson, responsáveis pela biblioteca movida à xerox, fica o sorriso aberto, a cordialidade.

A sociologia rural não seria a mesma, sem a presença do eficiente secretário Joãozinho. Desdobra-se em atenção, sofre junto com os "eternos alunos" e esbraveja quando a situação assim o exige. Mas lá está ele, sempre atencioso e disposto a ajudar.

Vera, Verinha e Rinaldo, apoios fundamentais nessa passagem. Na especificidade de cada função, e em diferentes temporalidades, constróem – não sem tensões - a história do mestrado. O toque de eficiência, agilidade e alegria veio de vocês.

Agradeço particularmente a Biblioteca Setorial do Campus II, representada nas diretoras Odete, já afastada, e Carmem Franca, atual coordenadora, pela liberação. Nesse espaço vivi (e vivo) parte significativa da minha vida. Na singularidade da convivência, um dos sentidos das nossas vidas: o trabalho.

Uma experiência de mestrado é singelamente, em palavras de Sueli Costa & Paulo Emílio, "uma canção para toda vida" .

RESUMO

Esse trabalho analisa as condições, históricas e sociais, que possibilitam a emergência do agricultor familiar como sujeito propositivo, no município de Lagoa Seca, Paraíba. O estudo foi realizado junto àqueles grupos, instituições e pessoas, vinculados à agricultura familiar, que estão apresentando propostas, discutindo a viabilidade das proposições apresentadas e negociando com os poderes socialmente instituídos: executivo, legislativo e judiciário. O discurso propositivo é constituído numa complexa rede de poderes que interagem historicamente e, nesse contexto, elaboram proposições diferenciadas, ora de recusa, ora de aceitação das estratégias de sociabilidade predominantes; e investe na (des)construção, implosão e explosão de antigas e novas lealdades políticas, agenciando, não sem tensões, um vir-a-ser diferente, resultado das múltiplas intervenções dos agricultores no município.

RESUMÉ

Ce travail analyse les conditions historiques et sociales qui permettent à l'agriculteur familial de devenir un acteur capable de «propositions», dans la Commune de Lagoa Seca, Paraíba. L'étude a été réalisée auprès de groupes, institutions et personnes liées à l'agriculture familiale, qui présentent des projets et les négocient avec les pouvoirs socialement institués: exécutif, législatif et judiciaire. Le discours «propositif» se constitue dans un réseau complexe de pouvoirs qui interagissent historiquement, et, dans ce contexte, élaborent des projets différenciés, soit de refus, soit d'acceptation des stratégies de sociabilité prédominantes ; il investit dans la (dé)construction , implosion et explosion de loyautés politiques anciennes et nouvelles, organisant, non sans tensions, un devenir différent, résultat de multiples interventions des agriculteurs dans la commune.

SUMÁRIO

Resumo	
Resumé	
1. Introdução.....	1
2. Capítulo I - As condições sociais de constituição do discurso propositivo do agricultor familiar	21
2.1. Apresentação.....	21
2.2. O lugar da proposição a partir das redes de poderes no espaço local.....	23
2.3. Movimentos sociais: que sujeitos são esses?.....	28
2.4. A construção do discurso propositivo.....	43
2.5. As configurações da participação do agricultor familiar: os poderes da representação.....	56
3. Capítulo II – Dos bastidores ao palco: contradições, tensões, aportes e dificuldades do processo propositivo	77
3.1. Apresentação.....	77
3.2. Os mediadores do discurso.....	78
3.3. Passos e (des)compasso do cenário.....	95
3.4. Os bastidores do discurso.....	97
3.5. Os conselhos: uma experiência de construção de legalidades	109
4. Capítulo III – Uma analítica da participação local: configurações de poderes e impactos sociais	117
4.1. Apresentação.....	117
4.2. Ditos e interditos dos discursos: comportamento das forças políticas.....	118
4.3. O lugar do clientelismo: “assujeitamento”, “silenciamento”...	140
5. Considerações Finais.....	150
6. Referências Bibliográficas.....	157
6. Anexos.....	168

Lista de Siglas

AS-PTA	-	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ARENA		Aliança Renovadora Nacional
CENTRAC	-	Centro de Ação Cultural
CUT	-	Central Única dos Trabalhadores
DRPA	-	Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas
EMPASA	-	Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas
EMATER	-	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba
FASE	-	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FPM		Fundo de participação dos Municípios
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	-	Instituto Nacional de Seguridade Social
LDO	-	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	-	Lei Orçamentária Anual
MDB	-	Movimento Democrático Brasileiro
ONG		Organização não Governamental
PATAC	-	Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada Às Comunidades
PJMPR	-	Pastoral de Jovens do Meio Popular Rural
PRONAF	-	Programa Nacional de Agricultura Familiar
PSDB	-	Partido da Social Democracia Brasileira
STR	-	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Lista de Tabelas e Anexos

Tabelas	Pág.
Tabela 1 – Unidades de produção familiar de 10 ha	12
Tabela 2 – Unidades de produção familiar de 10 ha a menos de 50 ha	12
Tabela 3 – Unidades de produção familiar de 50 a menos de 500 ha	12

Anexos

Anexo 1 – Roteiro de Entrevistas	168
Anexo 2 – Questionário – Pesquisa de Campo	169
Anexo 3 – Caracterização do Agricultor de Roçado	171
Anexo 4 – Caracterização do Verdureiro	172
Anexo 5 – Caracterização do Fruticultor	173
Anexo 6 – Mapa das Regiões de Lagoa Seca – PB	174
Anexo 7 – Proposições – Seminário de Conclusão do DRPA	175

"Não podemos esquecer que 'dis-cursos' é originalmente, a ação de correr para todo lado, são idas e vindas, 'demarches', intrigas, e que os espaços são áreas reticulares, tramas, retramas, redes, desredes de imagens e falas tecidas nas relações sociais" (ALBUQUERQUE JÚNIOR)

Introdução

1. Introdução

O objetivo desse trabalho é analisar o lugar social do agricultor familiar na formulação do discurso propositivo, no município de Lagoa Seca, no Estado da Paraíba.

O suposto desse estudo é o de que, os procedimentos que garantem ao agricultor familiar a condição de sujeito propositivo não estão isentos das negociações advindas das redes e controles tradicionais de poderes; e os impactos da experiência dependem diretamente da tenacidade como vão sendo demarcados os lugares sociais de cada personagem, numa implosão e explosão de antigas e novas lealdades políticas.

Gostaria de apresentá-lo como resultado de um esforço coletivo e individual de construir uma dissertação. Caminho de muitas trilhas, ela é, singelamente, uma colcha tecida por vários discursos - falas e práticas - experiência de muitos agricultores nas múltiplas relações estabelecidas "*que pode ser de muitas e diferentes naturezas: de confronto, de sustentação, de exclusão, de neutralidade aparente, de gradação, etc.*"(ORLANDI, 1988: 58).

Na trajetória da pesquisa, cruzaram-se compromissos pessoais, profissionais e militantes, meus e das pessoas envolvidas e, para compreender o tema proposto, com os rigores do relato e da análise, era

preciso transitar com humildade nas relações do cenário e, a partir daí, perceber a contribuição única de cada pessoa entrevistada, os inúmeros discursos e as diferentes formas de ser agricultor em Lagoa Seca.

O interesse primeiro nasceu da minha experiência profissional desenvolvida junto ao CENTRAC – Centro de Ação Cultural, organização não-governamental - ONG paraibana, com sede em Campina Grande e área de atuação na Região do Agreste da Borborema, mas especificamente, no Programa de Políticas Públicas e Cidadania, que tinha como objetivo: capacitar a população, especialmente os representantes das diversas entidades da sociedade civil, para intervenção qualificada nos orçamentos públicos municipais.

Como pesquisadora me detive na experiência de “*agenciamento*” dos agricultores no município, tentando desvelar na sua “*enunciação coletiva*”¹ as nuances, tramas e redes de constituição de um tipo de discurso – o da proposição. Como cada agricultor se constitui em sujeito deste discurso, o lugar social se constituindo e as transformações que foram dando-se no processo.

¹ Ao termo *Agenciamento coletivo de enunciação*, Suely Rolnik chama às mediações complexas que envolvam componentes heterogêneos, de ordem biológica, social, imaginária, entre outras; sua identificação não se esgota nem na entidade individuada, nem na socialmente predeterminada. (GUATTARI & ROLNIK, 1996:317)

Histórias Contadas, Histórias Vividas: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Lagoa Seca

Plurais são as motivações e os posicionamentos dos personagens que interagem num universo de forças políticas desiguais.

Conferimos um papel de destaque ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, pela sua história no município, por ser, no contexto atual, o ator social de maior expressividade e visibilidade pública e política, como sujeito propositivo.

A história do sindicato é sobretudo construída a partir de relatos orais, retalhos de vidas, observações realizadas no transcurso da pesquisa; um esforço de juntar informações, selecionar narrativas que tratem do tema, não necessariamente de uma origem e uma continuidade: *“a história há muito tempo não procura mais compreender os acontecimentos por um jogo de causas e efeitos da unidade (...) de um grande devir, vagamente homogêneo ou rigidamente hierarquizado”* (FOUCAULT, 1971:56).

Parte significativa das informações foram reunidas com o trabalho de aproximação ao dia a dia do agricultor no plantio, na comercialização, nas festas e “obrigações urbanas”: o dia do pagamento, a fila no banco, a carta que se põe no correio, as compras, a missa aos domingos, os pequenos negócios na cidade, a mensagem - essas *“tantas coisinhas miúdas”* impregnadas de sentidos.

O material escrito: as atas das assembléias, as publicações educativas - cartilhas, boletins - os periódicos (jornais da imprensa local e regional), contribuíram sobremaneira para formação dessa mirada descontínua do sindicato no município.

O único registro escrito disponível, no período correspondente a 1976-92, são as atas² de assembléias, eleições e posse do sindicato; intervalo entre a fundação do sindicato (30.05.76) e a mudança de direção, com a eleição da oposição sindical (18.05.92).

Do levantamento da documentação interna, tem-se como dados informativos um relato padronizado, quase que de forma linear, de processos sucessivos de recondução do cargo do presidente do sindicato³ ou agendas formais com assuntos pontuais: *"aumento das mensalidades dos sócios"* e *"construções e aquisições"* de equipamentos, bens e imóveis. Aspectos que percorriam o universo das preocupações e encaminhamentos, e que retornavam a cada assembléia realizada - uma média de duas por ano.

A primeira oposição ao sindicato data das eleições de 1983; uma presença ainda tímida de jovens agricultores, membros das pastorais de jovens no meio rural (PJMPR), que mesmo não conseguindo mudar a composição de forças naquele momento, introduziu um sentimento de que o sindicato poderia ser pensado de uma forma distinta. É sintomático que a

² Foram pesquisadas todas as atas dos anos mencionados: 1972-1992.

³ José Francisco Anacleto, manteve-se como presidente do STR da fundação até o ano de 1992, quando ocorreram as mudanças, a raiz do processo eleitoral que elegeu uma nova direção para o sindicato.

partir do ano seguinte - 1984 - já se registre em atas a presença em assembléia, de nomes como Nelson Anacleto, atual presidente. Nesse mesmo ano surge pela primeira vez, o enunciado reivindicação: *"reivindicar do prefeito e demais autoridades, apoio para agricultura"* - prenúncio do que se converteria, posteriormente, em proposições mais consistentes. A resposta do poder executivo, naquele momento, veio sintonizada com o papel social do sindicato na relação de colaboração construída junto aos órgãos governamentais: *"conceder 500 enxadas e deixá-las sob a responsabilidade do sindicato para distribuir com os mais carentes"*. (Ata da Sessão de Assembléia Geral Extraordinária, 08 de abril de 1984)

Já no presente, um dirigente sindical, da gestão atual, discursa sobre a história do sindicato - o seu passado, de como a direção se distanciou dos agricultores, da circulação de interesses, da descaracterização do dirigente:

"Era uma direção que já não satisfazia mais os interesses dos trabalhadores, dos agricultores, da categoria. Não mantinha a característica de agricultor... acima de tudo comprometido com políticos, e isso foi um dos motivos que fez a gente divergir da forma como ele tava conduzindo o sindicato, da forma como ele tratava as questões dos trabalhadores...a gente sentia na pele as injustiças que ocorriam com os trabalhadores...sempre perdendo os seus direitos, sempre perdendo suas conquistas e isso...refletia no nosso trabalho" (Nelson Ferreira, 33, agricultor e tesoureiro do STR).

Esse convencimento motivou um grupo de jovens, ainda conhecidos na atualidade como os *"meninos do sindicato"*, a formar uma

articulação de oposição em 1989. O grande embate de posições ocorreu neste mesmo ano, na disputa eleitoral. Houve vários choques, somente controlados com o *“reforço policial para apaziguamento dos ânimos”*. No dizer dos personagens envolvidos, Lagoa Seca se transformou em um verdadeiro *“campo de guerra”*. Nessa ocasião a oposição perde a disputa.

O grupo de oposição derrotado converte-se em experiência permanente de oposição em 1990, com direito a assessoria permanente do CENTRAC. *“O grupo concretamente começa a se encontrar e, a partir daí, passa a analisar e avaliar os problemas que vivemos em cada dia, começando a estudar a realidade de Lagoa Seca”⁴*

Esta experiência desenvolveu – no período de 1990-92 - um trabalho persistente de estudo – *“conhecimento da realidade”* – atendimento personalizado aos associados, visitas aos sítios e reuniões nas comunidades. Conseguiu-se, com estas atividades, um reconhecimento que resultou na composição de uma única chapa nas eleições de 18.05.92, com supremacia da oposição, sob a presidência de Nelson Ferreira, atual tesoureiro, gestão 1998 – 2202.

Na assembléia de posse da nova direção novos atores aparecem em cena, são as comunidades/sítios dos *“Mineiro, Floriano, Retiro, Alvinho, Lagoa de Barro, Lagoa de Gravatá”*; as assessorias, aliados/parceiros

⁴ Cf. Carta Programa: trabalhadores rurais de Lagoa Seca (eleições do dia 12 de abril de 1998)

circunstanciais ou permanentes, o polo sindical. Um novo discurso surge com vitalidade: já se discute *"a necessidade de colocar a problemática dos trabalhadores rurais para os vereadores"*, a filiação do sindicato a Central Única dos Trabalhadores – CUT, a prestação de contas do sindicato, a transparência no uso dos recursos públicos. A partir desse momento, o sindicato redefine sua função social e introduz na sua agenda temáticas mais gerais, como a abertura do hospital, a água no município.

Esse discurso vem se legitimando no transcurso dos anos. O fenômeno da *"chapa única com recondução dos cargos"* mantêm-se desde 1992. São três mandatos consecutivos: 1992-95; 1995-98; 1998-2002. Este último ampliado para quatro anos, de acordo com as novas mudanças estatutárias.

Dentro das atividades e ações realizadas e divulgadas pelo sindicato, através do boletim de prestação de contas, constam os trabalhos relacionados às políticas públicas, a agricultura familiar e com mulheres – no que concerne a orientação, saúde e alimentação naturais - e acompanhamento jurídico permanente a duas áreas de conflitos.

Como instituição, participa nos conselhos de desenvolvimento agropecuário, saúde e bem estar social, no processo de elaboração de políticas públicas para intervenção no ciclo orçamentário: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e projetos direcionados ao desenvolvimento da agricultura familiar, ou nas mobilizações gerais -

reabertura do hospital, comercialização, etc. Em todos os espaços se preocupa em juntar as experiências urbanas e rurais, especialmente no trato com as temáticas da saúde e da educação. Atualmente discute a viabilidade de cada proposta apresentada, a disponibilidade dos recursos e as prioridades - o que e onde aplicar os recursos.

"Intervenção e participação nos conselhos de saúde e agropecuário; discussão com as associações de pequenos produtores e apresentação de propostas para o orçamento público municipal; luta para que o poder público atenda as reivindicações dos agricultores, que foram aprovadas no orçamento; organização e conscientização dos pequenos agricultores no sentido de que, na medida do possível, façam projetos (...) para investir nas propriedades"(Boletim Informativo: atividades e ações realizadas no último mandato , 17 de maio de 1998)

O sindicato, à medida que se dedica às atividades de caráter político-participativo, mobiliza um número significativo de associados aposentados. Arriscaria a dizer, que a aposentaria é, na atualidade, o grande "achado" do movimento sindical rural⁵. Só que as demandas desse público são bem precisas e contraditórias. A mesma aposentadoria que atrai muitos agricultores, exige muito dos seus dirigentes: são trâmites intermináveis junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, expedientes intensos, burocracia alargada e a sensação de "perda de tempo" quando se deixa de participar de alguma "atividade mais política".

⁵ De acordo com informações de Nelson Ferreira, tesoureiro atual do STR, são aproximadamente "1000 aposentados descontando a favor do sindicato...umas 300 pessoas, pagando na tesouraria, que não são aposentadas ...no total 7.000 associados"

O sindicalismo em função do benefício dedica muito tempo à burocracia, ao acompanhamento das várias ações acionadas junto ao INSS; mesmo inspirado na prestação de um *"bom serviço"*, como forma de garantir *"ganhos políticos e jurídicos"*, o dirigente reconhece que o tempo dedicado à previdência é muito grande:

"a inclusão da previdência social no sindicato ...o antigo FUNRURAL, que tinha sido extinto...hoje através da lei de aposentadoria, passou o convênio a ser direto no sindicato. Isso quer dizer, que o sindicato em outras palavras, passou a ser um bureaux, ou seja um posto do INSS...ocupou, digo assim 70% do tempo das diretorias do sindicato" (Nelson Ferreira, 33, agricultor e tesoureiro do STR).

Para uma determinada visão em relação a participação dos agricultores no sindicato. Acredita-se que os produtores, na sua grande maioria, são resistentes à ação; não incorporam como importante a inserção sindical. Quando jovem associa o sindicato a velhice: *"sindicato é coisa pra velho"* ou máquina de resolver problemas. Na velhice, diz ser o lugar de resolução de alguns dos seus problemas, especialmente quando chega o momento de solicitar sua aposentadoria:

"a idéia que tá formada há muito tempo na cabeça do jovem... de que ele só venha no sindicato na hora de resolver um problema...de que sindicato é pra velho, isso foi constituído nesse sindicato ao longo de vinte e tantos anos... que sindicato é só pra quem vai se aposentar" (Nelson Anacleto, 38, agricultor e presidente do STR)

Os resultados da pesquisa indicam que o distanciamento é consequência do esvaziamento de esperanças e impotência diante das preocupações financeiras. A luta pelo sustento diário, as ameaças

constantes de chuvas abaixo da média (o fenômeno histórico das secas na região nordeste), as correntes migratórias, indicam que a aposentadoria na velhice, é vista pelos agricultores, como *"quase última alternativa"* de sobrevivência. Portanto, fazem sentido as queixas, o desinteresse, o desânimo e a procura do sindicato exclusivamente pelo *"direito de aposentadoria"*:

"a gente quando chega pra se aposentar é uma dificuldade tão grande: o sindicato exigiu uma declaração pra eu justificar que morava na terra";

"participo não, sou aposentada pelo INSS", "tou com o sindicato atrasado";

"descuido. A obrigação era tá lá...eu vou ajeitar eu tenho vinte anos pago";

"sou ocupado, não tenho interesse"; "não conheço, não tenho contato, não gosto" (trabalhador alugado);

"não sou agricultor, só ajudo e também estudo" (fala de um jovem de 18 anos);

"não tenho sindicato não! eu não me interesso, não gosto não! ...não sei nem onde é, a gente nunca precisou de ir lá"

Outra variável importante diz respeito a posição instituída às mulheres nas relações de gênero. Geralmente lhes conferem papéis sociais diferenciados na casa, no sindicato, na inesgotável jornada de trabalho. Com estes limitadores sua participação é discreta, quando não inexistente:

"reunião é difícil eu ir, moro no sítio, é muito longe e desconveniente, eu tenho medo de sair a noite";

"fui n´alguma reunião das mulheres, e às vezes noutras que tá todo mundo",

"sou sócia, quase 25 anos, acho que em 71, quando tem reunião que eu sei que tem, eu venho";

"a gente toma conta do que é dos outros, não pode tá saindo";

"não tenho tempo de sair de casa com menino pequeno, tenho muito trabalho – quando eu tenho tempo eu venho às reuniões"

A história recente do sindicato se constrói, com o acento particular, na relação do agricultor com a terra. É nesse percurso onde se evoca um mundo de significações, de múltiplas projeções para o município.

Um olhar sob Lagoa Seca

O município de Lagoa Seca é habitado, em sua maioria, por agricultores familiares que vivem da produção de hortifrutigranjeiros, responsáveis pelo abastecimento do mercado de Campina Grande. Sua população é estimada em 22.982 habitantes, sendo 7.507 na zona urbana, o que equivale a 32,6%, e 15.475 na zona rural, correspondendo a 67,4%, e ocupa uma área de 133km². (IBGE. Contagem Populacional: 1996).

As unidades de produção familiar, em relação ao número de estabelecimentos e área por hectare, se distribui em 2200 estabelecimentos numa área de 8525 hectares. De acordo com as informações reunidas, o detalhamento dessa delimitação se realiza nos seguintes parâmetros:

Tabelas

Para melhor compreensão das tabelas, leia-se estabelecimentos como(e) área/ha como (a/ha)

Tabela 1

Menos de 10 hectares	
Menos de 1.....	316 (e).....140 (a/ha)
1 a menos de 2.....	609 (e).....719 (a/ha)
2 a menos de 5.....	846 (e).....2390 (a/ha)
5 a menos de 10.....	278 (e).....1778 (e/ha)
Totais:.....	2047 (93%).....5026 (59%)

FONTE: IBGE: Censo Agropecuário 1995-1996—PB e Contagem da População, 1996, vol. 9.

Tabela 2

De 10 a menos de 50	
10 a menos de 20.....	111 (e).....1403 (a/ha)
20 a menos de 50.....	34(e).....991 (a/ha)
Totais:.....	145 (6,6%)..... 2394 (28%)

FONTE: IBGE: Censo Agropecuário 1995-1996—PB e Contagem da População, 1996, vol. 9.

Tabela 3

De 50 a menos de 500	
De 50 a menos de 100.....	3 (e).....180 (a/ha)
De 100 a menos de 200.....	4 (e).....529 (a/ha)
De 200 a menos de 500.....	1 (e).....396 (a/ha)
Totais:.....	8 (0,3%).....1105 (13%)

FONTE: IBGE: Censo Agropecuário 1995-1996—PB e Contagem da População, 1996, vol. 9.

De acordo com o número de estabelecimentos familiares declarados, a estrutura fundiária do município é constituída basicamente de pequenas unidades de produção familiar. Dito de outra forma: *93% das unidades produtivas são de 0 a menos de 10 hectares (tabela 1)* e ocupam uma área aproximada de *5.026 hectares*, ou seja, *59%* do espaço físico do município.

Se considerarmos o discurso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais sobre quem pode ou não ser associado da entidade, esse teto é mais flexível. De acordo com as convenções estatutárias, são candidatos a sócios todo trabalhador rural, a partir de 16 anos, que possua até 04 módulos rurais⁶ - portanto 48 hectares. De acordo com sua formulação, são produtores familiares aqueles que possuem de menos 01 até 48 hectares. Com esse diagnóstico as unidades de produção familiar passam a ocupar quase a totalidade das terras do município.

Observemos que quando a margem é ampliada para *até menos de 50 hectares* (tabela 2) há uma variação de percentual. Aos 93% correspondentes as unidades produtivas *de 0 a menos de 10 hectares* (tabela 1), são acrescidos 6.6%, quer dizer, mais *145 estabelecimentos* (tabela 2). Com base nesses dados é possível indicar que *99,6%* das terras de Lagoa Seca são pequenas unidades de produção e estão espalhadas em *7420 hectares* (tabelas 1 e 2).

⁶ Um módulo rural corresponde a 12 hectares.

Metodologia

A pesquisa foi realizada junto àquelas experiências, pessoas, instituições, vinculadas, direta ou indiretamente, à agricultura familiar, que estão apresentando propostas, reflexionando sobre a viabilidade e sustentabilidade das suas proposições, cruzando e redimensionando suas práticas discursivas.

A perspectiva metodológica desse trabalho é a da análise do discurso – AD, ou seja, a busca de entender o discurso propositivo na historicidade que o caracteriza: as tramas que envolvem cada enunciação; os convencimentos, oscilações e tensões que circundam o universo da proposição.

Trata-se do discurso que investe na melhoria das condições de vida do trabalhador rural, tanto estimulando a permanência dos produtores no campo, como qualificando sua vida, especialmente no que se refere ao acesso aos bens e serviços de consumo coletivo: habitação, saneamento básico, rede de água e energia, serviços de saúde, infra-estrutura de comunicação e transporte, educação e lazer nas zonas rurais.

Para isso, acompanhei de forma sistemática, por um período de 1½ (ano e meio), fevereiro de 1997 a julho de 1998, as mais variadas atividades/discursos de caráter propositivo. Os primeiros meses foram

decisivos para elaboração do projeto de pesquisa para, logo em seguida, dedicar-me à realização das entrevistas e aplicação dos questionários.

Considerando que os enunciados se diferenciam entre si, trabalhamos, inicialmente, com os discursos emitidos em momentos de maior exigência: nas assembléias, nas negociações ou atividades públicas, no pronunciamento do discurso dirigente. São mediações que acontecem nos interstícios da disputa política e/ou eleitoral, tendo sempre na retaguarda uma representação e/ou legitimidade a serem resguardadas.

Atenção especial foram dedicadas às conversas consideradas informais, nos intervalos dos eventos, na realização das entrevistas, nas filas do banco e correios, no percurso das viagens/carona, na conversa curiosa à beira de uma estrada, na visita ao roçado, no corre-corre da feira livre, na comercialização da EMPASA - Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas; buscando sempre estar atenta às flexibilizações e deslocamentos das falas e posições políticas.

A observação participante guiou toda a pesquisa. A partir dela pude me aproximar das áreas "secretas" de cada discurso, que só com a intimidade da convivência foi possível penetrar. Desse período destacaria algumas atividades, espaços e experiências, dentre as quais destaco:

- Acompanhamento dos discursos da imprensa regional: Jornal da Paraíba e Diário da Borborema.

- Atividades com mulheres pequenas agricultoras;
- Avaliação anual do Centro de Ação Cultural – CENTRAC, 1997; Acompanhamento de algumas atividades de monitoramento dos bancos de inhame e batatinha;
- Dia de campo promovido pela EMATER -PB, sobre a cultura do inhame;
- Encontro de análise (estudo e repasse) dos resultados do Diagnóstico Rápido Participativo – DRPA, visando a capacitação dos agricultores para elaboração das propostas;
- Encontros do grupo de estudos, visando uma maior qualificação no relacionado aos instrumentos e canais de participação na gestão municipal: leitura dos balancetes, da Lei Orgânica (LO), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), do Planos Plurianuais e Constituições Estadual e Federal;
- Experiência de abordagem corporal – massagem, desenvolvida pela pastoral da criança de Lagoa Seca; Experiência de abordagem corporal – massagem, desenvolvida pela pastoral da criança de Lagoa Seca;
- Oficinas temáticas: agricultura, saúde, educação e ação social - espaços de formulação das proposições por setores, cujos objetivos são: estabelecer prioridades, estudar critérios de gestão e seleção dos beneficiários - tipos de agricultores, delimitação das áreas (regiões, comunidades, sítios), viabilidade técnica e ambiental e parcerias.

- Reuniões dos conselhos de saúde, bem-estar social, e desenvolvimento agropecuário;
- Sessões na câmara de vereadores;

Foram realizadas entrevistas⁷ com várias modalidades de abordagens:

- Agricultores e agricultoras dirigentes do STR, e simultaneamente, membros de várias organizações sociais - Severino, 52 anos - Nelson Ferreira, 33 anos - Nelson Anacleto, 38 anos - Sr. José Leal, 64 anos - Dona Arlinda, 53 anos - Marlene, 29 anos - Vero, 36 anos - Sr. Afonso, 63 anos - Sr. Germano, 59 anos.
- Representantes de instituições e organismos de parcerias: José Venâncio, 46 anos, EMATER -PB - D. Adalgiza, 66 anos - CERPAS - Celi de Lourdes, 48 anos, Secretária Municipal da Ação Social e Vice-Presidente dos Conselhos de Saúde e Bem-Estar Social - Pedro Jácome, 59 anos, presidente da Câmara de Vereadores - Alice, 61 anos, Pastoral da Criança - Sonia Marinho, 41 anos e Gloria Maria, 42 anos - CENTRAC.
- Conversações não gravadas com grupos e pessoas que mantêm com o sindicato – ou com a dimensão participativa mais ampla - uma relação de aparente proximidade e, com a mesma intensidade, de

⁷ Cf. Anexo 1 - Roteiro de Entrevistas

distanciamento: Irmão Damião, 80 anos - Congregação Marista, grupo de "ex-agricultores" - atualmente assalariados e prestando serviços variados, grupo de mulheres agricultoras - vendedoras de produtos cosméticos, e Dona Oldenira, agricultora, 67 anos, "dissidente" do sindicato.

No final da pesquisa foram aplicados 50 questionários⁸, distribuídos aleatoriamente para os agricultores que "não participam" de forma ativa da vida sindical. O objetivo era reunir informações complementares as obtidas com os setores "mais engajados".

Quando na fila do banco, no dia do pagamento, me aproximava dos agricultores, para solicitar as informações necessárias ao preenchimento do questionário, um agricultor me indagou: "*tem algum prêmio*"? Tento explicar-me de várias formas: apresento a pesquisa, falo da importância da contribuição dele e da liberdade de escolha de cada pessoa, em responder ou não, quando abordada. Ele não demonstrou nenhum interesse em escutar, nem responder, e acrescentou: "*...perguntar, por perguntar muitos faz, quero saber se tem algum dinheiro*".

Muitos têm medo de responder e se prejudicar; alguns negam-se rotundamente, outros demonstram uma evidente insegurança, e a partir do momento em que uma das pessoas não se dispõe a responder, a sua atitude age como "*efeito dominó*" - influencia aos que estão mais próximos,

⁸ Cf. Anexo 2 - Questionário - Pesquisa de Campo

generalizando a dúvida. De fato, alguns diálogos foram interrompidos, interceptados, silenciados - dimensões que vamos tratar, no transcurso desse trabalho, quando enfocarmos as práticas de clientelas e assujeitamento presentes no tecido social.

A produção agrícola familiar, o contexto social, os níveis diferenciados de percepção e sensibilidade políticas dos atores sociais, valores novos e velhos interagindo, são combinações de processos que indicam um quadro múltiplo de opções na análise do discurso propositivo.

Este trabalho consta de uma introdução, três capítulos e as considerações finais. No capítulo I, intitulado: *As condições sociais de constituição do discurso propositivo do agricultor familiar*, serão estudadas as condições históricas que possibilitam a emergência do discurso propositivo.

No capítulo II - *Do cenário ao palco: contradições, tensões, aportes e dificuldades do processo propositivo*. A abordagem desse momento dar-se-á em torno das indagações de cada procedimento: quem participa de quê, como, quando e com quais objetivos; os sentidos postos em cada fala, cada ação à medida que vão sendo ordenadas e

transformadas em enunciados, discursos; os diferentes lugares de sujeito⁹ - singularidades, preocupações, tensões, contradições.

No capítulo III - *Uma análise da participação local: configurações de poderes e impactos sociais* - serão analisados os procedimentos geradores de impactos na gestão do poder local, os elementos constitutivos do jogo político - fissuras e resistências¹⁰, as nuances que envolvem a transformação das necessidades imediatas em proposições coletivas e o impacto da ação dos agricultores - ao projetar suas intenções, reivindicações em propostas, programas e projetos - na edificação de uma institucionalidade democrática no espaço local.

Os processos de assujeitamento e os deslocamentos na maneira tradicional de pensar o sujeito, a sociedade, o saber, a verdade, são variáveis de análise desse nosso estudo.

⁹ Ernesto Laclau aborda o agente social como uma pluralidade, vinculado as diferentes posições de sujeitos, no contexto das várias formações discursivas. Ele afirma que toda posição de sujeito é instável, posto que está sujeita as várias práticas articulatórias. (LACLAU, 1986: 43)

¹⁰ Seguimos as nuances do pensamento de Maria Amélia M. Cupertino quando adverte que *"não há pontos fixos para as resistências, não há definições prévias para o seu caráter (elas podem ser espontâneas ou planejadas, irreconciliáveis ou prontas ao compromisso, selvagens e violentas, solitárias, arrastadas, interessadas ou fadadas ao sacrifício), não há redes estabelecidas, tudo é constantemente alterado.* (CUPERTINO, 1995:58)

Capítulo 1

As condições sociais de constituição do discurso
propositivo do agricultor familiar

2. Capítulo 1

As condições sociais de constituição do discurso propositivo do agricultor familiar

2.1. Apresentação

O objetivo deste capítulo é analisar as condições sociais que permitem ao agricultor familiar assumir um lugar de sujeito na construção do discurso propositivo, no município de Lagoa Seca, Paraíba.

Agricultor é aquele que retira seu sustento das atividades agrícolas e se reúne em estabelecimentos ou pequenas unidades de produção familiar. Porém, não pensamos ser esta a única referência. De acordo com a análise de Maria Nazareth B. Wanderley, a agricultura familiar ainda *“é um espaço em construção, na maioria das vezes, precário, instável, cuja viabilidade depende freqüentemente da tenacidade dos agricultores e da adoção de complexos estratégicos familiares”* (WANDERLEY, 1995:40), não necessariamente relacionados ou restritos aos padrões de renda, produção e mercado.

Delma Pessanha avança um pouco mais na análise dessas relações. Diz existir ações sociais que indicam um universo variado de

afiliação e estratégias, tecidas na transversalidade das relações do agricultor com a terra: *"pode aparecer outras unidades, outros sistemas de ações sociais, outras formas de associação, para além da discreta objetividade e permanência do parentesco da família e da produção"* (NEVES, 1995: 34)

Dito isso, são outras as dimensões do ser agricultor familiar que serão estudadas nessa capítulo, mais precisamente, o seu percurso como sujeito que participa intervindo e propondo políticas públicas para o município

Para fazer este trajeto propomos um olhar à literatura que trata, ainda que de forma aproximada, os temas mencionados. Inicialmente, uma discreta travessia pelas discussões do poder local, para melhor compreender a valorização do município no processo constituinte (1986-88) e o significado da Constituição de 1988 com relação à participação propositiva.

Nas trilhas seguidas pelos analistas dos movimentos sociais, encontramos os pressupostos da proposição, e nas tramas sutis das relações de poder, passamos a tratar da construção do discurso em si: aportes, controvérsias, deslumbramentos.

2.2. O lugar da proposição a partir das redes de poderes no espaço local¹¹

Os sujeitos sociais, a medida que colocam na esfera do público o debate em torno de projetos políticos, produzem uma inflexão em torno das abordagens do poder local. Isso ocorre em dois níveis: quando se estabelecem mediações com o discurso do Estado, historicamente responsável pelas ações públicas, e no momento que os “cidadãos” passam a propor políticas públicas.

Faremos um percurso retrospectivo, para compreendermos quando se dão as mudanças de rumo, que permitem chamar um movimento social de propositivo. Trata-se de analisar como a experiência vem sendo tradicionalmente pensada pela academia, através da consulta aos autores que trabalham com a literatura vinculada aos temas poder local, movimentos sociais, e temas agregados/aproximados: Estado, sociedade civil, e a partir daí, fazer as respectivas conexões – quando possível - da experiência mais ampla, com o cotidiano do município de Lagoa Seca.

Controvérsias perpassam as teorias que alimentam o debate em torno do poder local. Em que circunstâncias emerge o espaço local? Na literatura recente é vinculado à temática da descentralização e dos canais e instrumentos de proposição dos cidadãos e da sociedade civil, e de forma

¹¹Cf. Durval Muniz de Albuquerque Júnior: *“Entendamos por espacialidade as percepções espaciais que habitam o campo da linguagem e se relacionam diretamente com um campo de forças que as institui”* (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994:4)

específica, ao município e seus munícipes. Entretanto, historicamente não foi sempre assim.

“O modelo de gestão pública, até a década de 70 se caracterizava por uma concentração dos processos decisórios na esfera federal, conferindo um insignificante peso às administrações locais nas definições das políticas e na gestão dos recursos públicos¹²” (LACERDA, 1996: 41)

Enfoques dos mais variados se (des)encontram numa teia de reflexões. Circulam interpretações que apreendem o poder local como espaço de alianças e articulações entre elites políticas. O local como palco das desigualdades, de reforço a tradição e ao conservadorismo; espaço da feudalidade, da antipolítica. Esta visão considera que a transferência de responsabilidades para a comunidade, impediria a universalização dos direitos, somente possível através do Estado Nacional. Contraditoriamente, este mesmo Estado, enquanto instituição gestora, esbarra nas suas próprias estruturas centralizadas, com uma máquina administrativa gigantesca e ineficaz.

Os primeiros estudos sobre poder local no Brasil, tratam da relação entre as oligarquias e o poder político nacional (SOARES: 1996). Merecem destaque algumas abordagens marxistas que relacionam o local como espaço de reprodução das forças hegemônicas do sistema capitalista, e toda uma produção teórica que não consegue ater-se às singularidades,

¹² Norma Lacerda expõe sobre Poder local no Brasil: os novos desafios, publicado no Caderno: *O poder do município: quem é o dono das prioridades?*

ou níveis diferenciados de autonomias dos espaços; tampouco enxergam a descentralização como canal de aperfeiçoamento democrático.

O'CONNOR verificou, em seus estudos sobre a "modernização da gestão", que a transferência de instrumentos técnicos, visando a qualificação da administração pública - com racionalidade, eficiência e eficácia - não assegura, por si só, a inserção dos atores sociais no processo de gestão. Acredita que trata-se de um enfoque mais gerencial que participativo, que uma racionalização da administração não assegura a democratização das decisões. (O'CONNOR: 1973; PIVKVANCE, 1991 apud SOARES, 1996: 63).

As abordagens se desencontram na discussão da autonomia do município. Seria o local uma derivação do poder político nacional ou existem singularidades relevantes, que diferenciam os campos de atuação e gestão? José Arlindo Soares, debatendo o tema, recorre aos autores - sem necessariamente concordar com eles - Victor Nunes Leal e Raymundo Faoro, que defendem o poder local como:

"correia de transmissão para estabelecer a dominação do Estado Central sobre as massas rurais. O poder central estabelecia, a partir dos coronéis, uma rede de alianças e troca de favores" (LEAL, 1975 apud SOARES, 1996: 22)

e/ou

"o local criado, tolerado, mantido politicamente à imagem e semelhança do Estado centralizado e patrimonialista (FAORO, 1975 apud SOARES, 1996: 85)

Não obstante, algumas mediações vão sendo estabelecidas.

BIAREZ já detecta as oscilações e o potencial do discurso do poder local:

“no mundo moderno, o poder local e parte do poder político é gerado pelo Estado Nacional, mas que não existe apenas um caminho de mão única. O local gera também representações próprias e um sistema de ações coletivas que influenciam e podem mesmo provocar importantes mudanças na própria lógica das decisões políticas em nível nacional” (BIAREZ, 1989: 9-11; 299 SOARES, 1996: 55)

Para analisarmos as condições sociais de produção e constituição do discurso propositivo dos agricultores, é suficiente saber que, historicamente, as concepções sobre poder local são cambiantes, que oscilam, mudam de posição no tempo. Ora seus defensores são considerados conservadores, ora afiliados a um perfil de mudanças e/ou de esquerda.

No dizer de José Justino Filho, quando trabalha com o pensamento de EUL-SOO PANG, o local confundia-se com dois tipos de abordagens de coronéis. O coronel das regiões ruralizadas, pré-políticas e tradicionais, que exercia domínio partidário e geralmente controlava os recursos e o jogo político municipal; o coronel dos grandes centros ‘urbanos e modernos’, simbolizando o nacional, a urbanização, a emancipação das cidades, guardião dos anseios superiores de liberdade política. Na cidade estaria a sociedade política por excelência. (EUL-SOO PANG apud JUSTINO FILHO: 1997: 46)

Na atualidade convivem essas múltiplas abordagens. As concepções que acreditam que os discursos do poder local e da transferência de responsabilidades para os atores sociais no cenário político local são estratégias do Estado para esquivar-se de suas funções no concernente às políticas públicas; atitude recorrente em situações de crise - transfere para os municípios as resoluções de problemas, que por sua concentração de poderes, não consegue resolvê-los - ou simplesmente acreditam que as prefeituras não estão acostumadas a pensar o planejamento municipal fora das redes permanentes de domínios vigentes nas esferas pessoal, familiar, na sua difícil convivência com o domínio público. Assim sendo, a participação propositiva dos munícipes, é associada a 'prefeituralização', onde existe apenas uma transferência de responsabilidades do poder federal para a prefeitura.

O 'retorno do local' proposto para análise nesse trabalho, difere do discurso do 'local tradicional'. No caso específico de Lagoa Seca, se inscreve nas reflexões do sindicalismo rural, nas experiências de gestão participativa: conselhos gestores - agropecuário, saúde, bem-estar social, na discussão do orçamento municipal e nos fóruns de discussões e canais institucionais de participação popular e cidadã. Na realidade, é uma confluência de experiências que trabalham na perspectiva da descentralização da gestão municipal, que investem na democratização e nas oportunidades instituídas de participação e fiscalização direta dos

grupos sociais, tradicionalmente excluídos dos destinos, investimentos e negócios públicos em geral.

2.3. Movimentos Sociais: que sujeitos são esses?

Muitas são as reflexões acerca dos "movimentos sociais". Mas como emerge esse lugar social, que passa a ser ocupado pelo agricultor familiar no jogo¹³ político municipal?

Na análise que segue, busca-se estabelecer algumas conexões, tanto do alcance, como da compreensão desse *"sujeito coletivo difuso (...) processos sociais que em algum momento histórico foram notados, observados e se tornaram fontes de dados (...) analisados em seus elementos constitutivos"*. (GOHN, 1997:122-128) e sua contribuição na formulação dos pressupostos do discurso da proposição.

Alguns autores, selecionados arbitrariamente, fazem a trilha deste percurso analítico: Borja Jordi, reconhecido estudioso do tema movimentos sociais, ao descrevê-los estabelece alguns indicadores de identificação: *"la toma de conciencia del carácter incaceptable de una situación y la posibilidad de modificarla u oponerse a ella se realiza a través de un proceso que exige mayor o menor grado de organización"* (JORDI,

¹³ A noção de jogo é trabalhada por Jean-François Lyotard na teoria dos jogos, enquanto estratégias tecidas no cenário da disputa, que dependem dos lances realizados e do lugar social de cada jogador. Cada lance pode indicar uma nova argumentação, a construção de consensos provisórios, uma possibilidade de redefinição de estratégias e/ou a introdução de novas proposições. (LYOTARD, 1988)

1975:15), mas projeta suas ações em um horizonte de longo prazo. O que seria, em princípio, uma contradição específica, experiências espontâneas, locais e limitadas, que agem sob uma base territorial delimitada, se converteriam em um *“movimento político de caráter popular”*. Defende ainda, que a conversão das necessidades individuais em várias reivindicações gerais é a manifestação coletiva de uma consciência, que só os grupos com coordenação, poder de convocatória e representatividade, plausível de comparação com outras experiências, poderiam criar direitos e mudar a correlação de forças. Entretanto, tenta escapar das malhas do determinismo ao sugerir alguns cuidados no trato com as suas idéias:

“Hay que evitar cuidadosamente el análisis lineal, mecanicista y evolucionista de tipo: el movimiento pasa por la fase A (petición de asistencia), luego B (organización para la ‘participación’) luego C (reivindicaciones concretas respecto a las condiciones de vida) luego D (protesta por la no resolución de estos problemas y la falta de control efectivo sobre los instrumentos u organismos que deben resolverlos) y finalmente E (enfrentamiento político y construcción del germen de poder popular” (JORDI, 1975:43-44)

O autor, mesmo querendo evitar uma leitura linear, resvala ao reconhecer a existência de ‘momentos’. O que ele discute é a desnecessária seqüência de uma fase após a outra, e acredita ser perfeitamente possível, por um lado, a presença, a título de exemplo, da fase E nas situações anteriores, ou a mescla, em um mesmo momento, de elementos múltiplos correspondentes a fases diferentes. Porém o que se mantém como regularidade é a leitura progressiva, que permanece contínua e etapista.

A referência de JORDI são os conflitos sociais urbanos e o consumo de bens e serviços coletivos. Parte sempre da possibilidade de generalização de algumas reivindicações urbanas, convertendo-as em referencial significativo à criação de direitos, expressão de força e poder. Seguindo a sua linha de pensamento, a visão progressiva é uma constante, presente na caracterização e pré-requisitos à constituição de um movimento social: *“programas reivindicativos en el primer caso, política de reforma de estructuras en el segundo, poder popular en el tercero” (JORDI: 1975-:59).*

Manuel Castells, também estudioso dos processos de urbanização, gestão dos equipamentos coletivos e poder político, ao analisar o alcance dos movimentos sociais se aproxima da visão de Jordi Borja. Localiza o debate no bojo das contradições mais abrangentes do sistema capitalista, defende que acontecimentos como revoltas, contestações, movimentos pontuais, podem transformar-se numa reação irracional de vida curta, sem grande incidência sobre a realidade política e social; portanto não podem ser chamados de movimentos sociais:

“assim, os movimentos urbanos tornam-se movimentos sociais na medida em que chegarem a ser componentes de um movimento político que põe em causa a ordem social (...) esta ligação entre lutas urbanas e luta política, esta passagem progressiva de uma esfera da estrutura social a outra, é o ponto fundamental na dinâmica de transformação que os movimentos sociais urbanos podem suscitar”(CASTELLS, 1973: 123-124)

Tilman Evers já indica algumas variações. Entende que pensar movimento social é um exercício de ruptura com velhas categorias, uma adaptação de expectativas e um convite ao pensamento heterodoxo e criativo, que embora lidando com um tecido social irregular de ajuda mútua, acredita no seu potencial de penetrar a micro-estrutura da sociedade. Seu olhar é eminentemente acolhedor. Enxerga pequenos grupos, autênticos, autônomos, com estruturas não burocráticas e/ou informais, tomando todas as decisões coletivamente e sem diferenciação entre as lideranças e os demais participantes; distante dos discursos acadêmicos e suas exigências de erudição. Entretanto, acompanhando o aporte teórico de EVERS, aparece claramente a referência a uma 'esfera maior', como âncora dos processos e "*experiências irregulares, ambíguas, fragmentos de subjetividades*", em direção à sociedade alternativa. No seu dizer, são as individualidades completas de caráter macro sociais, o polo que aglutina todas essas experiências. (1984: 12 seq.)

Dessa discussão desprende-se outra, ou seja, o impacto dos movimentos sociais no processo de transformação social. Não vou querer suscitar as várias concepções de mudanças que alimentam o debate em torno dos processos sociais e instrumentos de transformação político-social, mas sim, ressaltar o debate que circula em torno das noções de protagonismo.

EVERS, mesmo admitindo que esses "*novos atores políticos não sejam secundários em relação aos partidos políticos mas, no mínimo,*

equivalentes”, discretamente reforça a visão que analisa essas experiências como estágio de manifestação cultural ainda pura, ‘pré-políticas’; formas imaturas de lidar com a política, distinta dos partidos políticos, que teriam uma atuação mais consistente. Afinal aposta no novo partido: *“diferente, incomparável, extraordinário, democrático, mas, de qualquer forma o partido político”* (EVERS, 1984:13)

Safira Ammann põe o seu acento classista, e diz ser a contestação de determinadas relações sociais, no contexto das relações de produção, o elemento constitutivo dos movimentos sociais; característica que os diferencia das coletividades de caráter promocional. Para ela, grupos que reivindicam em estrita colaboração com a ação estatal, não podem ser considerados movimentos sociais, são sim, movimentos reivindicativos, social em potencial, não factual. Entretanto defende um protagonismo ampliado: classes sociais, etnias, partidos políticos, regiões, religiões. A autora acredita que nem todo movimento social tem caráter de classe, de luta pelo poder; que podem ser tanto de conservação, como transformação. (AMMANN, 1991: 23)

Outra análise, supostamente mais exigente, como a de Alan Touraine, propõe uma combinação ao estilo - classe, nação, modernização, limitando significativamente o número de ações coletivas de conflito que considera movimento social. Ele insiste na precisão de um lugar de enunciação: *“fala em nome de uma classe contra outra, em nome de uma*

nação contra o estrangeiro dominante ou em nome da integração contra a tradição" (TOURAINÉ apud ANMANN, 1991:16). Sua ênfase é dirigida ao protagonismo daqueles movimentos que, no interior de uma sociedade, lutam *"pela direção de seu modelo de investimento, de conhecimento ou cultural"* (TOURAINÉ apud SHERER-WARREN, 1993:18).

Ilse Sherer-Warren afirma que uma leitura restritiva como a de Alan Touraine, reduz significativamente o número de movimentos considerados sociais na América Latina. E pergunta: então como adentrar-se em um processo, já em curso, que valoriza os laços interpessoais, societários, a solidariedade, a participação entre iguais, as decisões tomadas coletivamente, em detrimento de valores de uma sociedade normatizada, competitiva e individualista? Para ela, estas experiências já existem e estão materializadas em espaços variados de exercício de novas relações e de proposições políticas, e recentemente, vêm extrapolando o campo dos interesses particulares para intervir em políticas mais gerais. Acreditamos que é precisamente nesse momento, não necessariamente datável, que se dá o "salto propositivo".

Ilse Sherer-Warren, no entanto, devolve a pergunta em termos de desafios para os anos 90. Enxerga atores sociais com capacidade de *"articular numa única identidade as diversas carências"*. Carências que vão se transformando em direitos, revisando e redefinindo os espaços da cidadania, pressupostos de ação política e legitimidade de poder. Acredita

que, embora estatisticamente insignificante, os novos movimentos sociais, são qualitativamente importante, na proporção que provocam rupturas na cultura política brasileira (SHERER-WARREN, 1993:70 seq.)

Ao precisarmos em período histórico, diríamos que aproximadamente no final dos anos 70, surge na linguagem acadêmica a discussão em torno dos novos movimentos sociais. Um convite, segundo EVERS para que adaptemos *"nossos órgãos de percepção à quase imperceptibilidade dos mesmos"*; às mudanças que estas experiências trazem, em termos de *"capacidade de gerar embriões de uma nova individualidade social (...) ao mesmo tempo a mais avançada e a mais velha"*. Estas experiências, em si, podem adquirir uma conotação de *"pensamento antecipatório, parcialmente idealista"*, à medida que sua ação social *"não questiona a forma específica de poder político, mas o critério central de pensar o poder"* - o poder sem centro (EVERS, 1984:20).

Buscando identificar o descompasso do que seria novo e reminiscência do velho nestes grupos e/ou ações sociais, SHERER-WARREN acrescenta uma contraposição, para fins heurísticos, das orientações emergentes às formas tradicionais do agir político, e chama estas *"ações coletivas contemporâneas de novos movimentos sociais"* - grupos sociais que penetram as malhas do instituído e *"apontam para uma nova forma de se fazer política e de se conceber e viver em sociedade"*(1993:20 seq.).

Se quiséssemos estabelecer alguns indicadores gerais de identificação, na heterogeneidade que lhe é característico, diríamos como GABBERT, ao pormenorizar uma delimitação dos novos movimentos sociais:

"Enquanto na Europa e América do Norte são entendidos como 'novos movimentos sociais' sobretudo os movimentos de mulheres, ecológicos, pacifistas e antinucleares, abriga-se sob o conceito na América Latina, entre outros, ao lado de grupo de mulheres e preservacionistas, associações de trabalhadores fora das estruturas partidárias e sindicais 'tradicionais', grupos de ajuda mútua dos pobres e desempregados, comunidades eclesiais de base, associações de base ética, movimentos regionais; como também iniciativas nos campos de uma educação e uma arte populares" (GABBERT, 1990 apud COSTA, 1994:48)

Novamente insistimos que o discurso propositivo formula seus pressupostos a partir das reflexões dos movimentos sociais, embora este tipo de leitura seja limitada quando a mediação são os agricultores como agenciadores do discurso propositivo. Existe *"uma fissura analítica entre os processos sociais na cidade e no campo brasileiro"*, uma certa insistência *"para que a cidade seja vislumbrada analiticamente como espaço por excelência dos conflitos sociais"*. (PAIXÃO: 1998).

As reflexões, quando partem das trajetórias dos processos sociais no campo, são confusas; contemplam desde movimentos messiânicos, atravessam as rebeliões sociais e chegam ao sindicalismo rural. São experiências que perpassam, analiticamente falando, as ligas camponesas no nordeste brasileiro, a luta pela reforma agrária, e mais recentemente, os movimentos: dos "sem-terras", "atingidos por barragens", "mulheres

trabalhadoras rurais”, entre outros; processos sociais com forte componente de contestação.

Entretanto, se pensarmos os movimentos sociais, para além do rural e do urbano, e mais especificamente, o impacto destes sobre as transformações prognosticadas pelos analistas e atores sociais envolvidos, teremos como possíveis respostas: retraimento e baixa vitalidade das mobilizações, esvaziamento das demandas e expectativas, e conseqüentemente, um profundo desencantamento. Pesquisadores que anteriormente dedicavam seus estudos aos movimentos sociais, buscam na atualidade um entendimento das “*condutas de crise*”. Alguns autores lançam como desafio e “*perspectiva para os anos 90*” (SHERER-WARREN, 1993:21). Outros, passam a abordar seus fluxos e refluxos, os limites das análises até o momento, e as ambigüidades dos estudos acadêmicos:

“a multiplicidade dos estudos não correspondia a referências teóricas mais consistentes que dessem conta da exata dimensão do fenômeno analisado. Isto fazia com que as pesquisas que procuravam descrever a ação política popular, nem sempre demonstrassem a existência dos traços transformadores indicados pelos referenciais teóricos” (CARDOSO, 1983: 224 apud SOARES, 1996:93)

Como vimos delineando, os anos 80 também trazem consigo uma releitura dos processos de participação desses movimentos na realidade brasileira, intrinsecamente relacionados ao resgate da sociedade civil, às conquistas constitucionais. As estratégias dos setores que sempre trabalharam pela democratização da sociedade brasileira são

redimensionadas; passam a investir na resolução dos conflitos sociais e reversão das desigualdades, através de uma ingerência na institucionalidade política: com a elaboração de propostas para a Constituição de 1988, e posteriormente com a intervenção propositiva, através dos canais, instrumentos jurídicos e suas leis estaduais e municipais.

Estes movimentos passam a revalorizar o jogo eleitoral, e ao mesmo tempo, a participação que transcende o momento do voto. Esse processo vai sendo resgatado por seu suposto caráter político inovador e pela significativa mobilização política em seu entorno.

Os discursos pós-constituente passam a ser um referencial de grupos variados na luta por liberdade de imprensa, associação, reunião, participação no poder; reivindicações nos termos das democracias capitalistas, direcionadas à sociedade civil. (COSTA, 1994: 34).

Sérgio Costa ao recorrer a COHEN, defende que, por ser o contexto em si heterogêneo e amplo, precisar uma noção de sociedade civil requer uma análise desprendida, aberta às nuances da própria definição:

“preserva aspectos-chave da crítica marxiana da sociedade burguesa (...) incorporando ainda as reivindicações do liberalismo relativamente aos direitos individuais, o realce de Hegel, Tocqueville e dos pluralistas, de uma pluralidade de associações sociais e intermediações, a ênfase de Durkheim sobre o componente da solidariedade social e a defesa da esfera pública e da participação política destacados por Habermas e Arendt” (COHEN & ARAÚJO apud COSTA, 1994: 40)

A sociedade civil como contraface do indivíduo isolado - associações societárias, credenciadas legalmente, sintonizadas com a construção do cidadão, sujeito em exercício, diferenciada da massa de eleitores e seus interesses específicos.

O redimensionamento da ação dos movimentos sociais vai se configurando em aporte à construção de um pensamento propositivo. O que seriam medidas compensatórias - incentivos específicos em determinadas áreas, como habitação, saneamento, programas para a agricultura, entre outros - se transforma em projetos de políticas sociais. As mudanças institucionais ocorridas com a Constituição de 1988 é o arcabouço legal para elaboração de políticas públicas, e a partir destas alterações, se ensaiam os primeiros passos de ruptura com o discurso 'anti-Estado'.

Não é mais aquela leitura do Estado, que em última instância deve ser vinculado aos processos de produção e reprodução das relações sociais de produção (AMMANN,1991) , ou aquela imagem do Estado posto ao serviço da globalização, dos interesses complexos do processo de acumulação capitalista - instituição homogênea, potente, sistema legal, representante do poder e da ordem sobre um dado território; sistema de autoridade, fundado em uma hierarquia de cargos e funções; poder que advém do próprio poder da representação.

Daqui desprende-se uma outra noção de poder que vamos fazer uso no texto. Poder que depende diretamente do lugar de fala do sujeito:

quem fala, seus interlocutores, as relações de forças que os institui, os diferentes lugares sociais ocupados, os sentidos do que vai sendo pronunciado, proposto, e a legitimidade das falas. Uma nova aproximação analítica do poder - um deslocamento com o modo tradicional de se tratar as relações de poder, quer dizer, descentrá-lo do Estado e analisá-lo como práticas discursivas, inseparáveis do lugar social ocupado pelo sujeito.

A compreensão do poder, que seguimos como perspectiva, se reformula em sintonia com as mudanças na correlação de forças jurídico-políticas, nos deslocamentos institucionais ocorridos a partir da nova constituição de 1988, quando põe em discussão uma nova dinâmica social e política: *um novo discurso*¹⁴ de redefinição do papel do Estado Nacional e construção jurídica do município como esfera autônoma de poder.

Analisar a proposição como relação de poder no município, é fazer um percurso sob o conhecimento disseminado no processo de sensibilização à participação, na elaboração das propostas, na interlocução com a população, nas reflexões acerca das culturas agrícolas, da qualidade do solo, da diversificação da produção. Poder como prática sócio-política, localizada historicamente - que mobiliza, retorna, reverte-se no próprio exercício.

"É preciso supor um poder que desestabilize as capacidades de explicar e que se manifeste pela regulamentação de novas normas de inteligência, ou se prefere, pela proposição de novas regras para o jogo da linguagem científica" (LYOTARD, 1988: 112)

¹⁴ Noção trabalhada por Foucault, onde se apreende Discurso como a intersecção de falas e práticas.

O discurso propositivo acompanha as inflexões dos debates do poder local e movimentos sociais, ganha força no processo constituinte (1986-88), e seus desdobramentos nos municípios, com a emergência de um lugar de sujeito local, 'portador' de direitos e deveres, responsável por seus atos, com capacidade de posicionar-se na sociedade e, de forma específica, no município.

"A Lei Orgânica do Município assegurará a participação da comunidade e de suas entidades representativas na formulação do seu plano diretor, na gestão da cidade, na elaboração e execução de planos, orçamentos e diretrizes municipais, mediante audiências públicas, direito à informações, plebiscito e diversas formas de consultas populares como o referendo e a iniciativa popular de leis" (Constituição Estadual, art. 21, inciso 3º)

Discurso que se respalda nas mobilizações da sociedade civil, geralmente é associado aos anos de entrega e sacrifício de muitos líderes, lutadores e mártires da "causa coletiva", da "revolução". Inspiração que aos poucos vai distanciando-se e atravessando gerações, temporalidades.

Os procedimentos participativos surgem como indicadores de vários desdobramentos institucionais, presentes, não apenas nas leis orgânicas municipais, mais também, nos planos plurianuais e diretores, audiências públicas, orçamentos participativos, tribunas livres, e também, processos singulares nas malhas dos movimentos sociais, como, foruns populares, oficinas temáticas para elaboração de proposições, grupos de estudos, multiplicação de plenárias e coletivos.

"Acho que um dos mais interessantes ganhos pós-constituição no Brasil, foi de fato a valorização dessa trama da possibilidade da democracia, de não simplesmente se ater ao campo tradicional da representação do Executivo e do Legislativo, mas criar essas malhas que são capazes de tensionar, de fiscalizar, de redirecionar linhas de políticas que inclusive permitam fortalecer o teor de poder de segmentos que tradicionalmente não estão ligados a grandes grupos econômicos ou grandes grupos de poder político, e podem a partir dessas redes paralelas, tensionar e trazer para outros campos de interesses privilegiando a coletividade"¹⁵ (MARINHO, 1996: 128)

Como todo processo de instalação de verdades, 'as verdades democráticas', cujo pressuposto institucional é a constituição de 1988, se converte em processo normativo: *"medida que o grupo se dá por auto-referência"*, atravessa a sociedade e orienta as práticas dos seus cidadãos; *"pressupõe associações que poderão negociar a medida comum das respectivas exigências"*(EWALD, 1993: 109 seq.)

"O Município reger-se-á por lei orgânica (...)e os seguintes preceitos: organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal; cooperação das associações representativas no planejamento municipal; iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, 5% do eleitorado" (Constituição Federal – Capítulo I: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Municípios, Art. 29, IX, X e XI)

¹⁵ Reflexão realizada no debate sobre: as redes de decisão política na democracia, publicado no caderno "O poder do município: quem é o dono das prioridades".

A Lei Orgânica e outras referências institucionais, não se propagam como tipologia rígida, mas passam a ser regularidades a sua recorrência nas atividades, discursos ou comportamentos que se repetem. Submersa aos *acontecimentos*¹⁶ e circunstâncias conjunturais, a norma é plural por definição e constituição; circunscrita a um tempo, uma historicidade: *“sua duração (...) inclui a possibilidade da sua própria transformação”*, de acordo com o potencial de adaptação *“as condições permanentemente móveis de uma situação”*. (EWALD, 1993: 109-123).

“Uma norma pode ser definida como critério, uma medida ou um exemplo de procedimento, de processo, de dimensão, de extensão, de quantidade, de qualidade ou de tempo estabelecido por uma autoridade, pelo costume ou pelo consenso, como base de referência ou de comparação” (EWALD, 1993: 99)

Mais que um referencial fixo dos procedimentos da participação propositiva, temos perspectivas de absorção de formas múltiplas de *“ação da cidadania”*, que exigem desse momento, uma leitura mais detida das estratégias da proposição e dos atores sociais envolvidos.

¹⁶ A noção de acontecimento é apreendida como estratégias que pairam para além dos resultados exigidos de uma lógica racionalizante. No dizer de Michel Foucault não se assemelha a grandes batalhas ou realizações, mas a algo que penetra nas relações - um poder que se fragiliza, uma conjuntura que muda, uma correlação de forças que se transforma (FOUCAULT, 1995:28)

2. 4. A Construção do Discurso Propositivo

“ Não basta apresentar propostas... é preciso clareza da proposta para discutir com o poder público ... não vale só fazer proposta ... é preciso discutir viabilidade, prazos, recursos, prioridades” (Nelson Anacleto, 38, presidente do STR)

A relação com a terra produz e aglutina múltiplas imagens em seu entorno. É a partir desse lugar, que ergue-se o cenário do discurso, que vão sendo elaborados os prognósticos, as proposições.

Mas à medida em que os agricultores pensam a produção, e se pensam como produtores, percebem que existem diferenciações, tanto das terras, como dos tipos de culturas agrícolas.

O município deixa de ser um todo homogêneo, onde os agricultores são apenas produtores que vivem da produção de hortifrutigranjeiros, e, *“o tamanho das propriedades, o que o agricultor planta, o tipo de criação que ele faz, a renda que ele tem e o jeito que ele trabalha a terra”* passam a fazer parte das análises, do diagnóstico. Ainda é um saber organizado a partir do valor dado ao trabalho, privilegiando a inserção no processo produtivo. Nesse caminho de descobrimento, difundem-se imagens, símbolos e informações: *“alguns tipos de terra são diferentes...sítios com terra de areia, outros com terra de barro; terrenos (...) altos e com ladeiras (...)outros mais baixos e mais planos (...) As plantações são diferentes.* (DRPA, 1998:13).

"a gente pensou um diagnóstico mais apurado, mais técnico e que pudesse...vê mais profundamente a situação do agricultor: como eles vivem, como eles trabalham, que dificuldades eles enfrentam...um conhecimento da realidade...mais aprofundado do ponto de vista da produção...a gente tá defendendo e tá construindo propostas alternativas dentro desse diagnóstico...temos propostas tanto prá o poder público, como prá própria organização nossa" (Nelson Anacleto, 38, presidente do STR)

Surge o *Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecosistemas* – DRPA. Instrumento de planejamento da ação do sindicato, busca responder as exigências e demandas, tanto da leitura da realidade, como da qualificação dos dirigentes no exercício da sua intervenção. *"O DRPA é, sobretudo, um processo de mobilização da comunidade, que envolve seus membros em várias atividades e em níveis diferenciados de intensidade e responsabilidade."* (VON DER WEID, 1991:151-152)

As motivações surgem com a experiência de *"conhecimento da realidade"* realizada no início dos anos 90. O diagnóstico parte da *"necessidade da gente dar continuidade a um trabalho que a gente fez em 90, 91. Foi um conhecimento da realidade, mas a gente pegou mais o lado organizativo, né?"* (Nelson Ferreira, 33, tesoureiro do STR). O registro desse momento é feito através de um documento base, com informações iniciais sobre o município: número de estabelecimentos, renda fundiária, caracterização dos produtores. A essa leitura da realidade foi conferida o *status* de instrumento de formação e capacitação ao trabalho da oposição ao sindicato, vencedora no ano de 1992. *"conhecimento da realidade para propor políticas mais adequadas, ainda de uma forma inicial...um pouco*

superficial, no sentido de conhecer a fundo todos os problemas da agricultura” (Sonia, 41, CENTRAC).

Foram estas informações panorâmicas, reunidas sobre o município, que levaram muitas organizações não-governamentais¹⁷ a construção ou fortalecimento das parcerias com o sindicato, entre as quais: a AS-PTA, Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, o CENTRAC, Centro de Ação Cultural, o PATAAC, Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades, e/ou governamentais, como a EMATER, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba.

Como projeto educativo, o DRPA é uma proposta metodológica que contempla a participação como central nos processos, político e técnico, de obtenção das informações: *“foi uma experiência muito boa...envolvemos é, cerca de 100 agricultores aqui no município” (Severino, 52, secretário da pequena produção do STR)*

O DRPA foi assessorado pela AS-PTA e envolveu aproximadamente 100 agricultores e instituições parceiras do sindicato. Depois de concluído, foi divulgado entre várias instituições, quais sejam, o Conselho de Desenvolvimento Agropecuário, Câmara de Vereadores, Banco do Brasil, EMATER, e apresentado às comunidades no Seminário de Conclusão do Diagnóstico – Lagoa Seca.

¹⁷ As organizações não-governamentais, conhecidas como ONGs, são no dizer de RAMALHO (1996:1) *“um universo – ou multiverso – que traz consigo a marca da diversidade. São distintas origens, trajetórias, serviços, tamanhos institucionais, público demandatário, dirigentes, áreas temáticas e outros, formando, assim, vários subgrupos que se identificam com essa sigla”.*

Dai surge com força a posição do ator político mediador, na transferência dos ensinamentos e transmissão de um conhecimento especializado, técnico, político, metodológico:

"existia uma concepção que meio ingênua, ingênua não!!! mais simplista de propor, de juntar algumas propostas e chamar o prefeito, o vereador prá solicitar...hoje já intervêm através do orçamento e de propostas mais fundamentadas... a idéia é tentar ajudar a sobrevivência dos pequenos produtores na terra" (Sonia, 41, CENTRAC)

Identificar os problemas, propor soluções, estabelecer prioridades, elaborar proposições e buscar parcerias com outros setores, são os requisitos necessários ao pleno desenvolvimento do diagnóstico. Para isso, exige-se o envolvimento do público alvo na preparação, planejamento, experimentação e difusão dos projetos.

"hoje sim! nós temos a realidade dos agricultores do município...hoje tá sendo mais fácil é, você desenvolver qualquer atividade na área produtiva...desenvolver qualquer política nesse setor, e você sabe mais ou menos qual é as linhas que você pode, é, implementar em cada região".

"aí que a gente começou ter estudo mais aprofundado do município de Lagoa Seca...a gente teve oportunidade de conhecer a questão do solo do município, a questão pluviométrica das chuvas, e a questão da produção, e, foi aí que a gente descobriu que o município, que os agricultores não era iguais"

(Nelson Ferreira, 33, tesoureiro do STR)

Considerando as diversificações existentes, os agricultores são agrupados por semelhanças e diferenças. Desse ponto de partida, surge como tipologia, três grandes grupos no município:

O agricultor de roçado¹⁸ que se subdivide em três tipos - agricultor de roçado bem pequeno, agricultor de roçado comum e agricultor de roçado diversificado;

O verdureiro¹⁹ que se diferencia em duas modalidades - verdureiro de inverno e verdureiro do ano todo;

O fruticultor²⁰ é diferenciado pela especificidade do ramo produtivo: plantador de banana de menor condição, plantador de banana de melhor condição, plantador de laranja de menor condição e plantador de laranja de melhor condição.

Muitas das atividades realizadas pelo sindicato foram inviabilizadas pelo desconhecimento: *"muitas vezes a gente defendia uma proposta, mas a gente não tinha na verdade como argumentar a viabilidade daquela proposta"*. O conhecimento da realidade e a realização do DRPA, possibilitaram o salto propositivo no município e mudanças substanciais na vida do sindicato - estavam convencidos plenamente da *"necessidade de conhecer melhor os problemas dos agricultores e de encontrar saídas para a crise"*²¹. A experiência apontou, em primeira instância, ao diagnóstico, e na sequência, a formulação de proposições.

¹⁸ Cf. Anexo 3

¹⁹ Cf. Anexo 4

²⁰ Cf. Anexo 5

²¹ As informações mencionadas neste parágrafo constam na cartilha publicada pela AS-PTA e o STR, com os resultados do DRPA - Diagnóstico Rápido Participativo em Agroecossistemas, intitulada: Agricultura Familiar de Lagoa Seca: conhecendo sua realidade: *"nesse estudo trabalharam alguns técnicos e agricultores que saíram pelos sítios fazendo reuniões, entrevistando as pessoas e anotando os resultados"*(1997).

O DRPA aporta a construção de outras referências de organização territorial, um novo mapa do município – o *Mapa das Regiões de Lagoa Seca*²² que pensa a organização, os limites e as fronteiras, a partir de uma caracterização bem peculiar: as regiões “batizadas” pelos agricultores de – região dos roçados, região do encontro dos rios, região das verduras, região dos sítios das ladeiras, região das frutas, região do agreste: “*esse trabalho resultou na divisão de seis regiões, e dessa seis regiões a gente viu cada...é, cada potencial, que cada região tinha*” (Severino, 52).

Com as informações sobre a produção, uma caracterização dos agricultores e os indicadores geográficos, vieram por acréscimo os levantamentos dos principais problemas, causas e efeitos, de cada grupo de produtor: o *agricultor de roçado*, *verdureiro* e *fruticultor*. E com estes dados, elaboram dois níveis de proposições relacionadas às políticas públicas governamentais – *propostas junto ao poder público* – e as dirigidas ao trabalho educativo – *experimentação de novas propostas com os agricultores*²³ (DRPA, 1997)

Com o diagnóstico se buscou apontar soluções aos problemas da falta de renda, diversificação da produção, recuperação das terras e inibir a venda das propriedades, investindo em experimentos educativos com grupos de produtores: fundos rotativos, bancos de semente de inhame e batatinha.

²² Cf. Anexo 6 – Mapa das Regiões de Lagoa Seca.

²³ Cf. Anexo 7 – Proposições – Seminário de Conclusão do DRPA.

A circulação das informações contidas no DRPA passam a ser uma referência obrigatória na linguagem recorrente de cada dirigente para a formulação das proposições - conhecimento da realidade e estudo da viabilidade de cada proposta.

A noção de espacialidade sofre mudanças, reconfigurações. Ela é construída com identificadores que surgem nas várias falas sobre as regiões, sobre os tipos de agricultores, nos limites e diferenciações de cada produtor, nas condições climáticas, nos tipos de solos. E também, em outro patamar de reflexão, nos problemas suscitados – causas e efeitos da migração juvenil, na presença dos granjeiros no município, *“da vida dupla: de agricultor e empregado”*, vínculo que vem significando um acréscimo ao orçamento familiar. A espacialidade passa a ser pensada como espaço em deslocamento, possibilidade de agenciamentos diferenciados, como lugar social de encontro de experiências, sensibilidades, universo de sentidos articulados. A identificação do agricultor com a terra se constrói a partir de referências e perspectivas variadas.

Nos termos citados, a condição de agricultor é permanentemente questionada. Muitos produtores sobrevivem da pequena aposentadoria, da remessa de dinheiro dos parentes que migraram, ou simplesmente, de algumas pequenas iniciativas: mercearia no sítio, biscates, assalariamento em outras propriedades, vendas de produtos cosméticos a domicílio, abordagem corporal (massagens), saúde e alimentação natural, entre outros, que podem significar maior rendimento que a dedicação a produção.

Mesmo reconhecendo que as atividades agrícolas não garantem o sustento familiar, para um número significativo de agricultores, por isso a busca de outras fontes de renda e subsistência - *“por isso eu tenho que correr...para fazer, arranjar alguma coisa, porque não dá prá viver só da agricultura” (Dona Arlinda, 53, comissão de Mulheres do STR e Pastoral da Criança)* - a terra continua sendo uma referência - uma inspiração, um convite a um novo olhar, uma nova maneira de percebê-la, senti-la, abordá-la. Outras formas de convívio que trazem à tona outras dimensões:

“A gente tem que tá descalça, né! É uma maneira de eu receber a energia da terra e do céu; tem a energia positiva e a negativa...e essa energia que eu recebi da terra...imediatamente eu passo para o meu paciente...e a medida que eu vou massageando, eu vou recebendo energia e vou transmitindo a minha energia” (D. Arlinda, 53, comissão de mulheres do STR e pastoral da criança)

A venda da propriedade, o êxodo, a expulsão “consentida”, são entraves na relação com a terra, e assumem uma particularidade na disputa - quando esta se realiza - com os novos proprietários de pequenas terras do município²⁴: os *“granjeiros que usufrui do ar de Lagoa Seca...transformam em área de lazer...e não participam dos problemas daqui”* (Celi de Lourdes, 48, secretária da ação social e vice-presidente dos conselhos de saúde e bem-estar social) ou problemas advindos do isolamento, da falta de comunicação:

²⁴ São considerados novos proprietários, aqueles que compram o imóvel para transformá-lo em residência ou área de lazer, sem compromisso de tirar da terra a sua subsistência, considerando que a renda desse produtor vem de outras fontes.

“Agora sobre a comunicação da gente, das famílias, a gente sente uma grande lacuna. Quando a gente era todo mundo pequeno produtor, até para o trabalho, para mão-de-obra nossa, quando a gente tinha uma situação um pouco melhor...se tornaria mais fácil, porque muitas vezes o próprio vizinho da gente quer trabalhar...hoje a gente sente que tá praticamente sozinho, não temos mais por quem chamar, nem no caso de doença”.(Sr. Zé Leal, 64, vice-presidente do STR)

Entretanto, se diz respeito à valorização das terras e a infraestrutura, “Seu” Zé Leal, reconhece uma certa positividade na presença dos “granjeiros” na região: *“hoje são mais valorizadas, por eles trazer, é telefone, é via de acesso, assim, as estradas melhores, as pessoas, os turistas vem muito prá casa deles, ai olha muito as terras da gente com bons olho; caso a gente fosse vender, a gente venderia fácil”*. Seu posicionamento é distinto quando argumenta que o produtor que vende suas terras, fica impossibilitado de readquiri-la, devido a valorização excessiva, e com essa afirmação, retorna ao que seria, na sua percepção inicial, o problema gerador: *“os granjeiros a renda deles vem de fora, doutra espécie de trabalho”*, podendo possuir a terra e não depender dela para sobreviver. Não é uma relação de cultivo e permanência.

São dificuldades que acompanham o dia-a-dia do ser agricultor. À medida que vão propondo, tentam encontrar respostas para cada demanda e, para isso, recorrem a indicadores diversos. São geográficos, quando se referem à localização, delimitação dos espaços, das fronteiras entre regiões, das identidades dos agricultores; são econômicos, quando tratam dos

recursos necessários à manutenção familiar; mas são também fluxos²⁵ construídos na transversalidade²⁶ das relações do agricultor com a terra.

DELEUZE & GUATTARI (1976:180) decodifica-a como :

“ megamáquina: que codifica os fluxos de produção, de meios de produção, de produtores e consumidores - é o corpo pleno da deusa terra que reúne em si as espécies cultiváveis, os instrumentos aratórios e os órgãos humanos”.

O cenário da proposição é tecido por estes agricultores transitando entre regiões, com expectativas que extrapolam os limites pré-fixados pela manutenção familiar; as estratégias pairam sob a fixidez dos indicadores, quaisquer que sejam eles. Na realidade, para a pergunta quem é o fruticultor , as respostas são diferenciadas: *“é aquele que planta banana”, “mas eu também planto laranja”*; no caso específico dos verdureiros: *“eu planto verduras, mas meu sustento vem das flores ... planto flores há mais de 20 anos”²⁷.*

Para a pergunta quem é você, geralmente há um impasse, diria que uma impossibilidade de resposta única; convivem sempre situações intermediárias. As identidades escapam ao processo mesmo de auto-

²⁵ Para que os fluxos sejam codificáveis é preciso que sua energia se deixe quantificar e qualificar (...) que alguma coisa passe, mas também que alguma coisa seja bloqueada, que alguma coisa bloqueie ou deixe passar (FOUCAULT, 1984: 207)

²⁶ Com a noção de transversalidade, GUATTARI se propõe a superar dois impasses, o de uma pura verticalidade e o de uma simples horizontalidade; ela geralmente ocorre quando uma comunicação se realiza entre os diferentes níveis, e sobretudo nos diferentes sentidos; *“percorrer transversalmente as ordens, recompondo-as de maneira criativa” (1987: 56 seq.)*

²⁷ Fragmentos de falas do seminário de análise e repasse dos resultados do DRPA.

identificação. Os desejos²⁸ são mediados pela capacidade produtiva de cada ator social. Quando se planeja chegar um dia a produzir frutas em vez de uma agricultura de subsistência (milho, feijão e mandioca), o que se sobressai, são desejos de um agricultor de roçado, que sonha em chegar a condição de fruticultor.

Existe um conjunto de demandas, claramente vinculadas às noções de status, ascensão social, que trabalham em íntima conexão com os desejos veiculados por um (des)conhecido mundo urbano, com suas máquinas de construções de ilusões, afetos / desafetos e incentivo ao abandono da terra.

Os agricultores circulando, a terra produzindo, à medida que produtor e terra se misturam, são afetados pela natureza; os afetos escorrem, ocupam seus corpos, são subjetivados nas relações. *“Ocupar um corpo, investi-lo, é animá-lo; é fazer que as suas forças se desprendam de uma certa maneira, com que ele encontre nisso um interesse, uma satisfação, um sentido” (EWALD, 1993: 51)*. Sentimentos dos mais variados se fundem, se desprendem, se metamorfoseiam. É o lugar da tristeza com a própria vida: *“com tantos problemas, os jovens não vão querer se meter com a agricultura...a saída é o emprego...a agricultura é*

²⁸ Precisar que o discurso é movido por desejos, não implica dizer que ele paire, se desprenda do sujeito, mas sim, que é construído socialmente, (des)centrado dos indivíduos e das teorias que o limitam ao campo dos instintos, da pulsão, da força bruta, do incontrolável. Desejos, aqui apreendidos, na acepção de motor do campo social, agenciado coletivamente; ainda que ocasionalmente sejam individualizados não se configuram como somatória de anseios individuais. (GUATTARI, ROLNIK, 1996: 215- 239).

prejudicial para aqueles que tem menos de 3 hectares de terra” (Vero, 36, diretor do STR).

É o lugar também dos discursos instituídos como aqueles mais politizados, que acreditam no futuro da agricultura familiar, que se desprendem numa enunciação pausada, calma, explicativa, ou simplesmente em impulsos militantes, na voz grave, eloqüente, na defesa da natureza, da agroecologia, da diversificação de culturas, da terra como ecossistema, dos tratos com o solo:

“e o mais importante disso tudo, também não é só produzir, é como a gente respirar; a gente não tá respirando bem mais não, porque se devastou tudo. E a gente temos condição de fazer... vamos dizer assim: um filtro...um filtro para que nós pudesse respirar, onde a gente não tivesse que respirar tanta poeira, tanta poluição, como respiramos hoje. E eu gostaria que daqui para o ano 2000, o pessoal colocasse na cabeça, de fazer da sua terra um pedacinho de agroecologia ... era bem melhor, bem diferente, é, fazer um pomarzinho, tanto ele tinha fruta como sombra” (Severino, 52, Secretário da Pequena Produção do STR)

Os fluxos penetram os corpos, atravessam as reflexões articuladas nas suas variadas facetas - sócio-política- afetiva. Na hora de pensar cada proposta o que seriam problemas particulares, de produtor x ou y, são transformados em propostas, em projetos para o desenvolvimento do município, para a agricultura familiar.

É uma intervenção que depende do nível de capacitação e apreensão de cada dirigente e/ou agricultor; da legitimação, reconhecimento ou negação do trabalho que realizam. É uma relação que tanto pode ser de

fluidez, como de bloqueio, de permanência e deslinde, de fuga e encontro, de escape e/ou aceitação das convenções sociais instituídas, de proposições que transformem a realidade da agricultura familiar.

As estratégias da proposição, com seus programas e projetos, exigem de cada agente propositor um esforço permanente de convivência com a mudança. Toda organização é pensada através da convivência com 'o estável', de um patamar mínimo de segurança, por isso, o medo da fragilização diante das mudanças freqüentes, da instabilidade inerente a toda experiência. Nesse percurso vão sendo gestadas várias experiências de convivência com o novo, no encontro da tradição com o sonho do diferente:

"é porque meu pai já fazia assim e eu sigo aquele mesmo ritmo dele. Então aquilo preocupa muito a gente; então a gente diz: mas, faça assim... não faz. Às vezes vai toda vida matar aquele solo, mas ele não pensa em recuperar o solo, mas ele não pensa de fazer uma proposta de trabalho que realmente não seja desgastante para o solo, e quando ele desgasta o solo, desgasta também a nossa vida, porque aí a terra deixa de produzir melhor, então a gente começa a reclamar porque a terra não produz mais" (Severino, 52)

A terra e o agricultor, universo de sentidos justapostos e imbricados; mescla das mais variadas dimensões - o divino, o humano, os sentimentos de afeição, rejeição, abandono; a terra como mãe, deusa, corpo. Uma história de amor, de suor, de idas e vindas, onde o que se quer, é fazer valer o suor, o amor, a entrega: *"é, a gente quer valer o nosso amor / a gente quer valer nosso suor.../ a gente quer é ter muita saúde" (É. Gonzaguinha).*

2.5. As configurações da participação do agricultor familiar: os poderes da representação

"os sindicatos começam a repensar o seu papel, é que não basta eles...só reivindicar, criticar, dizer que o outro está errado, mas tem que saber de fato o que quer, tem que conhecer prá poder dá propostas. É um momento propositivo, então, é nessa fase propositiva que o grupo vai tomando um rumo mais amplo" (Sonia, 41, CENTRAC)

A particularidade do exercício da proposição, o situa como *discurso performático* (DERRIDA: 1994), ou seja, herda e sofre inspiração das múltiplas tradições do marxismo, tanto do componente revolucionário, como do espírito de igualdade e distribuição de justiça. É um lugar em que se formulam demandas diferenciadas e contraditórias; onde certas estratégias de recusa dos padrões de sociabilidade predominantes são exercitadas. Discurso que não necessita de autorização para existir, e se transforma no transcurso da sua formulação. Ao produzir enunciados e instituir realidades, traz para o presente a proposição como projeção, um vir a ser, uma visualização do futuro - o lado utópico, a fala como antecipação do desejo de ver acontecer, da possibilidade de vir a ser diferente.

Severino percorre o município. Se esforça para conciliar a dedicação militante com o dia-a-dia do trabalho de produtor. São horas de caminhadas diárias - aproximadamente 12km; seus passos são firmes, às vezes indecisos, cansados dos percalços e desvios dos sonhos perseguidos:

“da diversificação da produção, de um pequeno pedaço de terra com água, de uma vida plena para o agricultor” (Severino, 52).

Sua caminhada inclui três lugares diferentes, onde desenvolve as atividades produtivas que garantem a manutenção familiar: o roçado familiar, a plantação de mudas de flores e a pequeno pedaço de terra, onde cultiva uma agricultura de subsistência. Nesse ínterim, mantém seus compromissos sindicais, como diretor da pequena produção, membro da direção executiva do sindicato e da associação dos pequenos produtores do Almeida, e ainda coordena as atividades com os agricultores experimentadores, reunidos nos bancos de inhame e batatinha.

A ‘esfera da proposição’, é constituída nos meandros dos discursos de agricultores como Severino, Nelson Ferreira, Nelson Anacleto, Dona Arlinda, e muitos outros; assume características multiformes, e circula no espaço da agricultura familiar no município. Diríamos que floresce em todos os espaços de participação, onde estejam os agricultores “mais engajados”.

A materialidade de cada discurso depende do significado que cada agricultor põe em sua prática, dos diferentes processos de significação, do potencial coletivo e individual de elaboração de uma proposta – da arte de propor. Nessa perspectiva, as afirmações vão sendo construídas, a verdade deixa de ser algo dado, transcendente, e passa a ser negociada, disputada. Cada agente proponente ocupa um lugar diferenciado e seu discurso é uma enunciação inserida no contexto social: *“as palavras*

não significam por si, mas pelas pessoas que as falam, ou pela posição que ocupam os que falam. Sendo assim, os sentidos são aqueles que a gente consegue produzir no confronto do poder das diferentes falas” (ORLANDI, 1988:79). Ao apresentar propostas vão constituindo-se em sujeitos propositivos.

Os atores sociais com função de representação, no caso em análise, os produtores sindicalistas, trazem consigo um conhecimento reunido com a experiência, e deste lugar, pensam as proposições. Se propõem a gerir as estratégias e universos distintos, qual sejam, linguagem cultural dos personagens envolvidos, demandas vindas do poder público, subjetivação da diferenciação hierárquica dos papéis: direção, base, mediadores, aliados, e simultaneamente, ser tradutor de um discurso que se refere em graus de legitimidade, representatividade e eficácia – “*se fazer crer*²⁹” - através da qualificação do discurso do dirigente e da viabilidade das proposições apresentadas:

“a gente tinha várias proposta relacionada com a agricultura...no município, a garantir melhores condições para o agricultor; só que a proposta que a gente tinha, muitas vezes eram propostas vazias e facilmente elas eram derrubadas né, pelo poder público, por técnicos ... extensionistas da EMATER, pelo pessoal da prefeitura, né? Quer dizer, muitas vezes a gente defendia uma proposta, mas a gente não tinha na verdade como argumentar a viabilidade” (Nelson Anacleto, 38, presidente do STR)

²⁹ Acordando com CERTEAU na aproximação que realiza da arte de crer: “*entendo por crença não o objeto do crer (um dogma, um programa etc.), mas o investimento das pessoas em uma proposição, o ato de enunciá-la considerando-a verdadeira*” (1996:278)

CERTEAU recomenda uma minuciosa análise do funcionamento das autoridades no campo político. Garante que estas se resguardam em quotas de credibilidade e racionalidade³⁰, e é a partir desse convencimento, que se pensam como instituições, que vão mais ou menos gerindo seus propósitos. Não obstante, defende a existência de um sentimento de descrença, uma *"recessão da capacidade de crer em todo o campo político"*, e que estas, *"não regressam tão facilmente para os campos que desertou...que se tornaram inacreditáveis (1996:278-282).*

Nesta perspectiva, o sindicato como corpo político representativo de uma base sindical, convive com atores diferenciados e linguagens distintas. Entretanto, são os seus associados os primeiros destinatários do seu discurso, é deles que emana o seu poder. São suas demandas, reivindicações convertidas em propostas e projeto de desenvolvimento para agricultura familiar, que garantem legitimidade - a competência do discurso do dirigente. Competência que entre em contraposição ao discurso competente proposto por Marilena Chauí, por ser este último vinculado aos modelos, sistemas e autoridades instituídas; que parte da afirmação de um lugar fixo de exercício do poder:

³⁰ Racionalidade enquanto crenças transportáveis, enquadradas para ganhar *'valor de convicção'* (CERTEAU, 1996:279)

"não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminadas para que seja permitido falar e ouvir, e enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência" (CHAUÍ, 1993: 7)

Partimos da premissa de que a realidade sendo dinâmica, o limiar entre representatividade e (des)conhecimento da representação delegada é tênue. O perigo de distanciamento dos seus associados existe - o sindicalista sabe disso. É preciso que haja um sentimento de reconhecimento dos sindicalizados em relação aos seus dirigentes, que estes sintam-se representados no discurso dos seus 'porta-vozes', participando da gestão. O discurso da representação se legitima e se faz representar, fala em nome do associado, responde por ele. A legitimidade abordada se produz no jogo da disputa, no lastro da experiência, nas redes de representação e deliberação:

"a nova diretoria... nós ampliamos para uma representação das comunidades, onde a gente tinha trinta e dois líderes comunitários, representantes...das diversas comunidades do município...era o conselho, digamos assim, deliberativo, para nos ajudar a administrar, principalmente nas questões mais polêmicas, nas questões que envolviam uma discussão maior. Então além da gente discutir tudo coletivamente ... a cada dois meses ou mensal, quando necessário, a gente reunia a direção mais a representação das comunidades"(Nelson Ferreira - tesoureiro do STR)

Redes de lealdades são estabelecidas. No dizer do discurso sindical, uma coisa é a direção anterior, *“pelega e comprometida com os políticos”* outra somos nós, naquilo que somos e apreendemos como função sindical, que nos legitima e diferencia dos demais projetos. Isso comumente acontece, sendo preciso conviver com as oscilações que permeia cada discurso. *“Quer dizer que na verdade não existe puros e impuros, isso é uma coisa que tem que ser superada”* (Nelson Anacleto, 38). Significa dizer, que o sindicato de Lagoa Seca, como todo agente que canaliza aspirações, demandas específicas, sentidos diferenciados, vive permanentemente sendo testado no seu papel de interlocutor das vontades articuladas, como agenciador das proposições. O discurso do dirigente – mesmo sendo agricultor – nem sempre se coaduna com os discurso dos produtores e poder público. Cada proposta, cada argumento é um lance feito no jogo. O discurso é sua arte e sua arma. Falar é combater, no sentido de jogar, reconhecer-se jogando. É um jogo, portanto escapa à determinilidade de um destino inexorável; e como circuitos de comunicação, deixa em aberto a sinalização de um desvio, recuo ou reapropriação, de um lance não esperado. (LYOTARD, 1988: 52)

Tradutor de mensagens circulantes, o discurso da representação transita entre esferas e conhecimentos de natureza diversas. Parte do lugar da sua enunciação – da representação que lhe é cabível: cargo, função, lugar de fala, do cuidado com o *“nome a zelar”*... *“o sindicato ele dirige as lutas dos trabalhadores, é o órgão responsável pela organização dos*

trabalhadores. Essa é a nossa função” (Nelson Anacleto). Mas, sofre muitas oscilações à medida que vai sendo pronunciado/enunciado/negociado; na proporção que vai desdobrando-se.

“ai é onde a gente questiona, porque a gente não começa a discutir em cima de proposta... ir levando essas proposta prá dentro da federação e ocupando espaço dentro, né?... no momento que você entra dentro, propondo, sugerindo, você vai criando espaço até mesmo junto dos trabalhadores, de começar a discutir as suas propostas...tem mais condições de colocar em prática, do que você por fora, sendo oposição.”(Nelson Anacleto, 38, presidente do STR)

Na mediação da proposição, a representação é posta em teste. Circula entre saberes e interesses distintos, às vezes conflitantes, onde emitir uma opinião é sempre um desafio. Ao entrar no cenário de disputa, é decisiva a leitura que o dirigente faça das táticas e estratégias instituídas, da correlação de forças, das chances de conquista e/ou vitória de cada proposta negociada - dimensões do discurso político que convivem no limiar da ambigüidade. Condição que indica a provisoriedade do jogo político, das mediações necessárias, alusivas a outras redes, outros valores, outros aliados e/ou opositores. Uma tensa coexistência deve ser gerida. Esses entremeios possibilitam, entre outras variações, uma defesa de parte do dirigente, ao prefeito – seu opositor – quando há um reconhecimento do trabalho realizado, e, um ataque à “cegueira política dos opositores” – lugar social que é também seu - sem contudo, renunciar ao direito de crítica, quando acredita existir o erro. Nesse momento, apesar dos percursos e desvios, está assegurado a sua posição social, seu “direito assegurado”.

A legitimidade advém do lugar do discurso, tecido nas relações estabelecidas no jogo político municipal. Seja sindicalista ou membro da igreja local, acreditam-se possuidores de um poder vindo da representação e reconhecimento público e político. Portadores do direito à fala, recorrem a ela, na arte de separar o verdadeiro do falso, "o joio do trigo", ou simplesmente, na dúvida mediada por uma clara afiliação a uma das partes envolvidas:

"o prefeito tá fazendo...mas o presidente da câmara o acusou de desvio de recursos, apresentou provas, sei não...dizem que em uma das confusões, o presidente saiu por detrás... (pela porta traseira da câmara)...dizem que o presidente já se retratou" (Irmão Damião, 80 - Marista)

O posicionamento do religioso demonstra uma discreta simpatia pela posição do prefeito, insinuando que o vereador e presidente da câmara municipal, não mantêm firmeza nas suas críticas, no momento que sai "por detrás" e não enfrenta as discussões.

O discurso que propõe, não isento das controvérsias anteriores, é gerido na disputa. Para vencer a "luta", há o elemento a mais à reflexão - a sujeição. Submeter o outro - na especificidade do tema analisado - sugere várias apropriações - eliminar idéias, proposições, argumentos; sair vitorioso, sem necessariamente ser conquistado ou pode significar apenas que as estratégias foram bem aplicadas e que a correlação de forças agiu favoravelmente.

Ocorre, que o fio que distingue o conquistador do vitorioso, transita numa velocidade imperceptível; são dimensões que se fundem num mesmo sujeito: o agricultor familiar, que é constitutivo de várias mediações e capacidades. Conquistar alguém ou algo é fazer a travessia dos afetos, exercício de sedução e desarme, para poder ser afetado, afetivamente/efetivamente conquistado:

“a gente tava dentro daquilo que...achava que era os puros, só era os certos, né? Era o pessoal da igreja, da CUT, né? Não podia se misturar com os pelego, a gente achava isso, a gente não quis nem compor com ele prá não misturar o sangue...se você for olhar a prática hoje, tem sindicato que não são filiado a CUT, não são não, e tem uma prática muito melhor do que outros que são filiados” (Nelson Anacleto, 38, presidente do STR)

É através das configurações estratégicas e táticas - discursos pronunciados simultaneamente em espaços múltiplos de exercício do poder: sindicato, nos âmbitos legislativo, executivo e judiciário, nos espaços de experimentação de novas experiências tecnológicas - que há uma confluência de posições e abordagens.

Existem aqueles discursos que colocam como meta atingir o próprio espaço do poder: tomá-lo, organizá-lo ou destruí-lo - o nível estratégico. Investem no acirramento das posições em torno da proposição de novos projetos; uma disputa visando o estabelecimento de uma nova correlação de forças.

Ou aquela perspectiva que busca o diálogo visando a qualificação do exercício - nível tático: *“o poder é de vocês, quem manda no sindicato é*

vocês.” (Nelson Anacleto, 38) mesmo que, em algumas ocasiões, isso signifique apenas uma suposta e provisória, ‘transferência de poder’.

O discurso é sempre uma fala de um lugar determinado. O falante se comporta de uma maneira particular. O discurso do presidente atual do sindicato, Nelson Anacleto, é pronunciado desde uma perspectiva intertextual. Não é uma enunciação estática, se flexiona, oscila, legitima e cristaliza-se a partir dos espaços plurais de inserção social: militância estudantil – centro cívico no colégio estadual da prata (1979/80); participação em grupos de jovens, pastoral de juventude, pastoral rural, comissão pastoral da terra (1982/92); as sucessivas oposições sindicais (1983, 1989 e 1992) - derrotas e vitória, respectivamente, na disputa sindical - *“só foi em maio de 92 prá cá quando a gente entrou, reconquistou o sindicato e passou a militar”*; na recondução de cargos, a partir das reeleições - *“isso! três mandato alternado, porque eu era tesoureiro na primeira gestão, nessa que tá terminando eu sou presidente, e foi agora a eleição e eu fui reeleito como presidente, segundo mandato como presidente”*³¹ (Nelson Anacleto, 38).

O inter-relacionamento dos acontecimentos requer, do sujeito proponente, uma coexistência tensa com o próprio cenário da disputa. Seu discurso é uma enunciação propositiva, cujos *“resultados devem também ser contabilizados pelos desdobramentos sociais surgidos a partir dessas*

³¹ Período correspondente - 1998-2002.

experiências de resistência e de adesão, de irreconhecimento ou de reconhecimento social". (NEVES, 1997:11)

"a gente reivindicou para que a prefeitura introduzisse... dinheiro, prá se investir em estrumo para o pequeno produtor, mas simplesmente o prefeito disse que isso era utopia nossa, e...que o tribunal de contas não aprovaria, e coisa e tal, e por ali embolou o meio de campo, e ele não tá querendo dar uma resposta concreta para os agricultores" (Severino, 52)

Sem dúvida, é compreensível a tensão, geradora de impotência, quando os agricultores vêem suas proposições sendo desacreditadas. Nessa ocasião, vemos um discurso que oscila e se decepciona com as experiências de confronto, entre forças políticas desiguais, na luta pelo poder. *"Com efeito, se um discurso não pode ser mais verdadeiro que o outro, os discursos não são equivalentes",* eles se constituem no debate das diferenças; simplesmente *"eles não dizem a mesma coisa porque não falam do mesmo ponto de vista, segunda as mesmas perspectivas, as mesmas relações com o poder."* (EWALD, 1993:24).

Estando presente essa dimensão, é de interesse do dirigente sindical suavizar aquelas propostas que geram desânimo e ressaltar as que geram processos de participação, vitalidade e impulsionam o movimento e, obviamente, contar com a reconhecimento do seu público alvo: os agricultores. Cada lance passa a ser disputado como único, sem garantia de vencidos e vencedores, fora da disputa.

O irreconhecimento *intra muros* – gerado no interior da base sindical, na relação do associado com os seus representantes – pode

significar, simbolicamente descrevendo, “a bala suicida” da legitimidade requerida. Ao denunciar, indignada, uma decisão e/ou opinião do dirigente, Dona Oldenira, estava à procura de um apoio que jamais chegou. E isso ela interpreta como agressão pessoal: *“sequer entraram e ficaram falando que minha casa era boa, já pensou! Eu fiquei decepcionada... o povo do sindicato era gente que cresceu junto, e hoje parece estranho”*³². Sentia-se parte do sindicato – pagava suas contribuições. Mas quando *“precisou”*, não teve a contrapartida esperada do investimento dos anos como sócia. Sentiu-se *“humilhada”* quando procurada pelo sindicalista, e este duvidou da sua condição de agricultora, negando-lhe, posteriormente, o direito à aposentadoria.

Evidentemente, são insustentáveis e intermináveis os conflitos geradores de descrença e conformismo que circundam o universo da proposição. A emissão de alguns enunciados, geram muitas polêmicas: *“vem uma irmã para civilizar o povo...o povo é rude, preguiçoso, sem perspectiva”*. Nesse comentário, variável de um tipo de discurso eclesial, nasce sua contradição. A crítica realizada, pelo religioso Irmão Damião, vai de encontro ao trabalho assistencial realizado por ele, nos aspectos de acompanhamento e destinação de recursos dirigidos a este mesmo povo, que desqualifica como *“rude”*; sem esquecer do seu testemunho pessoal, quando aos 80 anos, participa de muitas atividades, em defesa dos direitos

³² Opinião emitida por Dona Oldenira, 67anos, ex-sócia do sindicato, diante de juízo exercido por dirigente sindical sobre os requisitos para ser considerada agricultora.

dos marginalizados – “*ruões*” - junto com os setores organizados do município.

Sem deixar de ser o lugar da cobrança intensa, do sacrifício, do desânimo, o contexto da proposição, é com a mesma intensidade, um cenário descontínuo. Este mesmo lugar transforma-se em espaço da esperança, do despertar de um novo olhar, do assumir, não sem tensões, o devir incomensurável do viver:

“se a gente olha de fora, é pra gente desanimar... ‘uma andorinha só não faz verão’. A gente viu no encontro estadual, que se existe um só homem bom no meio de bandido, faz sim alguma coisa”³³ (Nelson Anacleto, 38)

Participação propositiva que se realiza através do resgate do lado sensível, dos gestos singelos e cotidianos, que enchem de prazer o espaço daqueles que se sentem participando, propondo. O lado mais solto e alegre: a troca de presentes, a música, a comida compartilhada, as brincadeiras – imitações - que se aproximam das manifestações infantis, lúdicas, prazerosas, em uma realidade onde o lazer, quando existe, se restringe aos espaços da família e do grupo: festas de casamento, batizado, aniversários, futebol, festas da igreja: padroeira, ou “*o tomar uma com os amigos*”. E para os dirigentes sindicais, nem isso: “*porque infelizmente o tempo da gente não dá. Por exemplo, o domingo, o domingo geralmente é o dia que a gente tá reunido, que tem mais atividade*” (Nelson Anacleto, 38)

³³ Exemplifica com o caso do Presidente da Câmara Municipal – que denunciou irregularidades no poder Executivo.

Experiências religiosas diversas mobilizam a maioria da população de Lagoa Seca³⁴: vivências de fé, rituais, sacramentos, formadoras do discurso e constitutiva do sujeito. São imagens bíblicas, enunciados cristãos que interpenetram a vida do agricultor: *“mas o nosso sindicato não é só pra se aposentar, é para trabalhar, progredir, é para que os produtores aqui na terra tenha vida realmente”³⁵*, inseparáveis da linguagem que atravessa o cotidiano da formulação de uma proposição.

O reconhecimento do pertencimento, sentir-se parte integrante daquele grupo religioso, se revela no dia-a-dia da igreja católica, através das missas, nos encontros dos terços, nas novenas, confissões, festas de padroeiro; no espírito comunitário, no sentido mais amplo: *“mobilização para ajudar os mais necessitados”*; nas experiências grupais, que exigem maior dedicação dos seus participantes – campanha da fraternidade, mês de maio e/ou grupos que conformam o “lado militante” e permanente da igreja: os jovens, as comunidades nos sítios, a pastoral da criança, a renovação carismática, legião de Maria; ou na leitura diferenciada, vinculada a igreja protestante: *“sou pastor e responsável pela igreja...lá eu participo de tudo...eu mesmo que fiz, construí, aí me nomearam pastor com a graça de Deus”*. Nesse emaranhado de práticas de fé, se sobressai, se pensarmos

³⁴ Dos 50 questionários aplicados, como complemento de informações, 100% dos abordados indicam vivenciar algum tipo de experiência religiosa, sendo em sua maioria, vinculados a igreja católica; apenas duas pessoas professam sua fé nas igrejas evangélicas.

³⁵ Detectamos aqui uma ‘interferência na fala’ de enunciados católicos, apreendido pelo sindicalista na experiência cristã, e transmitido, entre muitas formas, através da canção litúrgica: *“eu vim para que todos tenham vida, que todos tenham vida plenamente”*.

em termos de maioria, o discurso bíblico-cristão-católico, que contribui à formação do agricultor que propõe e interfere no jogo político municipal.

Acrescido ao componente religioso, temos um discurso que se transforma na relação com as várias mediações: sócio-políticas-afetivas. A descrença passa a ser constitutiva desse processo. A vacilação entre o acreditar, ou não, no potencial democrático dos conselhos, espaço privilegiado de gestão das políticas públicas:

“com relação aos conselhos, é uma faca de dois gumes. O representante legal é sempre o presidente, e sabemos que existe muitos cobaias dentro das associações...queira ou não queira os conselhos estão lá...o maior problema nesses conselhos é a falta de qualificação. (Nelson Anacleto, 38)

Descrença no potencial da experiência de participação propositiva, quando a correlação de forças age favorecendo as relações de clientelas: *“Lagoa Seca se transformou num mar de denúncias...a presidente do conselho de saúde apresenta, e o conselho aprova as irregularidades que o presidente da câmara vem denunciando e da qualificação precária dos conselheiros” (Nelson Anacleto, 38)*

Na atualidade, com a nova correlação de forças no interior do conselho, com peso favorável aos órgãos governamentais, o financiamento pela prefeitura de parte das atividades da EMATER e a falta de vontade política do *“presidente nato”*, o prefeito, são combinações que interferem diretamente no funcionamento do conselho:

"a EMATER hoje ela tá financiada no município pela prefeitura, né? Que mesmo tendo alguns técnicos bons... mas qualquer ação que venha colocar em jogo, né, a contrariedade, o questionamento ao poder público, tem que ser recuado...a gente tem enfrentado essa dificuldade, mas isso jamais rompeu as parceria que a gente tem ainda"(Nelson Anacleto, 38)

"Agora nós recebemos um apoio hoje da prefeitura municipal...o prefeito de Lagoa Seca dá todo apoio... para o homem do campo, até essa data, o prefeito...não botou nenhuma dificuldade para ajudar o trabalho...então em Lagoa Seca, o prefeito para todos os eventos que a gente vai ou realiza...tem nos ajudado" (José Venâncio, 46, Extencionista da EMATER)

A provisoriedade das posições dos 'aliados' é um elemento que interfere. Quando uma aliança se refaz, muda-se as disposições políticas, e isso pressupõe novos acordos e mediações. Precisando melhor, o sindicato, no mandato anterior do conselho agropecuário, reunia - junto com a EMATER - a vice-presidência e a secretaria, respectivamente; podendo inclusive convocar as reuniões.

Como percebemos, existem formas diferenciadas de lidar com o poder da representação. As diversas concepções são constitutivas do discurso. Seja quando há uma apropriação indevida do espaço público, como no caso do prefeito, na relação com o conselho; seja quando a função é resguardada em quotas de lealdade política, como ocorre com a EMATER.

Seu José Leal é incisivo quando argumenta: *"se não for prá eu ter vez nem voz eu não participo"* - recorre à concepção de representação

associada a demarcação dos espaços. Na disputa dos espaços, o presidente da câmara joga com o discurso. Parte da defesa dos agricultores, arguindo que seus interesses não estão sendo contemplados pelo executivo, e logo define seu lugar, situa-se entre aqueles que têm coragem para falar: *“o executivo ultimamente não tem dado muita importância para os pequenos agricultores... e a câmara é dividida entre os que têm coragem de falar e os que dizem amém ao prefeito”* (Pedro Jácome, 59, Vereador e Presidente da Câmara Municipal). Por fim, a representação sindical, legitimada pelo trabalho junto aos associados.

“a gente vem trabalhando a questão das políticas públicas...a nível de município...a questão dos orçamentos públicos. Nós sabemos que quando nós começamos em 93 a intervir no orçamento do município, é, ... 2,4% para a agricultura... Geralmente o prefeito costuma passar a máquina na estrada, às vezes da uma hora de máquina prá cavar um poço, as pequenas barragens através da politicagem que não resolve o problema ...então com o nosso trabalho...o percentual passou para 8%...ultimamente...tem sido 10%...Só que...não são aplicados” (Nelson Ferreira, 33, tesoureiro do STR).

Sobretudo são espaços abertos, disputados discurso à discurso, proposição à proposição. Quem representa o que e a quem, é um exemplo típico dessa relação. Os contatos individualizados, o favor, o préstimo em busca de benefícios políticos, persistem, acompanhado do convencimento de que o poder é inerente e exclusivo da função, ou cargo instituído. “Cavar” uma representação para, a partir daí, recorrer às benesses da

máquina administrativa, torna-se prática corriqueira no município: "ela começou a se apropriar, era a representante legal dos deficientes na cidade, nós fomos verificar o problema.... Ela pegava papel timbrado da instituição, da secretaria de saúde, a assistente social fazia um estudo de caso, ela botava debaixo do braço e levava para conseguir as próteses, com isso ela se dizia representante... a gente entende, que é o governamental, ... tem que ser a partir do governamental" (Celi de Lourdes, 48)

A legitimidade da representação vem da capacidade do sujeito fazer-se escutar; somente possível quando existem experiências que são referências, que quando colocadas no cenário da disputa, gozam do poder de convencimento. Estamos chamando esta dimensão do discurso de autoproposição, tentando com essa noção, resgatar os níveis diferenciados de exercício de proposta, *"resultado da visão ampliada das responsabilidades de cada um"*. São também conhecidas como propostas educativas, e aos poucos vão transformando-se em referências para o poder público e outros municípios e/ou sindicatos. São proposições cuja resolução depende, prioritariamente, do agricultor, sua terra, sua pequena propriedade: *"da porteira prá dentro, ligado a vida da família camponesa, agroecologia, vida do solo, etc."* (Glória, 42). São práticas sociais que interagem, se distinguem, se imbricam e se transformam no ato do encontro com as práticas convencionais. Experiências que, em si, incorporam o componente utópico – onde presente e projeção de futuro se confundem.

"a gente começou a trabalhar, chamá-las de propostas educativas, mais políticas...propostas que deveriam e poderiam ser encaminhadas pelo poder público a nível de outras esferas e outras e muitas outras, que o sindicato, as organizações, os próprios produtores individualmente podem encaminhar o trabalho educativo em função dos cuidados com a terra, a questão da discussão sobre o uso dos agrotóxicos, a diversificação de produtos para melhorar a renda (Nelson Anacleto, 38)

A pastoral da criança no município se inscreve nessa perspectiva. Através do seu trabalho com gestantes e crianças – prevenção, pré-natal, aleitamento materno, alimentação natural e abordagem corporal: *"comer as coisas do próprio ambiente"*, apresenta uma particularidade: são práticas que, ao fugirem do tradicionalmente aceito, como normas de convivências e padrões de sociabilidade, provocam estranhamento, como ocorre com essa percepção de Dona Arlinda de convivência com o lúdico:

"Ele achou que aquela brincadeira não era prá minha idade...mas tem pessoas de idade que rebolou que fez gosto! Eu achei lindo! Eu disse: meu filho vamos fazer, venha vê que eu tenho razão... minha felicidade tá nessas brincadeiras...porque se eu fosse viver estressada, simplesmente porque eu tenho decepção no lar, eu não ia viver mais" (D. Arlinda, 53)

A pesquisa indica que não existe mais potencial militante, nem militantes em potencial a serem mobilizados. Não há mais espaço para os militantes saudosos das grandes manifestações, nem para modelos e referenciais fixos de ser movimento e/ou dirigente, muitas vezes

desvinculado das demandas do seu "público alvo"³⁶. A herança histórica dos antepassados-próximos-presentes se distancia do que são hoje demandas, buscas, desejos dos produtores, e de forma particular, da 'nova geração': os jovens agricultores. Os processos de reciclagem, baseados nos grandes temas da capacitação sindical, não proporcionam mais respostas convincentes para as demandas que surgem, e já não convocam. Transformações que exigem do novo dirigente um redimensionamento de horizontes políticos e metodológicos

"a partir de um trabalho que a gente fez dentro do município em 90 e 91, que a gente começou a se reciclar certo? sobre a questão do trabalho mesmo sindical, porque antes a bandeira que a gente defendia aqui era aquelas... que a gente aprendeu nos congresso da CUT não é? Que era reforma agrária já! Esse negócio todo. E nas eleições do sindicato era as bandeira que a gente defendia...e isso assustava os trabalhadores, fazia com que distanciasse eles da gente...como aqui, mais de 94% das terra é de 0 a 10 hectare, quer dizer a maior parte do pessoal é mesmo é pequeno agricultor ou pequeno proprietário, isso trouxe um constrangimento muito grande e uma dificuldade"
(Nelson Anacleto, 38)

Os sujeitos se misturam no cenário político. Alguns lançam suas propostas, argumentam e dialogam com os poderes constituídos socialmente: legislativo, executivo e judiciário; podendo no embate político, transformar-se naquele que desacredita, se indigna, que esbarra nos limites das próprias forças.

³⁶ Linguagem presente no discurso das organizações não-governamentais quando se referem ao público com que trabalham.

Outros, não sentindo-se convocados, não se propõem; ordenam seu mundo, suas práticas a partir de estratégias calcadas em situações estritamente particulares, não necessariamente contraditória com a lógica do "militante", e numa outra perspectiva, ser sustentáculo do clientelismo³⁷. Considerando que *"todo falante, todo ouvinte ocupa um lugar na sociedade, e isso faz parte da significação" (...)* *"lugar...de confronto de sentidos, de estabelecimento de identidades, de argumentação"* (ORLANDI, 1988: 18; 1990: 18)).

Estamos diante de uma multiplicação de leituras e proliferação de espaços: conselhos, orçamento participativo, fóruns populares, plenárias temáticas, assembléias setoriais, demarcando as diferentes posições de sujeitos. São as contradições, tensões, aportes e dificuldades de apreensão pelos atores envolvidos - do processo de participação propositiva, que serão analisadas no capítulo que segue.

³⁷ As relações de clientelas são, geralmente, caracterizadas pela construção de códigos de reconhecimento, associado a intimidade e amizade; graus diferenciados de resolução das necessidades imediatas (a dádiva, o favor), o empréstimo de dinheiro, o socorro através da ambulância, o remédio, etc.

Capítulo II

Dos Bastidores ao palco: contradições, tensões,
aportes e dificuldades do processo propositivo

3. Capítulo II

Dos Bastidores ao palco: contradições, tensões, aportes e dificuldades do processo propositivo

3.1. Apresentação

*"é, a gente quer viver pleno direito
a gente quer viver todo respeito
a gente quer viver uma nação
a gente quer é ser cidadão"*

Com esta poética canção, Gonzaga Júnior, carinhosamente conhecido como Gonzaguinha, quando entoava a canção *É*, já preconizava os dilemas da ação dos atores sociais na busca do seu "ser cidadão", da suposta condição de sujeito. Contudo, é possível que ao recorrer ao referido discurso, não imaginava a complexidade das teias sociais que estes vão tecendo no processo de auto-construção de sua reivindicada cidadania.

Os bastidores da análise desse capítulo, são as participações diferenciadas e simultâneas dos agricultores e mediadores que agenciam o discurso propositivo – os exercícios intertextuais: as lutas sindicais, o trabalho pastoral, a comissão de mulheres, as associações dos pequenos produtores, as atividades que se relacionam ao campo da manutenção

familiar, e mais recentemente, a experiência de gestão participativa - as oficinas temáticas, os encontros especializados (saúde, agricultura), as participações nos conselhos de saúde, ação social e desenvolvimento agropecuário, e a intervenção no ciclo orçamentário: intervenção no processo de elaboração das leis que regulamentam o planejamento municipal, especialmente as orçamentárias.

3.2. Os mediadores do discurso

Para constituição de sujeitos propositivos é preciso uma convivência, quase que permanente, com diversas feições de mediadores, que são conhecidos na linguagem corrente dos agricultores, como aliados, parceiros, assessorias. São aquelas contribuições dadas ao trabalho, seja nos momentos de composições, negociações, ou apoio direto especializado no campo técnico e da capacitação político-pedagógica.

A noção mais geral dessa relação - e que se aproxima do que observamos no município - vem de Delma Pessanha Neves. Ela localiza a figura do parceiro em um bloco de relações sociais, lugar de múltiplas leituras e rearranjos, de processos possíveis e mediados. Defende que esta tarefa exige do interlocutor uma influência na organização social, com capacidade de relativizar o modo de vida e o sistema de autoridades instituídas, para que assim a mediação adquira visibilidade social. NEVES admite que o mediador geralmente age em circunstâncias desfavoráveis,

desnaturalizando experiências sociais cristalizadas. (NEVES,1997:11).

Insiste que o espaço da mediação:

"só se torna reconhecido se seus agentes forem zelosos das diferenças que devem administrar com vistas à produção do diálogo e de uma outra ordem social. Enfim (...) implica à produção de crenças comuns que orientem os modos diferenciados de participação no projeto de mudança das relações de força propiciadoras da (...) situação indesejada"
(NEVES, 1997:2)

Uma aproximação mais detalhada do conjunto de práticas que circundam o universo da ONGs paraibanas, realizada por José Rodorval Ramalho, indica que há um esforço dessas instituições em resgatar o lugar de ator-mediador no processo de construção do discurso propositivo. Nessa perspectiva, alargam a noção liberal de cidadania, e tentam construir uma síntese que contemple justiça e liberdade, participação individual e coletiva, intervenção nos processos políticos não apenas reivindicando mas propondo políticas públicas, discutindo e monitorando os recursos públicos e, sobretudo, investindo na pluralidade de organizações e atores sociais (RAMALHO, 1996: 135)

Em Lagoa Seca as parcerias são diferenciadas; realizam os seus trabalhos e pensam-se como parceiros em função dos papéis desempenhados junto aos grupos alvo, especialmente o sindicato dos trabalhadores rurais. Os domínios são diferenciados e corresponde a cada assessor a construção de um tipo de legitimidade, agenciada na relação:
"faltou uma parte tão importante quanto propor, que é a da

fiscalização... não se agüenta mais promessas, deve-se traçar uma estratégia de monitoramento, acompanhamento, fiscalização como reforço a ação propositiva” (Sonia, 41, CENTRAC). Esta fala se inscreve em uma perspectiva institucional, onde opinar significa estabelecer uma posição no contexto, em sintonia com as áreas específicas de mediação.

O CENTRAC - Centro de Ação Cultural se apresenta como entidade da sociedade civil, fundada no ano de 1986, circunscrita ao universo das Organizações não-governamental, sem fins lucrativos. Sua área de atuação é o Estado da Paraíba, particularmente, os municípios do Agreste da Borborema, mas colabora esporadicamente com algumas organizações sociais e/ou instituições do Nordeste e do País.

Os primeiros anos de presença no município de Lagoa Seca, foram dedicados às atividades de assessoria sindical - rural e urbana, e aos movimentos populares, com particular destaque para os movimentos dos sem-casa / sem-teto, associações de moradores, saúde, juventude, entre outros. Gradualmente foi redefinindo sua intervenção e redimensionando o seu aporte às políticas públicas municipais, apoiando a formulação de políticas sociais alternativas, discutindo leis complementares (municipais) e estimulando a fiscalização da aplicação do dinheiro público; desenvolve ainda atividades intermediárias, relacionadas aos programas de pesquisa e produção de material didático-pedagógico, publicações e banco de dados.

Nos anos 90, o trabalho do CENTRAC se redefiniu para um só projeto: *Capacitação Popular para Intervenção no Processo Orçamentário,*

com objetivo central de sensibilizar e capacitar a população em geral e, especialmente, os membros dos diversos conselhos de administração setorial e/ou populares, como os líderes representantes das entidades da sociedade civil, a participar do processo orçamentário municipal.

Com um olhar retrospectivo, diríamos que o ano de 1989 é quando ocorrem as primeiras articulações dos representantes das comunidades e sítios, com vistas à formação de um grupo de oposição à direção do sindicato. Entretanto, só a partir dos anos 90 é que se esboça uma primeira experiência de presença mais especializada, a partir do acompanhamento das pesquisas realizadas sobre a condição dos produtores³⁸. O objetivo era de capacitar:

"as oposições a tomarem as direções sindicais, para fazer um trabalho mais politizado... existia na época um grupo de agricultores de movimento de igreja, que ficavam preocupados com os problemas dos agricultores e, já... na compreensão deles, o sindicato deveria ser um instrumento de luta prá melhorar a vida dos pequenos produtores" (Sonia, CENTRAC).

No início uma assessoria pontual, para depois ir gradativamente se especializando no acompanhamento, transformando-se no referencial historicamente mais permanente da relação de mediação. No dizer do sindicalista, no tocante ao momento atual, *"tá mais particular na questão das políticas públicas"*(Nelson Ferreira, 33).

³⁸ Cf. Carta Programa das eleições do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, realizada em 12 de abril de 1992.

Quando a oposição vence as eleições em 1992 e passa à condição de *"situação"*, o trabalho se redimensiona atingindo toda estrutura do sindicato - da política geral à formação sindical mais ampla. Na parte específica da formação se *"começava por conhecer a história do sindicalismo, fazia um rodeio prá chegar na história do sindicalismo local, na história dos agricultores e do município (Sonia, 41, CENTRAC).*

Na atualidade existem projetos político e financeiro, bem mais específicos: *"participação popular no processo orçamentário"*³⁹ cujo objetivo é de: *"capacitar a sociedade civil para intervenção no campo das políticas públicas"*⁴⁰. Nesse novo momento, Lagoa Seca permanece como um dos grupos alvo, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a organização que melhor se adequa na definição do projeto institucional: *"desenvoltura, dialoga, atua junto ao poder público, sensibilidade para o temário"*; condições exigidas ao exercício da proposição:

"nosso objetivo é centralizar as ações com pequenos grupos pra tentar fazer dali a referência...na elaboração de propostas, nas negociações, na capacitação, no sentido de ter uma fundamentação pra negociar com o poder público (Sonia, 41)

No dizer de José Rodorval Ramalho, com base no perfil das ONG's na Paraíba, estes procedimentos indicam que a *"construção de*

³⁹Financiado pelos órgãos de cooperação internacional e nacional CCFD (França), D & P (Canadá), BILANCE (Holanda) e CESE (Bahia). O que existe de fato é uma transferência de recursos acompanhada de uma exigência de profissionalização - especialização e, simultaneamente, um investimento, ainda pequeno, no autofinanciamento: venda de serviços (cursos técnicos, assessorias, material didático) e um distanciamento institucional de uma política multifacetária: *"de viver apagando incêndio aqui e acolá"*

⁴⁰ Cf. Projeto Institucional do CENTRAC

uma atividade propositiva tem sido o grande esforço (...) no interior das ONGs, a partir de algum momento da passagem para a década atual” (RAMALHO, 1996: 72-73).

“não que o CENTRAC desenvolva ações propositivas...presta assessoria pra que as organizações proponham...não propõe, pode até contribuir, pode até questionar, fazer reflexões...não é uma entidade propositiva, ela assessora tenta sensibilizar as organizações para isso” (Glória, 42, CENTRAC)

O CENTRAC defende que cada sujeito capacitado é, em potencial, um agente multiplicador no campo da proposição às políticas públicas. Sua missão institucional envereda pelo caminho da formação de uma cultura cidadã com ênfase às políticas públicas, junto às organizações da sociedade civil e indivíduos interessados na consolidação da democracia no Estado da Paraíba.

Ao percurso de gestão de uma nova cultura política, democrática e participativa nas administrações locais, é acrescido experiências e objetivos bem precisos: *capacitar os grupos para intervirem no processo orçamentário – da elaboração à execução – de forma que redimensionem as ações governamentais dos municípios (Relatório do CENTRAC: 1997:3-4).*

“quando a gente elabora um projeto, tem uma previsão pra você atingir um determinado nível de capacitação de grupos: prazos, objetivos, metas...sempre acompanhando, refletindo sobre a importância de planejar o trabalho, de saber e não perder o rumo, o objetivo, de avaliar e garantir uma prática participativa”. (Sonia, 41)

Não obstante, como instituição, não perde de vista as dificuldades entre o planejamento de uma atividade e sua realização, as tensões que surgem e se evidenciam quando o grupo alvo *“não têm um conhecimento técnico suficiente”*, quando o planejamento falha: *“era tudo tumultuado...programação para um ano todo feita em um dia”*; ou mediante substituições e/ou cancelamentos das atividades programadas: *“às vezes as propostas eram viabilizadas sem planejamento, ou através de planejamentos de uma reunião para outra, e o que estava planejado não se realizava”* - opina um dirigente em reunião de avaliação e planejamento das atividades do ano – Lagoa Seca. (Relatório de avaliação: 1997). Considera ainda que mesmo com os limites expostos, a experiência educativa de participação, provoca mudanças significativas no comportamento dos grupos e contribui com a emergência de uma cultura propositiva: *“falam do orçamento dentro das reuniões, pensam uma política pra o município”*.

Delma P. Neves, quando discute a mediação, afirma que a construção social desse tipo de relação, se alimenta da crença de que toda mudança social se viabiliza por um trabalho educativo, onde os mediadores se advogam portadores da função pedagógica de mudar comportamentos e visões de mundo, em contraposição ao saber do mediado: *“circunscrito, paroquial, constituído a partir de determinações sociais e culturais muito precisas e restritas - um saber não integrador”*, onde confere-se ao exercício pedagógico de transmissão de saberes a produção de *“situações históricas*

que apontem a superação das condições consideradas inadequadas ou injustas” (NEVES, 1997:13-14).

“Os mediadores tendem a atribuir a si um papel salvador ou emancipador, pela transmissão de outras visões de mundo e pela incorporação de saberes diversos daqueles de que o grupo mediado se encontra dotado. Pelo contrário, muitas vezes a experiência de vida acumulada pelos mediados é negada ou desqualificada, sobre ela recaindo acusações de conivência ou colaboração com as situações indesejadas que devem ser superadas” (NEVES, 1997:12)

Não se quer com as reflexões de NEVES, enquadrar o CENTRAC, e demais parceiros vinculados à experiência, nessa sua abordagem, e sim, considerar os vários fios que tecem o campo amplo das relações de mediação e seguir analisando sua especificidade no âmbito local.

O CENTRAC assinala que *“o processo orçamentário, de diálogo com o poder público é o coração da ação propositiva”,* mas é consciente de que a mediação é uma experiência muito exigente para o agricultor. As linguagens, a metodologia são difíceis de serem repassadas, e o desafio atual consiste em buscar *“essa forma diferente de passar o conhecimento técnico e político do orçamento”.* Já incorporam como projeto institucional de médio prazo, a introdução de símbolos, rituais, novos cenários metodológicos, que se relacionem diretamente com a vida do agricultor. Acreditam que nessa perspectiva *“as organizações rurais dão o mote”,* e assim vão poder encaminhar o processo educativo *“considerando o nível de compreensão, de atuação que cada um tem” (Gloria, 42).*

A EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba, de acordo com registros do sindicato⁴¹, é um órgão governamental de grande relevância. Sua presença no município é antiga – duas décadas aproximadamente⁴². A mediação acontece resguardando-se algumas particularidades.

Segundo dados da própria EMATER⁴³, a extensão rural no Brasil foi instituída com a criação da ACAR – Associação de Crédito e Extensão Rural, no ano de 1948, como primeira organização do país a dedicar-se a assistência rural.

Na Paraíba a experiência se confirma com a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural - ANCAR, e posteriormente, com a EMATER, vinculada à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Abastecimento do Estado.

Na atualidade, a estrutura e área de atuação da EMATER na Paraíba se distribui da seguinte forma: um escritório estadual, 12 escritórios regionais, 143 escritórios locais, 223 municípios⁴⁴, com um quadro de pessoal de 886 funcionários:

⁴¹ Ata de Sessão de Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de 24.09.78

⁴² Palestra proferida por ocasião da semana da agricultura no município, no ano de 1978.

⁴³ Cf. Informativo: Breve Histórico da EMATER – PB.

⁴⁴ As informações relacionadas ao número de municípios do Estado da Paraíba, foram atualizadas no SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática. Informações Geocientíficas - Dados Gerais do Brasil, 1997.

“Em 1997, 50.098 foi o número de famílias assistidas pela EMATER – na difusão de novos conhecimentos, na pecuária, agricultura de sequeiro, irrigação, reforma agrária, promoção social, informações aos trabalhadores, crédito rural orientado, infra-estrutura de produção, capacitação de pessoal, integração órgãos de apoio, difusão de novas tecnologia e outros”. (Boletim Informativo)

O enfoque do escritório regional de Campina Grande, com área de atuação em Lagoa Seca, se formaliza através dos *“serviços prestados”* nos campos: *“organização para a produção, valorização da agricultura no município, crédito rural, tecnologia, alimentos básicos, irrigação, agroecologia, parcerias, capacitação, metodologia e comunicação, acompanhamento técnico aos projetos vinculados a agricultura familiar – PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar e/ou atividades de acompanhamento aos agricultores reunidos nas experiências dos bancos de sementes do inhame e da batatinha, participações no conselho de desenvolvimento agropecuário, nos estudos e atividades convocadas pelo CENTRAC e/ou sindicato. A título de exemplo têm-se a construção coletiva do diagnóstico da produção e dos produtores no município. (Apresentação Institucional, 1998)*

Na mediação com o sindicato, o discurso do dirigente sindical, em relação a esse tipo de parceria, é o da obrigatoriedade e disponibilidade: *“não é um favor a EMATER puxar um serviço, a gente puxar eles prá parceria, porque eles são pagos exatamente por a gente, a gente é que tem que ter a coragem de ir atrás, de exigir o que a gente quer” (Nelson*

Anacleto, 38, presidente do STR). No entanto, é também significativo o reconhecimento dos parceiros e aliados das outras dimensões da presença que se afirma no trabalho cotidiano e rompe com posições estáticas, estigmatizadas como governamentais ou não governamentais, de oposição ou situação:

“a EMATER local é uma aliada, participa do processo, inclusive se capacitando, participando dos estudos em todos os momentos e tentando levar as discussões prás comunidades, está participando do conselho também” (Sonia, CENTRAC)

Outro lado da mediação diz respeito ao acompanhamento pontual e gradual de algumas assessorias, ou seja, aquela parceria que se estabelece em campos bem específicos da capacitação e monitoramento dos fundos rotativos do inhame e da batatinha, e que vão ampliando-se no transcurso do trabalho. Os objetivos podem ser variados, no entanto, visam em sua maioria, contribuir a partir de suas áreas específicas para a elaboração de propostas e a qualificação dos atores sociais.

Nessa perspectiva se inscreve a AS-PTA- Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, através do incentivo às *“experiências locais demonstrativas”*, se posicionando através dos seus objetivos específicos, na promoção da sustentabilidade dos agroecossistemas, investindo na introdução de proposições agroecológicas e no fortalecimento das organizações dos trabalhadores numa rede de parcerias.

Fala-se na construção de um perfil da AS-PTA⁴⁵, a partir de 1983, nos interstícios da formação do Projeto de Tecnologias Alternativas - PTA-FASE⁴⁶. O mencionado projeto estabeleceu como objetivo *"o levantamento de experiências em tecnologias alternativas"*, e a partir desses dados, *"a implementação de ações de assistência técnica ao pequeno agricultor"*.

O espaço de diálogo se fortaleceu com a realização de um Seminário Nacional, em Campinas, reunindo representantes de organizações de pequenos agricultores, entidades de apoio ao setor rural e diferentes profissionais ligados a múltiplas áreas do desenvolvimento rural. O seminário foi o cenário que lançou os pressupostos para a gestação do que posteriormente se chamou Rede - PTA: *"uma rede inter-institucional de informação, intercâmbio e apoio mútuo, de âmbito nacional"*, organismo de assessoria, atuando junto às entidades e comunidades dos pequenos agricultores nas *"áreas de produção, comercialização e organização do trabalho"*. Os procedimentos seguintes deram-se sintonizados com o planejamento da Instituição gestora: a FASE.

"O PTA-FASE estabeleceu convênios com ONGs de distintos estados brasileiros para o estabelecimentos de Redes de Intercâmbio (RIs) e de Centros de Tecnologia Alternativa (CTAs). As primeiras RIs desenvolveram suas atividades através de 16 equipes distribuídas em 10 estados da Federação. Os CTAs passaram a existir em 6 estados do País"

⁴⁵ Informativo. Breve trajetória da AS-PTA. Dados fornecidos pelo escritório de Solânea - PB.

⁴⁶ FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, ONG de caráter nacional.

Com o crescimento das ações da Rede-PTA, dimensões como descentralização, autonomia e gestão, ocuparam espaços no debate que indicou a reestruturação institucional. O respectivo processo provocou o fim das várias coordenações regionais e nacional, a constituição de três foruns regionais e um nacional e o conseqüente desligamento da FASE.

A Rede Nacional PTA ficou constituída por 15 entidades locais autônomas e uma entidade de caráter nacional, a AS-PTA. De uma organização com *"concepções, estratégias, metodologia e espaços de trabalho próprios (...) vocacionada para a assessoria às entidades da Rede"*, a AS-PTA redimensiona seus pressupostos à medida que novos caminhos vão sendo trilhados. De uma *"entidade de caráter reflexa"* passa, a partir do Plano Trienal - 1993-95, a atuar em três linhas básicas de apoio à rede e às experiências locais, através de quatro programas temáticos: desenvolvimento metodológico, mobilização do conhecimento técnico-científico, formação de opinião e orientação de políticas públicas.

Novas redefinições ocorrem no ano de 1995 quando o projeto agroflorestal – muda para o Rio de Janeiro - redimensionando seu campo de cooperação para a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Centro Nacional de Pesquisa em Agrobiologia /EMBRAPA – CNPAB.

Na atualidade sua missão institucional se estabelece em íntima relação com o objetivo central:

“a transformação do atual modelo agroquímico de grandes propriedades num modelo de desenvolvimento sustentável baseado na agroecologia aplicada por pequenos e médios produtores livremente organizados. Este modelo agrícola deverá ser parte importante de um modelo de desenvolvimento econômico descentralizado”.

No detalhamento do modelo por vir, referencial de um vir a ser distinto do instituído, a AS-PTA maneja um conjunto de condições favoráveis à materialidade do projeto proposto: 1. sociais: *“manter e trazer de volta para o campo parte da enorme massa de migrantes, através, principalmente, de uma reforma agrária radical”* – 2. ambientais: *“deter a destruição dos biomas”* – 3. organizativas: *“que os produtores rurais tenham estruturas organizativas sólidas a nível local, regional e nacional, e que os consumidores urbanos participem ativamente, apoiando uma linha de sustentabilidade para agricultura”* – 4. científico-técnico-educacionais: *“integrar o paradigma agroecológico na produção de conhecimentos e no ensino agrônomo”* – 5. metodológicas: *“implementar uma abordagem participativa que permita integrar os valores dos produtores e dar-lhes efetivo poder de decisão”* – 6. políticas: *“que os partidos políticos integrem majoritariamente a proposta de desenvolvimento agroecológico”* - 7. financeiras: *“reorientar os fluxos de financiamento dirigidos à promoção do desenvolvimento rural”* (Informativo. Breve Trajetória da AS-PTA)

Seu público alvo é variado, inclui desde agricultores, consumidores, ambientalistas, cientistas, extensionistas, educadores, políticos, administradores, ONGs, cooperação internacional, etc. Trata-se de

mediações necessárias à *“promoção dos princípios e projetos de agroecologia e desenvolvimento sustentado”*

Os projetos geralmente são viabilizados através das *“experiências locais demonstrativas”*, de esforços dirigidos à sustentabilidade dos agroecossistemas, incorporação de proposições agroecológicas e capacitação das organizações dos agricultores.

Na Paraíba, o projeto se desenvolve com agricultores experimentadores das comunidades e no Centro Agroecológico São Miguel⁴⁷, no município de Remígio e atividades de assessoria pontuais especializadas em Lagoa Seca:

“A AS-PTA que tem sido, assim, uma parceira que tem assessorado o sindicato, né? Não tem só assessorado, mas tem sido parceira em todos os aspectos, no diagnóstico, os bancos de inhame, batatinha, fundo rotativo...de forma que a gente destaca a importância que tem a AS-PTA no trabalho daqui, mesmo não dando uma assessoria permanente” (Nelson Anacleto, 38)

A parceria referenciada por Nelson Anacleto, se realiza através do programa de atividades com culturas comerciais, produção animal, diversificação da produção e incentivo à participação dos agricultores nas experiências de bancos de sementes e fundos rotativos.

O destaque metodológico do projeto, com significativa incidência na realidade de Lagoa Seca, é o Programa de Desenvolvimento

⁴⁷ O Centro Agroecológico São Miguel é um referência de formação e experimentação da AS-PTA. Na atualidade é também o espaço onde são desenvolvidos os trabalhos técnicos e administrativos.

Metodológico, com a realização do DRPA – Diagnósticos Rápidos Participativos de Agroecossistemas.

O diagnóstico inclui o planejamento participativo, a sistematização do conhecimento popular e a experimentação coletiva. Do ponto de vista da experiência de parceria com o sindicato de trabalhadores rurais, o diagnóstico se transformou no “cartão de visita” e instrumento de negociação na hora de criação de parcerias, elaboração de programas e planejamento das atividades.

O PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades⁴⁸ é uma referência forte de parceria no município. Mesmo Lagoa Seca não sendo, na atualidade, um grupo alvo para a Instituição, denota-se que, no discurso dos sindicalistas, há um resgate das mediações realizadas anteriormente: o roçado comunitário, as cisternas de placas, o banco de sementes, a saúde preventiva a partir do trabalho com mulheres, e mais recentemente, a participação junto com outros parceiros na Articulação do Semi-Árido⁴⁹.

O PATAC é uma organização, que unida a outras experiências no campo dos recursos hídricos, contribui com uma leitura ampliada da agricultura familiar:

⁴⁸ É a ONG mais antiga do Estado da Paraíba: 28 anos de existência.

⁴⁹ Fórum institucional de participação da sociedade civil, que reúne várias organizações não governamentais, sindicatos, pastorais sociais, universidade, etc., em torno na discussão dos recursos hídricos.

"Falta de compreensão da dimensão sócio-política-econômica por parte do pequeno produtor rural da tecnologia que incorpora; ausência de políticas públicas que contemplem suas necessidades e viabilizem sua produção; uso de tecnologia inadequada sobre os recursos naturais disponíveis; insuficiência de água: captação, armazenamento e mau manejo da água; pouca diversificação e integração de atividades na propriedade; poucas experiências em organização para a produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização" (Planejamento Estratégico do PATAC, período: 1995-2000)

A difusão de tecnologias apropriadas junto às populações carentes e o público do semi-árido paraibano, delimitaram historicamente o campo de atuação do PATAC - o fomento ao desenvolvimento rural sustentável junto aos agricultores familiares da região: *"adaptou e difundiu técnicas e tecnologias na área de conservação de solos, técnicas de plantio, culturas apropriadas à região, apicultura, recursos hídricos, criação de pequenos animais"*. Nesse ínterim a instituição investe na *"geração de novas formas e práticas organizativas de gestão e administração coletiva dos recursos"*, proporcionando, junto às experiências que acompanha, a criação de *"laboratórios de políticas públicas"*. São estas iniciativas a regularidade que unifica as mediações assinaladas - o incentivo ao surgimento de processos educativos. *(Projeto Institucional do PATAC, 1998:5)*

3.3. Passos e (des) Compassos do Cenário

Os bastidores do discurso propositivo é constituído das intervenções dos vários setores sociais organizados identificados com uma política de gestão participativa. O trabalho se realiza no município com um grupo pequeno, no entanto convencido de que *“o que falta em Lagoa Seca são cidadãos organizados”*, e que a participação popular aponta mudanças no comportamento.

A maioria dos dirigentes, ou mesmo os que não ocupam cargos de direção, incorporam como estilo de vida, a múltipla militância. Participação que se resguarda no convencimento de que todas estas práticas, já são por si, cidadãs. Diria que uma certa credibilidade militante são expressões regulares nas falas que seguem:

“tudo que se refere à formação leva a cidadania...sem o conhecimento não se exerce a cidadania...senão passa sem perceber os direitos e deveres e a responsabilidade de quem governa...o conhecimento da lei orçamentária veio em boa hora para que acordássemos para a realidade... caminhar melhor com o conhecimento de Lagoa Seca⁵⁰” (Relatório de Avaliação do CENTRAC, 1997:5)

Diferentes formas de olhar a vida, a produção, a inserção no mundo, o conhecimento - são discursos, trajetórias de vida regidas pela

⁵⁰ Fragmentos de falas da avaliação, realizada pelos grupos-alvo sobre o trabalho do CENTRAC, no município de Lagoa Seca.

*exterioridade*⁵¹ das condições sociais, políticas e históricas; processos diferenciados, que se deslocam de um lugar para outro, presentes nas falas e práticas de cada ator social, à medida que formulam políticas sociais.

"A análise das relações entre os diversos, diferenciados e concorrentes atores que participam, favorável ou desfavoravelmente, da implantação de políticas públicas oferece a possibilidade de aproximação das alternativas e dos instrumentos por elas postos em ação (NEVES, 1997:9)

Cada trama discursiva corresponde a uma sobreposição e proliferação de redes de representação: conselhos, orçamento participativo, foruns populares, plenárias temáticas, assembleias regionais. São demandas que nem sempre correspondem à capacidade de absorção dos seus interlocutores. São experiências que, no dizer de François Ewald, respondem mais a um estado de *"inflação jurídica e legislativa"*, do que às conquistas reais do sujeito, do cidadão. (EWALD, 1993)

Trata-se nessa abordagem de apreender o sujeito na perspectiva de Alan Touraine - personagem historicamente construído na modernidade, se constitui quando o indivíduo se transforma em ator social: *"o sujeito é a vontade do indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator"*. O critério de identificação e variável distintiva, é o componente transformador, *"é o apelo à transformação do Si-mesmo em ator... age em conformidade com o*

⁵¹ Exterioridade é apreendida aqui como constitutiva da linguagem, mais precisamente, as condições de produção de um discurso, enquanto representante em potencial de um universo bem maior do que a enunciação individual. São comportamentos e falas enunciadas em um contexto histórico e social determinados.

lugar que ocupa na organização social... é aquele que modifica o meio ambiente material e sobretudo social no qual está colocado" (TOURAINÉ, 1995:220-221).

É esse ator social, nascido com a representação moderna do homem sujeito da história, *"que passa a constituir o próprio destino e imprime sua vontade aos acontecimentos"*. O homem realizador, sujeito, juiz, com autoridade e poder de argumentação para definir comportamentos para toda sociedade. (EGYDIO, 1995:12)

A *emergência*⁵² de um lugar de ator-sujeito é complexa, sendo necessário para melhor compreensão do caso em estudo, percorrer a trajetória do agricultor familiar na constituição do discurso propositivo: as contradições e tensões que atravessam sua produção, as (re)considerações, tramas, subterfúgios, silêncios.

3.4. Os Bastidores do Discurso

A nova configuração jurídico-política no espaço local – inspirada na constituição de 1988 - em algumas de suas instâncias de representação e gestão social, significam para muitas experiências, apenas, a transferência das atribuições do gestor; o que antes estava sob a responsabilidade do governo federal, passa para o controle da prefeitura, das secretarias especializadas e seus respectivos órgãos governamentais. O peso das

⁵² A noção de emergência é aporte de SINGER (1995:25) e *"refere-se à produção de um determinado estado de forças, o salto pelo qual as forças passam dos bastidores para o palco"*.

participações do legislativo, dos movimentos organizados, da "comunidade" e do cidadão – sujeito com responsabilidades e potencial de ingerência no planejamento local, é algo ponderado e merece um maior aprofundamento.

As iniciativas de convocação e realização das atividades e eventos para uma intervenção propositiva junto aos órgãos governamentais, nascem das parcerias estabelecidas com os vários mediadores. Geralmente têm-se as mesmas pessoas envolvidas em muitas atividades e entidades. Essa centralização ocasiona uma múltipla representação dos dirigentes no município.

A sensibilização é tida como o "termômetro" que mede o nível de envolvimento dos grupos-alvo e a fiscalização, exigência decisiva para avaliação do impacto. A insistência dos grupos é para que a dimensão participativa esteja presente em todos os momentos - da execução à fiscalização. Compreende-se que não basta apenas constatar a inviabilidade de uma obra ou serviço e comparar rubricas nos balancetes mensais e balanço anual, se isso não significar um processo de monitoramento permanente, com a utilização de mecanismos eficientes de fiscalização.

A experiência da ação propositiva, exige dos grupos envolvidos, que enfrentem os impasses postos à experiência de negociação com os órgãos instituídos como públicos. A incapacidade técnica, o quadro de polarização na política municipal - o conflito entre os poderes legislativo e executivo - e a convivência com relações de favor e préstimos são entraves à participação e variáveis de interdição da comunicação. Quando não se

tem conhecimento técnico suficiente para propor mudanças no processo de formulação e negociação de uma proposição, há ausência de interlocução.

Evidentemente que o esforço despendido no estudo, mesmo limitado por amostras ou escolha de alguns aspectos, é educativo enquanto processo: *“mexer na massa é preciso, incentivar a vontade de fiscalizar”* (Glória, 42), criar espaços que favoreçam esse tipo de iniciativa. O grupo de estudos se inscreve nessa perspectiva; realiza leituras e aprofundamento periódico dos temas relacionados à participação dos cidadãos no município e, de forma específica, o ciclo orçamentário: Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA, Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica, mecanismos jurídicos de fiscalização e análise dos balancetes. Nesse espaço, a participação é muito restrita, quase exclusiva dos membros do sindicato, não fosse pela participação sistemática da associação dos moradores de um bairro popular, na cidade.

“estamos conseguindo fazer um estudo mais sistemático em Lagoa Seca, que é o estudo dos balancetes, que é uma das formas de ir controlando, fiscalizando...temos um grupo que está estudando, tanto a lei orgânica, quanto a constituição federal, estadual; estudando mais os aspectos que dizem respeito a participação popular, planejamento municipal, os órgãos, mecanismos existentes, as brechas que existem dentro da lei”.

“agente busca fortalecer...subsidiar os grupos...para que eles compreendam e tenham segurança, eles se sintam seguros sabendo cada coisa. Tem coisas que se ouvem várias vezes que é importante, e que é dar o poder às pessoas...a gente está querendo ajudá-los a fazer a leitura, não só a leitura da realidade, mas também dos documentos . (Sonia, 41, CENTRAC)

O ciclo orçamentário segue no processo educativo, mais ou menos os seguintes passos: sensibilização – capacitação – proposição – fiscalização. Para o CENTRAC: *“todas as etapas são recheadas do aspecto capacitação, dos efeitos pedagógicos”*.

A utilização de instrumentos técnicos-metodológicos, que mensurem os *“saldos organizativo, político, educativo, e de resultados em termos de melhorias econômicas, (CENTRAC. Relatório),* são procedimentos participativos e, simultaneamente, arma de combate à descrença que ora toma corpo nas reflexões dos agentes propositores, especialmente os conselheiros formados nos movimentos sociais: *“quando falta capacitação em termos de instrumentos...corre-se o risco de falar em direitos de conselheiros e ser desmentido por alguém mais informado, por falta de sustento legal” (Nelson Anacleto, 38)*

Muitos dirigentes no município – representantes nos conselhos - defendem que a maioria dos conselheiros só homologa as propostas do governo, especialmente os de saúde e bem-estar social, que têm dificuldades de fazer uma leitura qualificada, e não estão isentos da rotatividade que caracteriza a experiência. Essa convicção coincide com o discurso oficial, embora este último esteja fundamentado na impossibilidade de qualquer mudança, e de partir desse fato como consumado, algo já instalado, em que pensar uma alteração implicaria em trâmites demorados:

“os conselhos daqui são totalmente manipulados, que quando foram criados já foi dito: a secretária de saúde é a presidente. Eu acho que isso era uma forma de manipular. Se a gente fosse mudar iria levar quanto tempo, prá essa lei ser aprovada” (Celi de Lourdes, 48)

O que se percebe é que, embora exista uma relação mais direta com os vereadores, desde 1992, quando foram realizadas as primeiras negociações em torno do orçamento participativo; que haja uma prática crescente dos segmentos ligados aos agricultores no sentido de exercitar a proposição; que se realize audiências públicas e aumente o número das organizações participando nos foruns de discussão sobre orçamento municipal e, posteriormente, na elaboração das proposições advindas das oficinas temáticas: agricultura, saúde, educação; a crença nesses espaços é oscilante, os benefícios materiais e as transformações projetadas não são perceptíveis. Nessa mediação o que prevalece é o jogo, a disputa de cada espaço, cada proposta, as controvérsias, as opiniões que mudam de lugar, se transformam. Nesse contexto, a regularidade discursiva que tensiona o processo, é a desconfiança.

O sindicalista não consegue visualizar um diagnóstico de impacto das projeções e concreções das proposições que são apresentadas. Acredita que o problema reside na execução do que vem sendo apresentado pelas organizações, e aprovado *“até por unanimidade”* pelos vereadores. *“O problema todinho, certo! tá sendo a execução...acatar as propostas, eles têm acatado, quando é prá executar é a maior dificuldade” (Nelson Anacleto, 38)*. Na visão do dirigente há um descompasso entre o que se

aprova e o descaso dos grupos políticos, que pouco ou nada fazem para viabilizar ou fiscalizar as emendas que eles mesmos sancionam. Esse quadro se agrava com a ausência de legisladores, descritos como “*pessoas nossas*”, surgidas da experiência, sindical-popular, que ajudariam no processo de fiscalização mais direta da aplicação das verbas públicas.

Analisando outra variável de desconfiança circunscrita ao projeto de lei do executivo - rejeitado pelo legislativo, mas reenviado pelo órgão executor para apreciação da câmara municipal - que discute a estrutura administrativa do poder executivo e atrela os conselhos gestores, colocando-os como órgãos de aconselhamento⁵³. Nesse intervalo, verifica-se um nítido descompasso legal, descaso explícito à autonomia e atribuições da Câmara municipal e ao lugar das organizações sociais e cidadãos garantidos pela legislação municipal:

Art. 16 – É competência exclusiva da Câmara Municipal

II. realizar audiência pública com entidades da sociedade civil, conforme estabelece esta Lei Orgânica;

VI. receber petições, reclamações de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades e entidades públicas municipais

V. solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão”

Das Leis

⁵³ O Projeto de lei nº 10/97, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo, reza no seu art. 1º, que “a estrutura organizacional, básica e administrativa do poder executivo”, compõem-se das seguintes instâncias: os conselhos como órgãos de aconselhamento; as chefias de gabinete, procuradoria geral e assessoria geral, como órgãos de assessoramento e os órgãos de atuação executiva compostos pelas secretárias de administração, saúde, trabalho e ação social, e educação e cultura.

Art. 27 - §2º : A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara de projeto de lei de interesse coletivo municipal, através de, pelo menos, 5% do eleitorado, conforme estabelecem as Constituições Federal e Estadual.

Da Soberania do Povo

Art. 33 – o poder soberano do povo será exercido pelo processo democrático do sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, de acordo com a lei complementar que o assegurará praticamente, através de: plebiscito, referendium e iniciativa popular

Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária

Art. 36 – as contas do município ficarão, durante 60 dias, anualmente, à disposição de qualquer munícipe, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade e legalidade

Parágrafo único – As contas estarão a disposição dos munícipes, em igual período, em local de fácil acesso ao público na Câmara e na Prefeitura Municipal”.

(Lei Orgânica do Município de Lagoa Seca-PB)

Embora a legislação seja clara sobre as atribuições de cada esfera de representação e a autonomia dos conselhos, o que se constata é que havia interesse de vinculação dos conselhos ao poder executivo. A compreensão do legislativo, naquele momento, foi de que ao tomar essa decisão, a instância executiva feria diretamente o sentido da própria experiência *“o conselho municipal ...tem caráter permanente e autônomo no trato das questões relacionadas a agricultura e atua no âmbito municipal⁵⁴”*, e com base nessa interpretação vetou o projeto. No entanto o

⁵⁴ Cf. Capítulo I, Da Instituição, art. 2º - Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Agropecuário do Município de Lagoa Seca.

executivo ao elaborar a Lei de Diretrizes Orçamentárias⁵⁵, comporta-se como se a reforma administrativa tivesse sido aprovada, desconsidera a devolução e não aprovação do projeto de lei, e por acréscimo, a instância legislativa, permanece alheio aos procedimentos legais e afirma seus pressupostos de gestão política e administrativa, com argumentos de objetividade, eficiência e controle de gastos.

"Com a nova estrutura administrativa básica do poder executivo, quer a administração municipal dinamizar os serviços prestados pelo município, buscando objetividade, competência e diminuição dos gastos com um número excessivo de secretarias. Na gestão passada eram 07(sete) pastas, que agora são reduzidas para apenas 03(três)" (Projeto de Lei nº 10/97)

Vimos que a recorrência à legislação, não significa necessariamente a garantia da sua efetividade no espaço local; as diferenciações internas que movimentam o dia a dia dos pequenos municípios brasileiros e a institucionalização da participação cidadã se realiza de forma descontínua ou irregular, diante da fragilidade de um aparato estatal incapaz de gerir suas próprias regulações.

Avançando um pouco mais, discutiremos a crença que paira sobre a absoluta supremacia do poder executivo sob os demais organismos e instâncias municipais. A negociação em torno de uma emenda específica: o financiamento do estrume, que funcionaria como empréstimo a ser devolvido em produtos para a merenda escolar. A discussão envolveu

⁵⁵ Projeto de Lei que dispõe de normas sobre as diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 1998.

diretamente o Conselho de Desenvolvimento Agropecuário, a Câmara de Vereadores e o Executivo, e indiretamente, o Tribunal de Contas. O controverso argumento do prefeito, no período de negociação da proposição, era de que a proposta seria insustentável, inconstitucional e passível de veto pelo Tribunal de Contas.

“tudo que a gente propõe prá ele é inconstitucional, quer dizer, é isso que a gente precisa se organizar no sentido de você também ter conhecimento técnico...a gente já começa a se documentar...é a gente não só reivindicar, mas também se documentar o máximo possível” (Severino, 52)

Os atores envolvidos – agricultores e parceiros - utilizando um dos canais institucionais disponíveis: o pedido de informações, buscaram informações e amparo jurídico para a emenda. A resposta foi afirmativa de parte do Tribunal de Contas - era possível transformar a proposição em emenda, e projeto de lei, a ser financiada com recursos municipais; não havia inconstitucionalidade no processo. A informação veio oralmente, sem um documento que pudesse servir de material de negociação, por isso a fala do *“reivindicar, mas também se documentar ao máximo”*. O problema se recolocava em termos de vontade política ou viabilidade condicionada a correlação de forças existentes.

São comportamentos corriqueiros no dia-a-dia político do município de Lagoa Seca, procedimentos que esbarram na própria legislação municipal, sem contudo acarretar nenhuma advertência ou perda consistentes que de fato abale o fazer político do executivo. As referidas

práticas indicam que há condutas de dirigentes públicos e de instituições que circulam impunemente e administram com flagrante descaso para com a legislação e os organismos existentes:

"muitos violam a lei e que os custos de fazê-lo são normalmente nulo...o oportunismo e a ilegalidade generalizada aumentam todos os tipos de custos de transação, e o tecimento da sociedade pelo estado – enquanto - lei se enfraquece a cada volta do espiral" (O'DONNEL, 1993: 140).

O prefeito caminha tranqüilamente, ou com pequenos sobressaltos, aqui e acolá, mediante as críticas exercidas pela oposição no legislativo e as pressões advindas dos setores organizados: sindicato dos trabalhadores rurais na *"luta permanente no sentido de reivindicar dos poderes públicos municipal e estadual, soluções para os diversos problemas enfrentados pelos pequenos agricultores de nosso município⁵⁶"*, dos servidores públicos, pastorais sociais, ou quando o Tribunal de Contas, ao detectar alguma irregularidade, suspende provisoriamente as contas bancárias da prefeitura, sendo esta última decisão, a que afeta no imediato o funcionamento do município. *"A efetividade da lei sobre um dado território consiste em inumeráveis comportamentos... que (conscientemente ou não) são normalmente consistentes com as prescrições da lei (O'DONNELL, 1993:126)*

⁵⁶ Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca – PB, que trata das atividades e ações realizadas no último mandato (1996-1997) e dos propósitos da diretoria para o próxima gestão – 1998-2002.

Herbert de Souza ao recorrer a LACLAU situa a discussão dos canais institucionais de participação popular no campo da efetividade da gestão democrática, pois acredita que pensar a democracia é mais que a recorrência às medidas que estabelecem juridicamente liberdade civil, igualdade e autogoverno. A noção de democracia:

“deriva diretamente da filosofia liberal que, reduzindo os agentes sociais à vacuidade jurídica do ‘cidadão’, está impossibilitada de legislar mais além de certas formas de participação que o sistema jurídico garante a todos os indivíduos” (LACLAU apud SOUZA, 1980:100)

Acreditamos que o jogo das forças políticas que interagem no município, indicam não apenas uma tendência da democracia representativa de complementar o sistema de representação política, mas traz consigo uma sobreposição de instâncias decisórias, lideranças participando, buscando se capacitar para contribuir nesses lugares e responder às exigências, sempre crescentes, de uma participação eficaz na esfera institucional; sendo inevitável, em alguns casos, o descrédito dos órgãos governamentais – e setores sociais não governamentais – o desânimo e a impotência de um contingente significativo de atores sociais.

“não está consolidada na maioria dos movimentos sociais uma perspectiva real de participação na institucionalidade democrática que envolva a disputa e a negociação de interesses, demandas e propostas e que vise a produção de um consentimento público e social (...)tributários de uma visão de luta de classes com confronto sem mediações político-intitucionais(...) ausente à correlação de forças existente na representação político-eleitoral e no cotidiano da sociedade civil” (LEITE, ABREU, 1992:36)

Geralmente são processos de planejamentos tidos como participativos, apresentados como alternativa aos modelos tradicionais de gestão e reversão do quadro de injustiça e desigualdade sociais, só que por caminhos institucionais. Um constante vir a ser em termos de gestão dos bens comuns, pré-requisitos à formulação dos instrumentos de controle e fiscalização, garantidos na Constituição Federal e nas Leis Orgânicas Municipais.

O recurso à ação popular previsto na Constituição Federal, para casos de descumprimento das leis, é um desses instrumentos - aplica-se medidas punitivas quando o administrador deixar de prestar contas, fornecer os balancetes, apresentar a execução orçamentária nos prazos e formas legais e/ou em casos de irregularidades explícitas: inexistência de licitação, operações bancárias indevidas, etc. (Constituição Federal, art. 129 # III).

Quando o acento é a efetividade da participação propositiva acionando os mecanismos jurídicos, especialmente no relacionado ao poder judiciário - mediador em última instância, dos conflitos, numa hierarquia de funções e momentos - o receio dos grupos é evidente: *"é como se eles não acreditassem de fato nessa possibilidade"*. As irregularidades se acumulam: *"o ano passado foi trágico também com relação aos prazos...o prefeito não olha sequer para o plano que ele pensou"*⁵⁷. (Sonia, 41, CENTRAC).

⁵⁷ Se refere ao plano de governo que o elegeu.

“O Congresso supostamente é o lugar do debate e da aprovação das principais leis do país, e o Judiciário é o lugar onde os conflitos de interesse e, em última instância, os argumentos sobre o próprio significado da comunidade política são discutidos e decididos”. (O’DONNELL, 1993:126)

A dúvida aumenta se e a discussão é sobre procedimentos jurídicos - o *“não cumprimento dos prazos”*... *“as irregularidades constatadas no mandato”*... *“a forma como vem sendo aplicado o dinheiro”*, ou seja, os aspectos mencionados já não seriam elementos suficientes para uma ação popular na justiça?

Os agentes propositivos oscilam na reflexão entre compreender a ação judicial como último recurso - apenas buscada numa situação limite - e a avaliação de que o impasse já existe; não obstante, duvidam do *“fôlego político e organizativo”*, do poder de pressão e mobilização da experiência.

3.5. Os conselhos⁵⁸: uma experiência de construção de legalidades

Os conselhos gestores, são instituídos nas leis orgânicas dos municípios, como uma das formas *“diretas”* de participação da sociedade no ordenamento jurídico instituído. Mas quais seriam suas funções?

⁵⁸ Existe uma caracterização dos conselhos que os situam como setoriais e populares. Os setoriais seriam dedicados as problemáticas específicas, tais quais: saúde, educação, assistência social, criança e adolescente, entre outras; os populares, identificados pela ampliação do seu campo de intervenção, ou seja, podem agenciar múltiplas temáticas no seu entorno, todas ao mesmo tempo.

Algumas administrações de esquerda e centro-esquerda, na última década, investiram na participação em conselhos, como agenciadores e reforço a "participação popular", sempre privilegiando os movimentos organizados e suas lideranças - atores que encenam diferentes jogos no palco da disputa política. Entretanto, as estratégias que regem a racionalidade da administração pública são limites claros postos à experiência de descentralização do poder local. Os impasses logo foram estabelecidos pelas disponibilidades orçamentárias, a organização burocrático-funcional e a correlação de forças existentes - geralmente foram mandatos que coincidiram com uma representação minoritária na câmara de vereadores, dificultando o encaminhamento dos projetos apresentados pelos segmentos sociais, reunidos nos espaços de representação popular e cidadã: conferências, conselhos, fóruns, etc. (LEITE & ABREU, 1992: 38).

"Estas ações diferenciadas revelam a distribuição desigual das alternativas de escolha e de chances de integração em - projetos sociais. Também revelam a concorrência (...) de perspectivas de reordenação do mundo social. Desse modo, desvelam que a inversão de posições pode se dar em múltiplos sentidos e trajetórias" (NEVES, 1997: 11)

O incentivo do momento são aos conselhos, essa é a constatação básica: *"estamos na era dos conselhos, tudo é conselho" (Celi de Lourdes, 48) "é isso que tá sendo mais badalado em todas as paróquias (Dona Arlinda, 53)"* . Mas qual seria sua especificidade institucional? Melhorar o já instituído, fiscalizar o já existente, referendar processos já em

curso, *"de cima para baixo"*, e que exigem o aval dos conselhos⁵⁹, ou seria um redimensionamento da participação - *"a era" da proposição*, dos novos espaços, dos novos discursos?

No início desse trabalho, ao analisar as transformações ocorridas nos movimentos sociais, foi lançado como desafio para os estudiosos do tema, encarar os múltiplos espaços de exercício das novas relações de poder, que extrapolam o campo de interesses particulares para intervir em políticas mais gerais - o suposto *"salto propositivo"*⁶⁰.

O diagnóstico de alcance da gestão participativa no entanto é tênue. O *"tiro final"* do clientelismo é um limiar de difícil percepção. Seria a *"era da proposição"* o *"novo fluxo"* dos movimentos sociais que ao qualificar suas reivindicações as transformam em proposições? Esse percurso é cheio de imprecisões, buscas e indissociável das mediações realizadas no *"momento...de cruzamento de atores sociais para pensar políticas públicas, proposituras, projetos mais definidos"* (Glória, 42 CENTRAC).

Torna-se complicado afirmar esse novo fluxo se pensarmos que muitas dessas experiências fazem parte de projetos externos⁶¹, com

⁵⁹Determinados recursos precisam do referendun dos conselhos especializados, para que sejam repassados .

⁶⁰ Cf. Capítulo I, item Movimentos Sociais: que sujeitos são esses?

⁶¹ Sem querer entrar na discussão binária : isso é bom, o outro é ruim, ou projetos internos x externos, e sim, precisar a particularidade de uma demanda vinculada a uma necessidade imediata, tipo: semente para plantio, e uma ampliação dessa carência, quando transformada em proposta, prioridade, projeto de lei a ser executado. Nesse momento é quando entra a figura do parceiro/assessor especializados, com sua contribuição oriunda de outros campos de conhecimento: universidades, centros de pesquisas, organizações não governamentais, etc.

estratégias institucionais bem definidas de intervenção nesse *“algo novo... espaços públicos que podem ser de proposições, de negociações, de diálogo; espaço também intermediário entre a sociedade e o Estado, a sociedade e o poder, é um espaço público de participação estratégica”* (Glória, 42). O incentivo dos assessores, mediadores, parceiros, pode vir sem uma demanda evidente dos interlocutores diretos, e termos como resultado uma descrença disseminada do espaço.

“Dois anos e 03 meses com essa história de conselhos...mais burocracia...os conselhos são mais uma maneira de perder tempo. É conselho de saúde, e a saúde tá como sabemos: o povo morrendo a mingua...na agricultura nada muda... Hoje nós temos um governo, no meu ponto de vista muito burocrático, ele cria muitas coisa, principalmente os conselhos para, me parece, mas para engolir a gente em termos de tempo...como é o conselho agropecuário do município”.

“Há dois anos, já dois anos e...e...quatro meses que nós participamos do conselho, já chegamos ao orçamento em dois anos: 95, 96, e até o momento nada de concreto para o trabalhador rural, para a pequena produção, para a ...produtividade familiar, até o momento não conseguimos êxito nenhum”

(Sr. Zé Leal, 64, vice-presidente do STR)

Os interesses são distintos e difusos; alguns aspectos exigem maior precisão, especialmente na analogia feita entre conselhos e democratização. São os órgãos governamentais, por um lado, que apostam neles, enquanto veículo propulsor de recursos: *“os prefeitos também estão interessados nos conselhos...facilita os recursos, as verbas. Que é isso? É democratização ou o que é?”* (Sr. Afonso, 63, Diretor do STR), mas são

também as organizações sociais que trabalham com o potencial de gestão e participação da sociedade civil:

“Conselho é coisa muito séria. Ele tá representando a comunidade...os recursos aplicados...tem a função não só de ouvir, mas de repassar para a comunidade, para as associações⁶²...tem que apresentar para a comunidade o que está acontecendo...você pode tá no conselho e não saber o que tá fazendo” (Severino, 52, Secretário da Pequena Produção do STR)

A fala de Severino indica, com precisão de sentimentos, o que deve ser considerado responsabilidades do conselho e dos conselheiros. Para ele, a seriedade da função, ultrapassa o espaço, em si, da participação no conselho e se estende para outras áreas - o espaço das comunidades - pousando seguro da legitimidade que o credencia como dirigente. Trata-se do resgate da figura do líder, com responsabilidades perante a sua comunidade, sua categoria. Essa leitura é importante pois distingue o lugar social e político dos conselheiros. Os critérios de participação são diferenciados; ora o pressuposto é o reconhecimento junto aos grupos que representa, ora a indicação que origina-se de outro tipo de relação: o préstimo, a troca de favores ou reforço às alianças e clientelas:

“Fui conselheiro da ação social, a representação era a seguinte: quatro do governo e quatro da sociedade civil. Dizem que é paritário...pois bem, os quatro ficaram distribuídos assim: um com a secretária do prefeito, representando os servidores municipais, quando a representação deveria ser do SINTAB...outra vaga para um representante de todas as associações/organizações, e as duas vagas que sobraram com a SAC e o STR...” (Luciano, presidente do PT e SAC - fala solta em uma reunião)

⁶² Se refere as Associações dos Pequenos Produtores.

Alice reforça essa percepção, fazendo outro caminho na sua argumentação. Seu suporte são as dificuldades e limites enfrentadas na sua experiência no conselho de saúde; afirma que os conselhos são espaços frágeis, manipulados, desfavoráveis ao processo participativo. Seu relato insiste nas ambigüidades dos procedimentos do funcionamento do conselho de saúde. Diz que no primeiro momento não existia reunião, tudo era decidido pelo presidente (secretário de saúde). No segundo mandato, a SAC foi convocada como associação, não era mais um convite pessoal, e podia escolher o seu representante. E aí ficou. O mandato geralmente não se cumpre e existe uma substituição de organizações, não só das pessoas. Uma organização pode ser suplantada por outra, sem maiores esclarecimentos - em um mandato o assento no conselho ser de um grupo, e no seguinte, ser de uma outra organização não necessariamente com as mesmas características. O fato é que, segundo ela, as organizações não governamentais são sempre minorias, não existindo de fato paridade.

“não havia interesse das outras pessoas que estão lá...não tinha clareza do que significa ser conselheiro...você chega no conselho, aí a grande maioria converge para as idéias do presidente...as organizações governamentais e não-governamentais estão atreladas...você não concorda, aí é dissidente ...você fica fazendo papel de palhaço...verbas sendo aplicadas, aí tou eu endossando...ah não!” (Alice, 61 - Pastoral da Criança)

O descrédito não impede que os conselhos sejam reconhecidos, pelos agricultores e mediadores, como espaço estratégico privilegiado de intervenção. *“Em Lagoa Seca os conselhos é que elaboram, que discutem*

as propostas então...os conselhos que a gente decidiu acompanhar, são os mais estratégicos no lugar". (Sonia -CENTRAC) - no caso o de desenvolvimento agropecuário, que reúne como funções as seguintes responsabilidades:

"discutir, eleger prioridades e deliberar sobre o desenvolvimento da agricultura e pecuária do município;

I. Elaborar projetos que viabilizem o desenvolvimento da agropecuária local;

(...)

VII. Elaborar orçamento para o setor agropecuário e propor sua inclusão e aprovação no orçamento geral do município;

VIII. Avaliar e reorientar através de proposições, os serviços prestados aos produtores no setor agropecuário, por entidades governamentais e não governamentais;

#Único: As organizações da sociedade civil terão necessariamente representação igual ou superior a 50% mais um dos membros do conselho"

(Capítulo III – Das Funções – Art. 5º - Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário)

A compreensão de que nos demais conselhos há um campo desfavorável de ação, faz com que os dirigentes canalizem para o circuito de reflexões do "conselho da agricultura" - assim o chamam - a maioria das proposições nascidas em outros espaços de gestão: no sindicato, nas oficinas temáticas: saúde, educação e ação social, e de forma particular, os resultados do DRPA - Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas.

Os conselhos atualmente em Lagoa Seca provocam muitas controvérsias; possibilitam inclusive pensar que não fosse o potencial participativo que paira sob o referido espaço – nos discursos dos conselheiros, dirigentes, mediadores - estes seriam suplantados por um outro tipo de “conselho”, que só existe nos propósitos, no vir a ser, no assim será no futuro, no contexto de uma outra correlação de forças.

Com a procura de uma convivência legal, através do acesso aos instrumentos jurídicos: projetos, leis, decretos, planos, se quer caminhar independentemente das estratégias que dão sentido às teias sociais e familiares de parentesco e clientela, arranjos tradicionais ou contingenciais de poderes no espaço local. São muitos indicadores que contribuem para esse prognóstico parcial, circunscrito à experiência local estudada: *“participar, exercer seu papel de cidadão e está acima das questões politiquieras.” (Celi de Lourdes, 48)*

No capítulo III, faremos uma análise dos impactos da participação dos agricultores no cenário político municipal à raiz de sua constituição como sujeito propositivo.

Capítulo III

Uma analítica da participação local: configurações
de poderes e impactos sociais

4. Capítulo III

Uma analítica da participação local: configurações de poderes e impactos sociais

4.1. Apresentação

“é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca” (FOUCAULT, 1996:42)

Quando olhamos a sociedade como se ela pairasse sob os atores sociais concretos, esquecemos *“que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos”*, é essa constatação que permite àquele que lê a história de Lagoa Seca, lançar uma mirada mais detida às redes e controles tradicionais de poder que caracterizam sua experiência de município de pequeno porte. (FOUCAULT, 1996:9).

São as mediações de impacto e configurações de poderes no município, ocorridas no processo de constituição do discurso propositivo, que serão indagadas nesse terceiro capítulo.

4.2. Ditos e Interditos dos Discursos: comportamentos das forças políticas

Na análise da participação local, no detalhamento das falas dos atores sociais envolvidos mais diretamente, é recorrente a afirmação de que em Lagoa Seca, só não participam aqueles que não queiram participar, espaços existem – tanto da “sociedade civil” como dos grupos incentivados e organizados pelos órgãos governamentais. Fora disso o que se sobressai é o incômodo em relação a ausência dos agricultores nestes espaços, a descrença que paira no ambiente: *“a maior dificuldade que nós enfrenta é porque a maioria dos produtores não tão acreditando, parece que eles só querem o sindicato na hora que eles vai, é, se aposentar, acha que o sindicato só é mesmo prá fazer aposentadoria”*. (Severino, 52, Secretário da Pequena Produção do STR).

Alguns autores que trabalham numa perspectiva mais crítica da participação dos atores sociais, falam de um comportamento desmobilizado, em muitos casos oportunista. Dizem que o processo de intervenção propositiva fica prejudicado quando se trabalha com indivíduos com horizonte de tempo reduzido e submersos às teias do clientelismo.

Sendo verdade o anteriormente afirmado, como analisar esse acontecimento observado numa assembléia de sócios do sindicato?

(...) duas pessoas dormem...aos poucos outras cochilam, à medida que a discussão prossegue e extrapola o tempo previsto. Alguns

falam alto, sobre assuntos diversos, perceptível pelo escape de falas: *"fui nada, nem pude mulher"... "e era, sabia não!"*; destoando do silêncio exigido como norma de comportamento.

Conversam sobre temas gerais, menos sobre o assunto em discussão: *reformulação dos estatutos do sindicato*. Algumas falas indicam diálogo, afinidade entre iguais, sentimentos comuns, embora a interlocução, proposta para aquela atividade não aconteça, no entanto, elas se entendem naquela ocasião. O que ocorre é uma interdição na comunicação, o discurso que deveria ocupar um lugar de destaque não circula. Compreensível se pensarmos que *"nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas - diferenciadas e diferenciantes"* (FOUCAULT, 1996:37)

Esta perspectiva da interdição do discurso, foi possível ser observada nas várias atividades do município. Com isso não se quer afirmar que mediante um enunciado truncado, a ação e/ou atividade planejadas não se viabilizam. Significa dizer que, os discursos, quando inassimiláveis, prejudicam a interlocução dos atores sociais envolvidos, e por desdobramento, as ações propostas. As atividades quando realizadas, ficam limitadas a um grupo seletivo, geralmente lideranças. É nesse momento que ocorre o que estou chamando de procedimentos de exclusão e interdição do discurso - ou seja, não se pode dizer tudo, em qualquer lugar, a qualquer pessoa, os enunciados são proferidos no contexto das relações sociais.

Este fenômeno, Eni Orlandi chama de *"mecanismo de silenciamento"*, e o analisa no contexto da circulação dos sentidos. Existem processos que não permitem que o sujeito circule pelas diferentes formações discursivas. Um discurso pode ser emitido, e a mensagem não chegar ao sujeito destinatário; os sentidos postos para o diálogo, quando detidos pelo emissor, agem no sentido contrário, ou seja, interditam a interlocução, logo, *"com o apagamento de sentidos, há zonas de sentido, e logo, posições do sujeito que ele não pode ocupar, que lhe são interditas"* (ORLANDI, 1990: 52)

Não se trata simplesmente de uma relação de ordem x obediência, são relações bem mais complexas, processos de assujeitamento, teias históricas constituidoras de discursos que produzem práticas de sujeição, daí o cansaço e o desencanto com a ação coletiva. Desencantamento que empurra, a grande maioria dos agricultores para ações críticas, fundamentadas ou desconexas, lúcidas, apáticas ou irresponsáveis.

Um exemplo típico pode ser o discurso dito como qualificado, *"daquele que sabe"*. Não ocorre apenas em campos de domínios visíveis, como os ambientes institucionais: o legislativo, executivo, o judiciário, encontra-se nas variadas formas de exercício do saber.

Em um ato singular, como uma assembléia de sócios do sindicato, que trata um tema considerado árido: *"as alterações estatutárias"*, para a maioria dos envolvidos, o advogado pergunta sobre

um assunto que não é compreensível, e obtém como resposta, uma afirmativa, que não considera, e prossegue apresentando a proposta (e aprovando as mudanças), alheio aos ruídos da assembléia e/ou silêncio sonolento, à medida que se prolongam as explicações.

No discurso do advogado pode estar contido uma mera enunciação, ou seja, pronuncia-se à medida que não se espera uma resposta. Quando ele indaga: *"alguma pergunta até agora?"* e a associada responde: *"prá mim tá bom demais"* ocorre uma incompatibilidade na comunicação, um diálogo truncado, onde a comunicação - a emissão não chega ao destinatário, pois o referente não é comum (LYOTARD, 1988). Diria que as interlocuções foram interceptadas e não houve diálogo, apenas um silêncio afirmativo, ou opiniões singelas - como a de uma associada quando trata o tempo do mandato sindical - emite sua opinião como uma declaração de simpatia, alheia às exigências jurídicas de formalização da vida do sindicato.

"...no meu entender não devia haver eleições, quando a gente tivesse reunida e gostasse, devia continuar assim, sem eleição" (sócia presente na assembléia) ...risos...

"e quando a gente desgostasse?" (presidente do sindicato).

"não! quando a gente se gosta, não se desgosta (sócia).

Quando analisamos o lugar ocupado pelos sonhos na vida do agricultor, do prazer pela vida, das esperanças de uma vida melhor para os filhos, do futuro dos jovens, da utopia de um pensamento coletivo,

percebemos quão distantes estão os sentidos de luta, sacrifício, entrega a 'causa coletiva', que alimentou os sonhos de gerações anteriores. O encurtamento das expectativas é traduzido em sentimentos e ações, que são expressões diferenciadas do esgotamento de sonhos:

*"não acho muito favorável para o homem do campo...não pago"..."é difícil vim ao sindicato"...
"minha carteira tá desatualizada, não tenho tempo"...
"as vezes tem uma reunião numa hora que a gente não pode ir"... "só participo de coisa que tenha futuro, esses não tem não, não tenho tempo prá isso, tenho tempo prá trabalhar, se aparece uma reunião eu nunca vou não, negócio prá enrolação". (Opiniões acerca da participação sindical)*

Os interesses associativos são assumidos quando relacionados com sua vida pessoal, particular. Em palavras de Michel de Certeau, estamos diante de um *desvanecimento das convicções* e não adianta ficar criando mecanismos para aumentar a crença, transportar e refinar projetos, pois quando a credibilidade anda em baixa, ela não retorna tão facilmente. (CERTEAU, 1996:279-280). Isso GOHN realça com bastante sensibilidade:

"nos anos 90 se participa de causas coletivas quando estas causas têm a ver com o mundo vivido pelas pessoas, e não porque estejam motivadas pelas ideologias que fundamentam aquelas causas (...) projetos coletivos apenas se estes se relacionem com seus próprios projetos. Estes novos militantes querem manifestar mais seus sentimentos do que viver segundo as diretrizes preconizadas por alguma teoria, partido ou instituição de planejamento" (GOHN, 1997: 340-41)

Desvanecimento das convicções presente também naqueles enunciados que falam da participação, mas a limitam aos espaços da contribuição/obrigação financeira: *"pago o sindicato"*, ou quando

eventualmente, freqüentam alguma atividade: *"pago o sindicato há três anos, fui muitas vezes...as atividades, às vezes, quando tenho tempo"*; a procura quando a oportunidade surge: *"uma vez no ano quando venho na cidade"*; a espera do convite: *"sou sócia do sindicato, sou aposentada, quando tem reuniões nas comunidades e convidam a gente, a gente vai e ouve as palestras"*. Como se evidencia no jogo, o 'placar' nem sempre é favorável, os lances são tecidos por uma "base" também descontente. Os sentimentos podem ser de obrigação, reconhecimento ou apatia.

Desse emaranhado de vozes, são visíveis as tensões na elaboração das proposições. Geralmente se trabalha com afirmações rotundas da não participação, sempre vinculada à falta de interesse, acomodação ou descrédito. Sem dúvida que são variáveis importantes, no entanto, são também indicadores os lances que dão sentido a uma vida participativa, os atrativos colocados no jogo, as visões dos agricultores que não participam, as aproximações e/ou distanciamentos que são estabelecidos. O conjunto de diferenciações que podem, de acordo com o olhar, serem assumidas como *"criadora de oposições, interesses divergentes, mas também de lealdades novas, outras formas de consensos, novas formas de afiliação, novas visões de mundo e de compromissos políticos"* (NEVES, 1997: 11)

Lagoa Seca, alegria para os olhos quando agraciada pela chuva, transforma-se, com a composição de forças políticas atuais, em um cenário árido de disputa política, de denúncias e embates entre os poderes

legislativo e executivo. As antigas fidelidades implodem e novas lealdades surgem: *"é um caso inédito hoje no município, o presidente da câmara – o vereador inclusive foi eleito com o prefeito – tomar um posicionamento desse...tá desenvolvendo o papel de vereador, tá certo? (Nelson Ferreira, 33, tesoureiro do STR).*

O referido conflito entre os órgãos legislativo e executivo, funciona como uma espécie de "termômetro" de uma experiência, distinta das redes de clientelas, relativamente nova de lidar com a esfera pública, e de forma peculiar, com o dinheiro público e tem o discurso da cidadania como um dos seus pilares: *"porque é uma dificuldade muito imensa do cidadão hoje expor seu ponto de vista, exercer sua cidadania" (Nelson Ferreira, 33, Tesoureiro do STR)*

O discurso do cidadão transforma-se em um enunciado recorrente no município, presente tanto no discurso cotidiano do sindicato, seus líderes e parceiros, como também nos órgãos governamentais - uma enunciação afirmativa da descentralização: *"Lagoa Seca encontra-se em fase de reconstrução administrativa e de organização da comunidade para exercerem a cidadania, dentro da reconceitualização de municipalização⁶³"* e independe do lugar social ocupado por cada ator. A cidadania passa a ser unificadora e depositária dos sonhos maiores, nacionais e constitucionais,

⁶³ Documento. Relatório da Secretaria da Saúde Trabalho e Ação Social.

de liberdade, igualdade e reconhecimento de direitos - uma herança universal. Decerto que a perspectiva da universalidade de um sujeito cidadão, nasce com a emergência do indivíduo e do individualismo burguês, preocupado com os seus ganhos, interesses, e é nesse indivíduo, enquanto figura simbólica e jurídica, e *"em cima dessa construção política universal de cidadão, como figura aberta universal, disponível para migrar nos corpos, que se constrói a idéia de democracia moderna"* (MARTINS, 1996:14)⁶⁴

"A idéia de sujeito está constantemente repleta de contestação, porque a sociedade moderna tende a negar sua própria criatividade e seus conflitos internos e a se representar como um sistema auto-regulado, escapando portanto aos atores sociais e seus conflitos" (TOURAINÉ, 1995:257)

Ao analisar a cidadania no contexto da experiência local analisada, percebemos quão tênue são as fronteiras que demarcam os discursos do cidadão e as alterações do lugar social de cada personagem. O caminho é tortuoso, nele cruzam-se sujeitos, demandas e limites, e como a herança *"não é uma aquisição, um bem que se acumula e se solidifica: é antes um conjunto de falhas, fissuras, de camadas heterogêneas, que a tornam instável, e do interior, ou de baixo, ameaçam o frágil herdeiro."* (FOUCAULT, 1995:21), no seu entorno estão um conjunto de experiências propulsoras da democratização do processo constituinte.

⁶⁴ Ver: MARTINS, Paulo Henrique. Contra o feitiço patrimonial: alforria das cidades. In: *o poder do município: quem é o dono das prioridades?*

A inspiração democrática da Constituição de 1988 chega aos municípios, obrigando-os a reformulação e atualização das suas leis municipais. A lei orgânica, que não existia anteriormente, passa a funcionar como uma espécie de "constituição municipal", atualizando as "conquistas gerais" no seu âmbito específico - o espaço local. Dessa forma passamos a conviver, também legalmente, com os discursos da participação popular no planejamento, com certa ênfase nos direitos e deveres das entidades representativas, e com funções delegadas às instâncias colegiadas: audiências públicas, foruns, tribunas livres, etc.

"Fica assegurada a participação do povo, nos termos da lei, na formulação do planejamento e no acompanhamento da avaliação dos resultados, quando da execução: a participação da comunidade no planejamento municipal efetivar-se-á e integrar-se-á através de entidades representativas dos diversos segmentos sociais organizados; o município acatará e prestigiará a constituição de colegiados com vista à aplicação de uma política participativa e democratizante

(Lei Orgânica do Município de Lagoa Seca, Capítulo V – Do Planejamento Municipal; Seção – Das Disposições Gerais, Art. 124, # 1º e 2º)

Entretanto, é somente a partir de 1992, que no município de Lagoa Seca, são ensaiadas as primeiras experiências de participação e intervenção das organizações sociais no orçamento público municipal. Iniciativas pontuais foram realizadas neste período: apresentação de propostas, negociações com o legislativo - através de contatos individuais com os vereadores e presença nas audiências públicas.

"maio de 92, em 93 a gente já começou a ... começar a tomar conhecimento dos recursos públicos que se tinha e que se poderia tá investido na estrada, na água, na semente né! na energia elétrica." (Nelson Anacleto, 38, presidente do STR)

Desse processo ficou como saldo, a abertura dos espaços institucionais de participação das organizações sociais no planejamento municipal - tribuna livre, audiência pública, mandato popular, apresentação de proposições - garantidos até aquele momento na lei orgânica como "letra morta", sem aplicabilidade.

No entanto, a execução foi, e continua sendo, o grande dilema da experiência. Existem os compromissos e acordos eleitorais dos grupos políticos com destaque na política local, que desconsideram os processos participativos. A multiplicação de instrumentos jurídicos formam um aparato legal, um apogeu de legalidades, sem de fato constituírem-se em direitos, ou limitados a espaços ínfimos de representação. Senão como entender que todas as propostas sejam apresentadas, negociadas e aprovadas, e logo engavetadas.

"a gente participou, fizemos várias reuniões, apresentamos propostas, mas depois ficou prá lá...ainda estou vendo simplesmente eles fazerem do jeito que eles querem, apesar das propostas terem sido aprovadas." (Seu Zé Leal, 64, Vice-Presidente do STR)

"acatar as propostas, eles tem acatado, quando é prá executar é a maior dificuldade ...em 93 nós fizemos um bom trabalho nesse aspecto, mas não tivemos acompanhamento né! daquelas proposta que a gente deu e que a gente conseguiu até passar" (Nelson Anacleto, 38, Presidente do STR)

"a fiscalização de fato tem um papel fundamental, e tem clareza que ainda estamos com dificuldades de implementação...depende da conjuntura...do ciclo orçamentário, os prazos são respeitados, ou não, pelo poder público, pelo poder executivo, e a fiscalização no legislativo (Sonia, 41, CENTRAC).

O exemplo típico desse procedimento são as proposições apresentadas, ao legislativo, pelo Conselho de Desenvolvimento Agropecuário⁶⁵; transformadas em prioridades e metas, e logo em emendas encampadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, no item: *"aquisição, manutenção das atividades e construção"* (LDO – Lei de diretrizes Orçamentárias, aprovada no ano de 1996, para exercício de 1997), que segue:

"1. Criação de um viveiro de árvores frutíferas e essências florestais para beneficiar os pequenos agricultores do município, estabelecendo critérios e possíveis parcerias;

2. Criação de uma linha de financiamento para compra de adubo (esterco de curral), atendendo os agricultores de baixo poder aquisitivo;

3. Energia trifásica;

4. Construção de barragens nos locais onde há condições de beneficiar a produção irrigada;

5. Recursos para realização de eventos relacionados às atividades agrícolas do município"

(Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada no ano de 1996 para exercício no ano de 1997)

⁶⁵ Conselho de desenvolvimento Agropecuário, instituído pela lei municipal nº 46/95.

Após concluído o período político-administrativo, já no final do ano de 1997, verifica-se que as emendas sequer foram contempladas, e por desdobramento, arquivadas.

O impacto da experiência, quando pensada sob o prisma da autonomia do município, da aplicabilidade dos recursos e efetividade da participação cidadã é ponderado. A receita do município prevista para o ano de 1997⁶⁶ foi de 3.190.000,00 (três milhões, cento e noventa mil reais): nela estão incluídas as transferências da União, em torno de 2.822.600,00 (dois milhões, oitocentos e vinte e dois mil reais) e as do Estado, oscilando no patamar de 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais). Somado os dois ingressos temos 3.008.600,00 (três milhões, oito mil e seiscentos reais) onde o FPM – Fundo de Participação dos Municípios, é responsável por 88%. Significa dizer que o município depende, quase que de forma absoluta - aproximadamente 94,31%, dos repasses dos governos federal e estadual.

As alianças políticas estabelecidas funcionam tendo como cenário um contexto de relações polarizadas: os aliados do prefeito Gilvando Carneiro Leal e os opositores que seguem o vereador e presidente da câmara municipal, Pedro Jácome - *“os que estão do lado do poder acompanha, mas quem está contra não quer nada. Na próxima campanha se esse lado ganhar, todo mundo que estava do lado da oposição agora é*

⁶⁶ Cf. Previsão Orçamentária para o ano de 1997- Lei Orçamentário Anual (LOA)

*situação, está de dentro". O discurso político partidário caminha *pari passo* com o cotidiano da vida do agricultor - no desabafo de Alice: "a maioria das pessoas não separam política partidária de nada aqui" (Alice, 61, Pastoral da Criança)*

A relação entre os poderes Executivo e Legislativo é conflituosa. O presidente da câmara de vereadores denuncia irregularidades na prefeitura, e encaminha o pedido de impedimento do prefeito; processos, dos dois lados, tramitam em várias instâncias: Tribunal de Contas, Procuradoria da Justiça, Tribunal Eleitoral e Assembléia Legislativa; as atividades do legislativo foram paralisadas e retomadas por intervenção judicial (liminares); outros instrumentos foram acionados juridicamente, entre eles, aquele que solicita uma intervenção no legislativo, obrigando-o a votar os projetos enviados pelo executivo.

"ele entrou comigo na justiça obrigando que eu vote...nunca ouvir dizer que um deputado, senador é obrigado a votar, a lei mandando que ele vote. Nós temos três poderes no Brasil: o executivo, o legislativo e o judiciário, eles trabalham em harmonia, cada um no seu poder, eu não posso intervir no poder do outro."
(Pedro Jácome, 59, Presidente da Câmara de Vereadores)

A confusão se generaliza sob o olhar de uma população estarecida, diante do caos político-administrativo. São sessões legislativas intermináveis ou não concluídas, sempre acompanhadas de reforço policial, quebra-quebra, troca de cadeiradas entre aqueles eleitores mais

apaixonados ou a discreta esperança do dirigente sindical que acredita que um olhar mais crítico seria o divisor de posições:

"eu acredito, que a população, uma vez politizada saberia exatamente distinguir entre o poder executivo e o legislativo, quem está com a razão...porque em outras épocas é comum se ver em Lagoa Seca os vereadores se vendendo ao prefeito para calar a boca e deixar as coisas tudo correr por debaixo do pano" (Zé Leal, 64, vice-presidente do STR)

Muitas são as acusações e múltiplos os recursos judiciais encaminhados de ambos os lados: desvio de dinheiro público, crime eleitoral, concessões de favores - vinculação de projetos e recursos aos interesses pessoais - uso indevido da máquina administrativa, depredação do patrimônio público - câmara de vereadores⁶⁷ - agressões variadas, cassação do mandato de um vereador acusado de acumular vencimentos, irregularidades no processo de votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), entre outras.

Quando existe um quadro de denúncias, há uma tendência a polarização dos discursos, um enfrentamento de posições. A disputa dos espaços, transcendem o palco específico do município e ocupa a imprensa

⁶⁷ A pesquisa nos periódicos Diário da Borborema (DB) e Jornal da Paraíba (JP) - no período acompanhado: os meses de dezembro de 1997 à março de 1998, indicam que o enfoque dado a Lagoa Seca era dirigido, na sua totalidade, para o descontrole político, alimentado pela disputa entre os poderes - legislativo e executivo. Os enunciados, as "manchetes jornalísticas", retratam bem o conflito: "câmara de Lagoa Seca é depredada e 7 vereadores do PSDB são os suspeitos" (DB, 07.01.98); "delegado tem dificuldades para apurar quebra-quebra" (JP, 14.01.98); "a guerra de Lagoa Seca: quebra-quebra na câmara" (DB, 06.01.98); "parlamentares promovem quebra-quebra na câmara (DB, 08.01.98) "vereadores ouvidos negam quebra-quebra e delegado agora espera o laudo do IPC - Instituto de Polícia Científica" (JP, 14.01.98); "Lagoa Seca: delegado houve seguranças" (DB, 15.01.98); "laudo sobre vandalismo sai esta semana" (JP, 25.01.98); "depoimento de vigilante sugere que câmara assemelha-se a casa de Noca" (JP, 31.01.98); "vereador é afastado e pode perder o mandato" (JP, 06.02.98).

regional. A população se divide, o conflito é personificado: prefeito x presidente da câmara de vereadores⁶⁸, provocando comportamentos diferenciados dos adeptos. Os interesses estão polarizados entre as duas, distante dos "reclamos" e interesses populares. A adesão apaixonada geralmente vem acompanhada de um diagnóstico afirmativo, sem vacilação: a briga é pessoal e politqueira:

"o grande problema de Lagoa Seca é que o executivo e o legislativo em Lagoa Seca não se une, qualquer coisa que o prefeito encaminha é rejeitado, pode ser a melhor proposta, porque a questão é de briga pessoal, briga politqueira das brabas" (Celi de Lourdes, 48 Secretária de Bem-Estar Social, vice-presidente dos conselhos de saúde e ação social)

Ocorre também que o reconhecimento – a atitude de sentir-se no lugar, identificado com a posição do outro, é associado a retomada da função do legislativo - sem deixar de ser também passional, já inclui outros elementos para apreciação do jogo político, ao afirmar que o vereador *"cumpre com seu papel de fiscalizador"* (Sonia, 41, CENTRAC).

O dirigente sindical afirma que o envolvimento do vereador com as lutas sociais - defesa de direitos através da apresentação de projetos e emendas cidadãos – são exigências postas ao parlamentar, que de fato seja porta voz e representante dos anseios e demandas populares: *"pesou sim*

⁶⁸ Na composição da Câmara de Vereadores, a oposição liderada por Pedro Jácome (PPB – Partido Progressista Brasileiro) conta com oito integrantes e a bancada governista, coordenada pelo prefeito, Gilvando Carneiro Leal, com sete membros.

sua presença, pois de janeiro prá cá temos seções com 50, 100 pessoas⁶⁹”.

Como liderança admite que faria o mesmo, cumpriria com a função de vereador *sintonizado com seu povo*, denunciaria as irregularidades.

“Então, como Pedro Jácome, é, nesse caso ele merece um elogio por ter essa iniciativa, e não foi o sindicato que pediu, não foi ninguém que pediu a ele, ele teve a ousadia de denunciar o prefeito pelas irregularidades que acontece...no meu ponto de vista o vereador fez uma coisa correta, que inclusive se eu fosse vereador faria o mesmo, ou qualquer um vereador envolvido nas lutas sociais, envolvido no movimento organizado, faria o mesmo que é denunciar essa irregularidade”. (Nelson Anacleto, 38, presidente do STR)

O discurso pretensioso do presidente da câmara, quando afirma conhecer o que existe de mais íntimo - a mente do povo, é no mínimo paradoxal para a legitimidade que reivindica na nova correlação de forças: *“inédito um vereador que teve coragem de dizer a verdade, isso eu digo sem medo de errar, sempre o vereador disse amém” (Pedro Jácome)*. Os “dons” que diz ser possuidor - eu conheço, eu sei, eu controlo - de saber como o povo se comporta, sente, pensa e vota: *“eu sei a mente desse povo, eu conheço as famílias, se a senhora sair comigo na rua, eu sei em quem esse povo votou”*, demonstra como as relações entre o político e o povo⁷⁰ são ambíguas. Nessa mediação o controle advém do conhecimento do lugar social de cada eleitor e do poder que o conhecimento do município

⁶⁹ Se refere as tumultuadas, e nem sem concluídas, sessões na câmara municipal. Geralmente regada a “pancadarias”, promovida pelos eleitores mais apaixonados, o que exigia a presença sistemática do um reforço policial.

⁷⁰ A noção de povo é aqui compreendida como abarcando os setores majoritários da população de Lagoa Seca.

lhe proporciona. Como vereador e presidente da câmara ao defender a transparência e probidade na gestão pública, constrói adesões e lealdades no município:

“mas esse ano a gente contou com um elemento novo...e de certa forma foi muito bom, que é o fato do presidente da câmara começar a analisar todo o andamento da gestão e denunciou as irregularidades...quer dizer de cumprir com seu papel de fiscalizador” (Sonia,)

Mediante a fala de um dirigente, com longa trajetória de dedicação ao sindicato: *“a prática política aqui é como a prática coronelista né? ... os grupos, eles tem alternado no poder, um contra outro, porém as práticas deles são as mesmas práticas de repressão, de perseguição, de autoritarismo” (Sr. Zé Leal, 64, vice-presidente do STR)*. Indagamos se não seriam estes os pressupostos fundantes do poder cliente?

Reconhecemos que são os códigos de reconhecimento, intimidade, barganha, amizade, associados ao atendimento, em graus diferenciados, das necessidades imediatas, que dão sentido às relações clientelistas - e é deste lugar que se consolidam as redes de favores, préstimos e lealdades no município

Ainda persistindo com a questão, agora de outra forma, o que distinguiria, no entanto, uma posição política crítica e controversa, como a do vereador e presidente da câmara, Pedro Jácome - na condição também de ex-prefeito e ex-aliado político da composição de forças políticas atual

(PSDB) - do discurso situacionista? Evidentemente que o lugar social onde o discurso é proferido.

Quando exercia a função de prefeito, o político Jácome, administrou Lagoa Seca no período onde os grupos políticos se diferenciavam entre a ARENA e o MDB. Adepto da posição que investia na permanência, afiliada a Aliança Renovadora Nacional, manteve distância dos sobressaltos que caracterizou o Movimento Democrático Brasileiro. Na atualidade, sem fazer grandes elucubrações sobre o período ditatorial de que foi protagonista, afirma que administrou a prefeitura com rigor, honestidade e austeridade, valores presentes no seu discurso atual, como vereador e presidente da câmara:

“pessoas que trabalham aqui na secretaria da agricultura, trabalham não, assinam o ponto na secretaria de Campina Grande; esse pessoal nunca fez nada, tem deles que não sabe nem onde é a repartição...eu deixei em 83, 283 funcionários, hoje tem quase 1.000...o município não cresceu, territorialmente está do mesmo tamanho”

“até agora eu não tenho conhecimento, quando diz 10% para a agricultura, estar em quê? Está na barragem, está na eletrificação rural, está na estrada, ponte...nada disso foi empregado, nós estamos mais uma vez iniciando, tentando colocar, fiscalizar...porque quem controla o dinheiro é o executivo, a câmara é...ela tem o direito de pedir, reivindicar, exigir, reclamar, de acompanhar, mas nunca de distribuir”

(Pedro Jácome, 59, Presidente da Câmara de Vereadores de Lagoa Seca)

O desconhecimento do presidente da câmara sobre o ciclo orçamentário: prazos, período de votação, exigências legais,

responsabilidades do legislativo no planejamento municipal – elaboração e controle dos recursos públicos - faz com que a dimensão participativa do processo não seja abordada e a disputa fique nos campos das intenções pessoais - *“na imprensa eu vou ele vai, eu digo ele diz, eu falo e ele fala”* (Pedro Jácome) e pretensões políticas futuras. No entanto para o dirigente sindical, a vaidade política não é necessariamente um problema, para ele, todo aquele que investir no desenvolvimento do município, agindo corretamente, terá seu discurso reconhecido como de um aliado:

“eu não sou contra que qualquer político cresça, mas cresça fazendo as coisas certa, cresça denunciando as coisas irregular, cresça fazendo as coisas boas pra população, pra o município, o que a gente é contra não é porque é o prefeito A ou prefeito B não! O que a gente quer é desenvolver um plano para agricultura, um plano de desenvolvimento” (Nelson Ferreira, 33)

Nos meandros políticos das promessas não cumpridas, a desinformação acerca da legalidade é uma constante; envolve a maioria dos cidadãos, incluindo os vereadores, tanto do quadro político atual como da oposição.

Quando Pedro Jácome se refere ao envio, pelo executivo, da Lei Orçamentária Anual (LOA) para apreciação e sua devolução pelo legislativo:

“quando nós analisamos devolvemos a ele, pedindo que modificasse, não havia condição de votar daquele jeito. Ele não devolveu. Hoje já é 1º de dezembro, mas ele não devolveu, faz uns 20 dias, ele não deu a mínima”, ele não apenas reforça o desconhecimento, como defende posições que contradizem a legislação municipal, quando legisla sobre os canais de

funcionamento da própria câmara: obrigações, prazos e limites do cargo, canais institucionais de participação populares, etc.

Persiste no erro quando afirma que a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, pode ser votada junto com a LOA – Lei Orçamentária Anual: *“é ele mandou atrasado, aí não prejudica porque ela pode ser votada junto com o orçamento até 31 de dezembro⁷¹”*, e esquece que o ciclo orçamentário contempla momentos interdependentes, porém diferenciados. Os prazos são seqüenciais, primeiro se vota a LDO, que são as prioridades e metas da administração pública, e a partir dela, se destinam os recursos para cada item priorizado, o orçamento propriamente dito – a Lei Orçamentária votada anualmente (LOA)

Sabe-se que em Lagoa Seca é um dos municípios onde os prazos são totalmente desrespeitados, que foge completamente a qualquer planejamento, não obstante, o que de fato mobiliza o debate político, é a luta pela manutenção ou ruptura de uma correlação de forças. As lutas, confrontos e alianças estabelecidas, são ingredientes da disputa política e a multiplicidade de explicações – do prefeito, vereadores, líderes agricultores - são estratégias de procedimentos com o intuito de convencer, de ocupar o espaço e obter o apoio popular.

O significativo da mediação política, é que cada espaço é disputado como único: cargos, funções, representação política. Busca-se

⁷¹ Se refere aos prazos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

assim garantir uma posição favorável para uma determinada composição de forças. Para isso, as armas são variadas. Pode-se recorrer aos instrumentos mais antigos, como no caso dos prefeito e vice, que defendem suas posições através de um recurso nada racional, a luta corporal. A caracterização da ruptura de lealdade, do vice prefeito Edvard Herculano, com o grupo político liderado pelo prefeito Gilvando, afiliado ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, é designada de traição e adesão ao coronelismo. Estamos diante de um caso típico de infidelidade partidária, tão recorrente na política brasileira, onde não existe nenhum acordo, ético e legal, que assegure a permanência de um parlamentar na configuração partidária que o elegeu.

“não há nenhum termo de compromisso, tácito ou explícito, consagrado pelo costume ou pela norma jurídica, que estabeleça vínculo entre o detentor do mandato e o programa do partido político pelo qual se elegeu” (NOVAES, 1994:100)

São compromissos transformados em promessas, discursos em ditos e não ditos, proposições esvanecidas e esquecidas em uma carta-programa e/ou silenciadas na descida de um palanque eleitoral. A distancia entre a fala e a ação é sintomática. Algumas iniciativas em sentido contrário são realizadas: *“a gente tomou conhecimento do dossiê da própria câmara⁷²...também já vinha acompanhando os próprios balancetes do*

⁷² Dossiê (documento denúncia) divulgado pela presidência da Câmara de Vereadores, que trata das irregularidades na gestão do atual prefeito: Gilvando Carneiro Leal.

município” (Severino, 52, Secretário da Pequena Produção do STR), a partir desse quadro de informações, é possível perceber a tensão existente entre uma força política que vence as eleições criticando o governo anterior (PMDB) - nos aspectos centrais da transparência e uso dos recursos públicos - e ao protagonizar a gestão, trata adversário como inimigo e legaliza as irregularidades, contrariando o que seriam as reais atribuições de um administrador público:

“afinal de conta o prefeito se elege, mas ele tá administrando um patrimônio público, e que todo cidadão deveria e deve impor seus pontos de vista, suas críticas e suas reivindicações. Sem isso eu não acredito, não há como estar fazendo política, você tá acompanhando político A, político B” (Nelson Anacleto, 38, presidente do STR).

A partir de sua participação no grupo de estudo, que analisa os balancetes mensais⁷³, Severino aborda as dificuldades de diálogo com o prefeito: *“é duro de trabalhar, autoritário...o balancete é inventado - cria comunidades, manda medicamentos para eleitores de Campina Grande, passagens para outros municípios”*. A mesma sensação surge na fala do Sr. Zé Leal, já descrente com as tentativas fracassadas de diálogo. *“sempre há divergências; o poder público sempre se desvia, sempre ludibria, sempre não comparece, ai a gente fica naquela, sai de casa perde ½ dia, perde 1 dia e vai acumulando o tempo perdido, e só” (Zé Leal)*. Entretanto são

⁷³ Balancetes: “publicação mensal das despesas e receitas fornecidos pela contabilidade municipal” (Plano de Governo, Lagoa Seca, ago. 1996, p. 7)

outras as afirmações presentes no discurso do governo municipal - enunciados referentes às conquistas de direitos e cidadania - argumenta que as dificuldades enfrentadas se devem aos entraves inerentes à gestão municipal, devido a presença das facções retrógradas, dos currais e do clientelismo, e dessa forma, busca para si uma posição junto aos setores que combatem as redes de clientelas.

“Fundamentada na realidade vivida observa-se que o cenário político, econômico e social brasileiro pouco avançou nas conquistas de direitos e de cidadania, predominando o cidadão do papel. A nível local alguns sinais de transformação. Avançamos no processo de articulação abrindo canais de participação entre os diversos segmentos, entretanto bloqueada por facções retrógradas e conservadoras que continuam usufruindo das vantagens da deseducação e da despolitização, vivendo em currais e clientelismo” (Documento. Relatório da Secretaria de Saúde Trabalho e Ação Social)

Estamos diante de um paradoxo discursivo, um contra-senso. O prefeito alega que está sintonizado com a realidade brasileira, mais precisamente, com as dificuldades que inibem os avanços *“nas conquistas de direitos e cidadania”*; debate o espaço local, quando das iniciativas de diálogo e abertura dos canais de participação se tratam, buscando um lugar diferente daqueles setores, segundo ele, vinculados aos *“currais e o clientelismo”*. Aqui cabe a indagação acerca dos indicadores sócio-políticos da discussão do clientelismo na realidade de Lagoa Seca.

4.3. O Lugar do Clientelismo: "assujeitamento" "silenciamento".

"Os poderes antigos geriam habilmente a sua 'autoridade' e supriam assim a insuficiência do seu aparato técnico ou administrativo: eram sistemas de clientelas, de cooptações, de 'legitimidade', etc. Procuravam no entanto se tornar mais independentes dos jogos dessas fidelidades por uma racionalização, pelo controle e a organização do espaço" (CERTEAU, 1996: 280)

Considerando que estamos analisando o discurso da proposição, que por constituição depende do funcionamento do espaço público, enfrentar a discussão do clientelismo é seguir a trilha dos poderes que circulam no município – grupos de família, políticos – as relações que supostamente seguem uma lógica. *"A lógica emerge da tendência ilógica de tratar todo semelhante como igual, de conceituar a substância de modo a não ver e nem sentir o mutável nas coisas"⁷⁴* (SINGER, 1995:23), pressupostos das oposições: privado (espaço do cotidiano, da reprodução) público (espaço da produção, da política, da proteção pública). Lógica dos domínios binários - da pessoa e/ou grupo sob o público, das funções instituídas de representante x representado, do peso político dos cargos hereditários ou produto de alianças e jogos políticos, do nome ilustre a zelar, do grupo familiar, da clientela.

⁷⁴ Cf. *Escritos*: Michel Foucault – coletânea de artigos.

"São 500 anos dessa política tradicional, né? De sempre ter alguém para fazer, de sempre esperar pelo prefeito, pelo cabo eleitoral...então tem muitas coisas, é como se ele ainda não se visse com potencial, como se eles ainda não acreditassem neles mesmos...mesmo você tendo uma proposta de políticas públicas, eles ainda ficam dizendo: ah!!! Mas ele vai fazer isso quando ele quiser ...é como se eles se sentissem fracos ainda né?! Esperando se o prefeito for bom... Eles ainda se vêem sem potencial, sem força para isso" (Glória, 42, CENTRAC)

JARA, já indicava em suas reflexões sobre o associativismo burocrático, que a *"pobreza rural é o melhor alimento da cultura da subalternidade"* e os agricultores sem perspectivas, enfraquecidos e assujeitados alvos privilegiados. Nessa análise, seria a precariedade das condições de existência, que conduziria às práticas clientelistas.

"É muito difícil enfrentar o futuro com auto-suficiência quando não existe capacidade de escolha, nem alternativas. Marginalizados, os seres humanos somos facilmente domesticados, ficamos impotentes e divididos em pedaços" (JARA, 1995,39)

Estas práticas são geralmente associadas as características negativas, próprias ao modo de vida do passado, que devem ser ultrapassadas por serem resistentes às mudanças e atentarem contra o presente moderno-urbano-tecnológico.

Essa perspectiva em Lagoa Seca, é muito bem aceita pelo modelo político atual. As noções de dádiva e amparo são pilares da administração atual, materializadas na distribuição dos serviços e decisões políticas: ajuda aos estudantes carentes - distribuição de material escolar, de medicamentos; doação de terrenos; implantação de programas para

fornecimento gratuito à população de documentação (registro de nascimento, CTPS, identidade, etc.); reconstrução e/ou reformas de moradias; isenção de impostos e taxas municipais na implantação de 'indústrias de fundo de quintal' - *"dar total assistência à população carente do município com exames médicos complementares, doação de óculos, próteses, colchões, cobertores, enxovais para gestantes e recém-nascidos, obedecendo critérios sociais"* (Plano de Governo – Gilvando – atual prefeito do município – Lagoa Seca, agosto de 1996, p. 4).

Os domínios são exercidos através das tramas sutis do favor material, instrumento eficaz de reconhecimento e lealdade política, estrategicamente solidificado no jogo das forças políticas que interagem historicamente. As instâncias de participação popular e cidadãos são tecidas por fidelidades e adesões políticas, às vezes discretas, em outros momentos abertas, apaixonadas: *"os conselheiros...boa parte está envolvido com político A, político B... não tem autonomia, sempre está preso a alguém, a algum grupo político, isso é bem forte..."* (Glória, 42, CENTRAC)

"A dominação é uma estrutura global de poder da qual se pode encontrar às vezes as ramificações e consequências justamente dentro da trama mais tênue da sociedade; mas é ao mesmo tempo uma situação estratégica mais ou menos adquirida e solidificada num enfrentamento de longa duração histórica entre os adversários"⁷⁵ (FOUCAULT, 1984b:320 apud CUPERTINO, 1995:55)

⁷⁵ Cf. *Escritos*: Michel Foucault – coletânea de artigos.

Se existisse uma qualificação para o discurso do clientelismo, diria que ele habita as falas e instituições e independe da filiação política; que as estratégias de domínios no espaço local, atravessam as várias relações e grupos no município, sendo impossível afirmar ser a dominação de responsabilidade exclusiva de um ator social. São comportamentos que indicam, que mesmo existindo o revezamento de poderes entre grupos, os conflitos sociais são mediados e/ou neutralizados por sucessivos grupos políticos com práticas clientelistas, e daí, as respectivas sujeições produzidas por esse tipo de relação. O discurso da cidadania, não isento da ingerência de comportamentos assistencialistas, caminha *pari passo* com as práticas de clientelas.

“quando as pessoas começaram a vir pras nossas reuniões e escutar o discurso mais pro lado transformador, elas queriam mais o lado assistencialista que o pessoal está acostumado a ter. Vir pras reuniões prá discutir problemas, prá se responsabilizar não agrada muito, eles se distanciaram” ...

“eu vim trabalhar aqui e encontrei uma comunidade acostumada totalmente com o assistencialismo, onde o poder público podia tudo e a comunidade assistia tranqüilamente a tudo. O grande desafio é, eu acho, a comunidade tem participar de tudo, o poder público poder menos e o povo poder mais...colocar o povo para pensar” (Celi de Lourdes, 48, secretária da ação social e vice presidente dos conselhos de saúde e bem estar-social)

Mesmo admitindo, em seu discurso, que a apatia dificulta a constituição do ser cidadão co-responsável pelos seus atos, cada vez mais distante dos conclamos governamentais à participação, perdura o

descompasso, entre falas e práticas, da secretária do bem estar social. Ela propõe um investimento às ações transformadoras e responsabilidades cidadãs, não obstante, toda a cadeia institucional que sobrevive das práticas assistenciais, dependem diretamente da sua secretaria. A beneficência é o "carro chefe" do que historicamente se convencionou chamar do setor de bem estar social, e fica difícil escapar da função, pois o reconhecimento vem sendo construído nesse lugar e não nas instâncias de representação e participação na gestão.

O discurso de Dona Adalgiza, Diretora de uma Instituição de Saúde Municipal, retrata bem a constatação acima. Como conselheira opina de um lugar de comodidade, e sobretudo de lealdade política. Não acompanha o que chamaria de meandros e responsabilidades de um conselho, mas avalia a gestão da presidente do órgão, primeira dama e secretária de saúde, afirmando que: *"a secretária de saúde tá desempenhando um bom trabalho, muito embora sempre eu sou faltosa nas reuniões, né! ...a gente sempre falta as reuniões"*. Destaca o funcionamento dos postos de saúde, a farmácia e a distribuição da medicação do pessoal carente, a assistência aos deficientes e anciãos, como referências de um bom desempenho profissional. Preocupações distintas do discurso agenciado na relação de participação propositiva.

A cadeia se estende e assume outras feições. Os cargos e funções são ocupados por pessoas ou grupos, sem o critério da qualificação profissional, funcionando nesse caso, as teias de relações pessoais, a

dádiva política, e obtendo, como contrapartida, a lealdade partidária. O CERPAS se inscreve bem nesse perfil. A escolha da direção dar-se sem respeitar, sequer, o critério básico de experiência acumulada na área de saúde:

"a minha experiência foi na área de educação, aí depois me jogaram aqui dentro, sem nenhuma experiência na área de saúde, mas eu gosto do meu trabalho, me relaciono muito bem com o pessoal daqui, e vou tocando, com grandes dificuldades mas vou tocando" (Dona Adalgiza, 66 - Diretora do CERPAS)

As redes de clientelas diluem-se no município - atingem também as organizações sociais - quando estas não apresentam propostas e esperam do poder público: *"aqui também tem muito aquilo que tudo é o poder público que tem que fazer, espera que venha tudo pronto"* (Celi de Lourdes, 48); quando a paridade não existe de fato e a apatia prescreve o jogo; quando tudo é votado por unanimidade - se estar conselheiro sem saber ser conselheiro, nem quais as suas funções. Nestes casos estamos diante de um jogo de posições, em que as composições se realizam tendo como sustentação o poder cliente.

Estamos diante de práticas de interdição da participação e não circulação dos poderes. Isso ocorre nitidamente com as instâncias de representação quando se transformam em espaços de referendos e sustentáculos de grupos. No dizer de Sérgio Costa, os mecanismos para criação de questões públicas não escapam aos circuitos fechados das negociações individuais e tramas de grupos. É que a maioria dos agricultores enxergam *"o político não como um representante deles, uma*

“pessoa que pode cobrar...mas uma pessoa que fez um favor a ele” (Nelson Anacleto, 38, presidente do STR)

“A esfera pública apoiada na sociedade civil que se (re)contrói, apresenta sinais efetivos de independência e vitalidade, operando, de fato, como caixa de ressonância para a ‘criação’ de questões públicas. Não obstante, preponderam em muitos casos mecanismos não públicos (fechados, particularistas) de acesso ao sistema político e ao Estado e de desencadeamento de decisões nestas esferas” (COSTA, 1994:51)

O Conselho de Desenvolvimento Agropecuário pode ser um indicador nesse processo, por depender da iniciativa do prefeito, que na condição de presidente, é responsável pela convocação, e tem a seu favor, uma correlação de forças: *“até hoje o prefeito não tem é... é... vindo pras reuniões, nem sequer marcado a reunião do conselho, e que isso tem sido um problema hoje no município”.* (Nelson Ferreira, 33, tesoureiro)

O lugar social daqueles que administram, é o da comodidade de um espaço que julga seu, e o defende com ‘unhas e dentes’, dos possíveis concorrentes sempre à espreita: *“atender as reivindicações, não só desse sindicato...podem despertar agentes políticos até prá política partidária, e no momento que eles tão atendendo essas reivindicações tão dando asas àquelas organizações”* (Nelson Anacleto, 38). Entretanto, o discurso não sendo estático, nem absoluto, é circulante. São as negociações discursivas que transformam o discurso em exercício em um determinado contexto, e oscilante ou truncado, em outro.

Apesar dos limites impostos pela dependência regimental, como ocorre com o conselho de agricultura no relacionado à convocação, o que

prevalece como disposição, é a valorização dada aos espaços de gestão participativa. Sempre há uma referência aos momentos de realce, onde o conselho funcionava, apresentava proposições, negociava com os legislativo e executivo, promovia discussões. Não obstante, esse reconhecimento pode se provisório, se o acento posto da relação for o da clientela e não o papel de diálogo que o CENTRAC entende ser da sociedade, e de forma específica, dos conselhos e instâncias colegiadas. Na atualidade, as mediações que escapam à configuração de grupos particulares ficam limitadas ao sindicato, seus líderes e algumas lideranças isoladas que atuam no município.

A construção de um espaço de participação propositiva como signo de um devir - *“uma tentativa de criar um potencial que não é tangível nem visível, mas que energiza as pessoas e permite libertá-las das cadeias da existência isolada, da marginalidade, do comportamento fatalista”* (JARA, 1995:36), novas configurações de forças que incluem os conselhos, estaduais ou municipais, como mediadores públicos: *“vamos dizer assim...públicos, que pode ser de proposições, de negociações, de diálogos...um espaço também intermediário entre a sociedade e o Estado”* (Glória, 42, CENTRAC)

O discurso propositivo cria novas possibilidades institucionais, uma nova noção de público como construção coletiva por excelência que não podem ser apropriadas por ninguém. Sua singularidade reside em não depender de parentesco, dos circuitos das negociações individuais - tendo

os códigos de reconhecimento, barganha e poder político como delimitadores - para se "ter acesso" ao direito. Discurso que estabelece diálogo com dimensões consideradas exclusivas ao exercício da plena individualidade: o lar, as relações amorosas, os anseios individuais, no entanto, embora sejam aspectos de vivências particulares, não se esgotam na suposta esfera privada. Quando o agricultor fala dos sonhos de uma condição de vida melhor para ele e sua família, seu horizonte é considerado limitado, mas sua referência de demanda e desejos são tecidas em um contexto social e historicamente delimitado; são relações macro sociais que atravessam o seu mundo.

Com o fim de uma correlação de forças políticas, uma nova construção de verdade desponta, um outro jogo emerge, outras relações de poder e saber. Nesse caso, *"o importante é saber que é possível sempre mudar. Isso evita que o homem caia definitivamente na tirania de um discurso hegemônico sobre a verdade"*⁷⁶ (EGYDIO, 1995:11).

A fabricação de verdades não é uma trama irreversível de uma correlação de forças que se encontra em uma posição vantajosa no contexto. Naturalizar este tipo de pertença social é uma forma de pensar e achar que as coisas são como estão dadas; visão que inibe a manifestação criativa do sujeito de sentir-se participando, reconhecido como cidadão.

⁷⁶ Cf. *Escritos*: Michel Foucault – coletânea de artigos.

Considerações Finais

Considerações Finais

O percurso deste trabalho de análise, foi o da identificação de um lugar social se constituindo: *o do agricultor familiar no município de Lagoa Seca - Paraíba* - os múltiplos agenciamentos dos atores sociais que participam intervindo e propondo políticas públicas municipais.

Destacamos o discurso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como ator social de maior visibilidade pública e política na interlocução da proposição; uma variedade de experiências discursivas que, intercaladas, transformam-se no processo mesmo da gestação e resolução dos problemas propostos. São práticas flexíveis, múltiplas, finitas e imprevisíveis, que interagem na formulação das proposições.

Seguimos caminhos com muitas direções, percursos difusos, tramas controversas e convivemos com possibilidades que mudavam a cada planejamento, proposituras que escapavam ao previsível, ao diagnóstico a priori de resultados.

Quando encontramos cidadãos propondo, intervindo e discutindo a viabilidade de suas propostas, perguntamos pelos pressupostos dessa experiência. Seguimos as trilhas do poder local e movimentos sociais, e nos seus propósitos, os indicadores da descentralização do município, como exigência ao aperfeiçoamento democrático e a gestão participativa.

A controvertida experiência do poder local revela várias dimensões da organização espacial. Dela retiram-se as afirmações do

Estado como detentor e responsável pelas ações públicas - derivação das alianças e articulações entre as elites políticas, cenário das desigualdades, do reforço à tradição e ao conservadorismo - e, simultaneamente, a emergência de um sujeito local com direitos, responsabilidades e capacidade de ingerência no espaço local. A particularidade dessas interpretações indica que a transferência de responsabilidades para os municípios, seria um procedimento estratégico do Estado, que mediante a ineficácia de sua estrutura política e administrativa, passa para os municípios responsabilidades que "por direito" seriam suas. Esta análise insiste em que o repasse das atribuições mencionadas impediria a universalização dos direitos, somente possível através do Estado nacional.

Outros acentos são postos à discussão. Os que compreendem o poder local como veículo de reprodução do sistema capitalista *pari passo* com o discurso da modernização da gestão, da eficácia e da racionalidade, descrentes do lugar social ocupado pelo sujeito, disseminam o descrédito e circulam desatentos aos rearranjos dos poderes no âmbito local.

Nos termos expostos, o final da década de 70 e toda a década de 80, coincide com a presença de novos atores sociais no cenário brasileiro. Pôde-se perceber a partir dessa inovação, uma redefinição - ainda flutuante - das teorias do poder local: é o espaço local que se materializa no município e são as forças políticas que circundam as instituições de representação política.

De fato quando pensamos o local, na particularidade de Lagoa Seca, vimos quão ambíguas são as relações: agricultores que recorrem ao "poder público" enquanto provedor, e daí estabelecem a proximidade, mas se distanciam quando divergem, ou lhes convém, numa atitude de não reconhecimento.

No relação com os movimentos sociais, existem interpretações diferenciadas do que pode, ou não, ser denominado um movimento com estas características. Existe uma compreensão, que reúne vários autores: JORDI (1975), CASTELLS (1973), EVERS (1984) em torno da leitura progressiva desses processos sociais, tanto na caracterização como nas mediações de impacto. Seriam experiências de caráter pontual, espontâneas e circunscritas ao espaço micro-local, que se converteriam em um grande movimento político, com possibilidades de generalização.

Estas várias interpretações são trabalhadas com outro tipo de enfoque por SHERER-WARREN (1993), que não vê os movimentos sociais apenas como reações espontâneas, sem incidência na realidade, e sim como novos espaços - societários, participativos, referência decisiva à criação de direitos e com possibilidades de penetração nas malhas das relações sociais instituídas, redimensionando assim, as expectativas em relação ao futuro.

No entanto, há objeções acerca do potencial transformador destas experiências. O desconforto dos analistas com a baixa vitalidade dos movimentos sociais, o esvaziamento das demandas e expectativas e, por

acrécimo, *o desvanecimento das convicções* (CERTEAU:1996), foram variáveis que exigiram dos estudiosos um redimensionamento das análises desses processos em curso.

À medida que as intervenções extrapolam o campo dos interesses pessoais para intervir em políticas mais gerais, que transformam carências individuais em proposições políticas e investem na resolução dos conflitos e desigualdades sociais, a partir da ingerência na institucionalidade democrática, os novos e velhos atores sociais protagonizam novas configurações dos espaços de cidadania. Estamos diante dos primeiros enunciados do discurso propositivo. Sua constituição dá-se em várias direções. O cenário privilegiado é a terra, não apenas como espaço físico, símbolo de organização territorial, recortada por divisas e fronteiras; mas como lugar de múltiplos agenciamentos, intensidades, potencialidades - numa relação de bloqueio e/ou aceitação das convenções sociais instituídas, de convivência com o novo - no encontro da tradição com o sonho do diferente.

A "esfera propositiva", construída na diversidade que caracteriza o ser agricultor, existe como lugar onde se formulam demandas diferenciadas de recusa dos padrões de sociabilidade predominantes. Lugar que se transforma no percurso de formulação das propostas, nos meandros dos discursos dos agricultores, nas oscilações que ocorrem à medida que vão sendo enunciados, negociados.

As capacidades individual e coletiva de elaboração de uma proposta passam a compor um quadro de variáveis interdependentes: o lugar social de fala de cada agricultor, as relações de forças que os institui, os sentidos postos em cada discurso - o que vai sendo enunciado, proposto negociado - exigindo um aporte qualificado do agente propositor no momento de identificação das demandas a serem convertidas em prioridades e proposições políticas. Se fazer crer é o "passaporte" da representação.

As interferências advindas das inovações institucionais - inspiradas na constituição de 1988 e suas instâncias locais de representação, gestão e atualização das conquistas gerais no âmbito local - introduzem os discursos da participação popular no planejamento municipal, com particular ênfase aos direitos e deveres das entidades representativas. Inspiração que interpela o dirigente para que seu discurso se referende em graus de reconhecimento e eficácia - exigências que dependem da qualificação e viabilidade das proposições apresentadas e do poder de negociação.

As redes de lealdades estabelecidas no município são desafios à parte. A fala do representante é uma enunciação comprometida - fala e responde pelos seus associados, primeiros destinatários do seu discurso, e é deles que emana o seu poder, sua legitimidade. Para emitir uma opinião é decisiva a leitura que o sindicalista realize das táticas e estratégias instituídas na provisoriedade do jogo político.

Na complexidade das teias sociais constituidoras do discurso propositivo, a linguagem que se sobressai é a da disputa política - dirigida à alteração ou estabelecimento de uma nova correlação de forças. Processos participativos como alternativa de gestão e reversão do quadro de injustiça e desigualdades sociais. Os agricultores lançam propostas, argumentam, negociam com os poderes públicos e, simultaneamente, desacreditam, se indignam, não se dispõem, não participam - são sonhos esvanecidos, crenças esgotadas, discursos interditados.

A interdição do diálogo pode ocorrer de várias formas: pela incapacidade dos agricultores de reunir informações técnicas suficientes para propor e negociar as proposições públicas e mediante os impasses postos por lei, pelas disponibilidades orçamentárias e a organização burocrático-funcional. Quando a mensagem não chega ao destinatário, a informação não circula, os enunciados não são assimilados - a comunicação não acontece. São redes complexas de sujeição, posições de sujeitos que são interditas, processos históricos de assujeitamento.

Os espaços são negociados com afinco . Os benefícios materiais projetados não chegam, há um descompasso entre o que se propõe e o que se aprova, e a execução fica condicionada à correlação de forças existentes. As estratégias dos agricultores, no exercício da propositura, são intermediadas pela sobreposição de práticas de clientelistas, a precariedade das condições de existência, os arranjos tradicionais ou contingenciais - o favor, o préstimo, os contatos individualizados, as relações de parentesco

e, simultaneamente, a experiência que se posiciona criticamente frente ao sistema de autoridades instituídas e aporta ao estabelecimento de uma visibilidade do agricultor familiar como ator social. Os procedimentos que envolvem as questões públicas não excluem os circuitos fechados das negociações individuais e tramas de grupos.

Os interesses associativos são co-partícipes da vida pessoal/particular. São valorizadas as demandas que nascem nos espaços considerados do cotidiano, dos projetos pessoais, da família - caminhos que indicam às antigas e novas lealdades políticas.

O discurso propositivo engrenado nas redes de poderes que interagem historicamente no município de Lagoa Seca, agencia, não sem tensões, um vir-a-ser diferente, outras formas de estabelecimento de afinidades, consensos, visões de mundo e de compromissos políticos, resultado das múltiplas intervenções dos agricultores familiares nos diferentes lugares sociais.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar no país dos landlords. In: *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 163-173.
- AÇÕES PERMANENTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO: propostas da sociedade civil.** Recife, 10 a 13 de maio de 1993. 40p. (fotocopiado)
- ADORNO, Sérgio (org.) 2. ed. *Escritos: Michel Foucault*. São Paulo:FFCLH-USP, 1995, nº 1, 123p.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O engenho anti-moderno: a invenção do nordeste e outras artes*. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP, 1994. 501p.
- _____. *Nordeste: uma invenção do “falo” - uma história do gênero masculino no Brasil*. Campina Grande, UFPB/Campus II, 1995. 22p. (Projeto de Pesquisa)
- AMMANN, Safira Bezerra. *Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991. 173p.
- ANDRADE, Sandra Maria Correia de. *A questão agrária no nordeste*. *Revista da Fundação SEADE*. São Paulo, v. 1, n.2, p. 109-118, abr./jun. 1997.
- ARAÚJO, Tarcisio Patrício de et al. *Desenvolvimento local sustentável no Brasil: notas para discussão*. In: **WORKSHOP - DESENVOLVIMENTO LOCAL E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA: CONTRIBUIÇÃO PARA DEFINIR UMA LINHA DE AÇÃO DE FDLL NO BRASIL**. Anais...São Paulo: Pólis, 1995. 12p.
- ARENDT, Hannah. *As esferas pública e privada*. 6. ed. In: _____. *A condição humana*. 6. ed. Trad. Roberto Raposo, Posfácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993. p.31-88.
- ARONOWITZ, Stanley. *Pós-modernismo e política*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 151-177.
- ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO. Relatório do seminário sobre o semi-árido.** Campina Grande, PB. *Articulação do Semi-Árido*, 1993. 61p. (publicação do Fórum da Articulação do Semi-Árido - PB)

- AVELINO FILHO, George. Clientelismo e política no Brasil. In: *Novos Estudos*, São Paulo: CEBRAP, n. 38, p. 225-240, mar. 1994.
- BARBOSA, Eduardo Martins, GUEDES, Maria Verônica. *Desenvolvimento local e geração de emprego e renda: a experiência de Tauá - CE*. Fortaleza: ESPLAR - Centro de Pesquisa e Assessoria, jul., 1995. 23p.
- BEZERRA, Jaerson Lucas. Estado e sociedade: a construção de novos espaços. In: *Orçamento & Democracia*. Rio de Janeiro: IBASE, ano 5, p. 3, ago. 1994.
- BOBBIO, Norberto. O conceito de sociedade civil. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1994. 77p. (Biblioteca de Ciências Sociais. Política, 23)
- BORJA, Jordi. *Movimientos sociales urbanos*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1975. 123p.
- BRASIL. *Constituição Federal, 1988*.
- BUARQUE, Cristovam. Qualidade de vida: a modernização da utopia. In: *Lua Nova*, São Paulo: CEDEC, n. 31, p. 157-165, 1993 (a).
- _____ . A revolução das prioridades. Brasília: Senado Federal, 1993 (b) 131p.
- CALDERÓN, Adolfo Ignacio. A lei orgânica paulistana e os novos mecanismos de participação popular na gestão municipal. In: *Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais - ANPOCS, 20. Anais... Caxambu - MG: ANPOCS, 1996. 26p.*
- CASTELLS, Manuel. *Lutas urbanas e poder político: cidade em questão 5* *afrentamento*. Trad. Maria Helena Machado. Paris: Maspero, 1973. 129p.
- CARTILHA da qualidade para o servidor municipal. Lagoa Seca, mar. 1997. 16p.
- CASTILHO, Carlos, GUIMARÃES, Sonia. A democracia de baixo para cima. In: *Políticas Governamentais*. Rio de Janeiro: IBASE, n. 75, p. 6-9, 1991.
- CASTRO, Marcus Faro de. O supremo tribunal federal e a judicialização da política. In: *Encontro Anual da ANPOCS, 20. Caxambu-MG, 1996. Anais... Caxambu-MG: UNB, 1996. 18p.*
- CENTRO DE AÇÃO CULTURAL. *Projeto: participação popular no processo orçamentário*. Campina Grande: CENTRAC, 1997. [s.p.].

_____. Relatório de Avaliação do Centro de Ação Cultural, Lagoa Seca - PB, 1997. Campina Grande - PB: CENTRAC, 1997. 26p

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. Diagnóstico e desenho (D & D) na comunidade de Paquevira. Bom Jardim, [s.n], [s.d.]. 17p. (mimeo.)

CERBINO, Ana Beatriz. A ética no orçamento. In: Orçamento & Democracia. Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, p.3-4, abr. 1994.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 2. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petropolis: Vozes, 1996. 351p.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A "questão democrática". In: _____. A questão da democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 139-172 (estudos latino-americanos, 4).

_____. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, Adauto (Org.). Ética. São Paulo: Companhia de Letras, 1992. p. 345-390.

_____. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1993, p. 1-13 (biblioteca da educação, 6)

COELHO, Franklin Dias. Reestruturação econômica, políticas públicas e as novas estratégias de desenvolvimento local. In: WORKSHOP: DESENVOLVIMENTO LOCAL E GERAÇÃO DE EMPREGO, 1995, São Paulo. Anais...São Paulo:Pólis, 1995, 28p.

COMIN, Álvaro, NOVAES, Carlos Alberto Marques. Negociar é preciso: entrevista de Luis Inácio Lula da Silva. In: Novos Estudos. São Paulo, n. 36, p. 63-86, jul. 1993. (Publicação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

CONFERÊNCIA NACIONAL. Brasília, 1993. 8p. (Carta de Brasília. Projetos estratégicos alternativos para o Brasil).

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA, PB. Regimento Interno, 1996. Lagoa Seca-PB, 1996.

CORDEIRO, Angela et al. Crise sócio-ambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. Rio de Janeiro,[s.n.], 1996. 50p. (mimeo.)

COSTA FILHO, Carlos R. Pio da. Liberalização do comércio: padrões de interação entre elites burocráticas e atores sociais. In: Encontro Anual

- da ANPOCS, 19, Caxambu - MG, 1995. Anais... Caxambú-MG:ANPOCS, 1995. 37p.
- COSTA, Sérgio. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. In: **Novos Estudos**. São Paulo, n.38, p.38-52, mar. 1994. (Publicação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).
- _____. Contextos da construção do espaço público no Brasil. In: Encontro Anual da ANPOCS, 20, Caxambú-MG, 1996. Anais... Caxambú-MG:ANPOCS, 1996. 22p.
- CROZIER, Michel. Estado modesto, Estado moderno: estratégia para el cambio. México: Fondo de Cultura Económica, 1989. 104p.
- CUPERTINO, Maria Amélia Marcondes. As "obsessões" de Foucault. In: **Escritos: Michel Foucault**. São Paulo: FFCLH - USP, n. 1, p. 49-59, 1994.
- DANIEL, Celso. "As administrações democráticas e populares em questão": texto para debate, 1991. 29p. (mimeo).
- DECCA, Edgar de. Rebeldia e revolução na história social. In: Bresciani, Maria Stella et al. (Orgs.). **Jogos do político: imagens representações e práticas**. São Paulo:Marco Zero / FAPESP, [s.d.], p. 13-29.
- DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova internacional**. Trad. Anamarin Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 234p.
- DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO DE AGROECOSSISTEMAS - DRPA**
Lagoa Seca: AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Familiar, 1997. 38p.
- DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO EM AGROECOSSISTEMAS - DRPA**. Projeto Tecnologias Alternativas - PTA - Pernambuco e Paraíba / Centro Josué de Castro / SACTES - Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social. Recife, 1991. 37p.
- DIÁRIO DA BORBOREMA**. Campina Grande: Diário da Borborema, 1998. (edições pesquisadas: 31.10.97; 06.11.97; 20.11.97; 02.12.97; 06.01.98; 07.01.98; 08.01.98; 09.01.98;13.01.98, 14.01.98)
- DRAIBE, Sônia, HENRIQUE, Wilnês. "Welfare State": crise e gestão da crise - um balanço da literatura internacional. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. ANPOCS, v. 3, n. 6, p. 53-78, fev. 1988.

- DUARTE, Emeide Nóbrega, NEVES, Dulce Amélia de Brito, SANTOS, Bernadete de Lourdes Oliveira. **Manual técnico para realização de trabalhos monográficos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994. 69p.
- EGYDIO, Maurício Carlos. Michel Foucault: o encontro dos saberes. In *Escritos: Michel Foucault*. São Paulo: FFCLH-USP, n.1, p.1-16, 1994.
- ESCOLA DE FORMAÇÃO QUILOMBO DOS PALMARES. **Crise rural e movimentos sociais: subsídios para o seminário de conjuntura nordestina**. Recife: EQUIP, 1993. s.p (coletânea de textos).
- EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos movimentos sociais. In: *Novos Estudos*. São Paulo:CEBRAP, v. 2, n.4, abr. p. 11-26, 1984.
- EWALD, François. **Foucault, a norma e o direito**. Trad. Antonio Fernando Cascais. Lisboa: Vega, 1993. 226p.
- FARIA, José Eduardo. A eficácia do direito na consolidação democrática. In: *Lua Nova*. São Paulo, n. 30, p.35-71, 1993 (Publicação do CEDEC: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea)
- FEDOZZI, Luciano. Possibilidades e limites da participação popular no poder local. In: *Orçamento & Democracia*. Rio de Janeiro: IBASE, ano 5, p. 8-10, ago. 1994.
- FERRARI, Eugênio A . **Aplicação do DRPA na Zona da Mata**. Recife: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, [s.d.],10p. (mimeo.).
- FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes. Os novos movimentos sociais urbanos: que personagens são estes ? In: *Revista Estudos*, ano 8, n. 5, p. 47-58, abr., 1995.
- _____. Questões sobre a crise de representatividade dos partidos e dos movimentos sociais. In: *Revista do CHLA/UFAL*. Macéio: CHLA/UFAL, ano 8, n. 9, p. 71-79, 1995.
- VILLAS-BOAS, Renata, TELLES, Vera (Orgs.). **Poder local, participação popular, construção da cidadania**. In: **FÓRUM NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS**. São Paulo: Instituto Pólis/ Instituto Cajamar/ IBASE/ FASE, 1995. 75p
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996. 7p. (aula inaugural no collège de france, pronunciada em 2 de dezembro de 1970)
- _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984. 295p.

- _____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Trad. Maria Thereza da C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1995. 303p.
- FOX, Jonathan. A política e as novas formas de organização camponesa na América Latina. In: NAVARRO, Z. (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, [s.n.], p. 15-29, 1991.
- FRANÇA, Júlia Lessa. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas.** Colaboração de Ana Cristina de Vasconcelos, Stella Maris Borges, Maria de Helena de Andrade Magalhães. 3. ed. rev. aum. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996. 191p.
- FRANCO, Augusto de. **Ação cidadã na realidade política brasileira.** Brasília: Instituto de Política, 1994. 10p. (documento de avaliação da "ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida)
- FREITAS, Geovani Jacó de. **O ser e o ter: camponeses, práticas tecnológicas e políticas - um estudo em Lagoa Seca - Paraíba.** Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande - PB, 1993. 190p.
- FURTADO, Paulo, GOIÁS, Jussara de . **Orçamento Público: desvendando a caixa preta. Subsídio INESC.** [Rio de Janeiro]: INESC, 1994. 12p.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e luta pela moradia.** São Paulo: Loyola, 1991. 190p.
- _____. **História dos movimentos sociais e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros.** São Paulo: Loyola, 1995. 213p.
- _____. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997. 383p
- GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo.** 3. ed., São Paulo: Brasiliense, [s.d.], 229p.
- GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** 4. ed., Petrópolis: Vozes, 1996. 328p.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Políticas da Teoria.** In: _____. **Pós-Modernismo e Política.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p.7-15.
- HUYSSSEN, Andreas. **Mapeando o pós-moderno.** In: Hollanda, Heloisa Buarque (Org.). **Pós-Modernismo e Política.** Rio de Janeiro, Rocco, 1992. p. 15-81.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ESTATÍSTICAS. Orçamento & Democracia. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, jul. 1993 (a). 8p. (artigos diversos).

_____. Orçamento & Democracia. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, nov. 1993 (b). 12p. (artigos diversos)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 1995-1996. [Rio de Janeiro], IBGE, 1996, CDROM.

_____. Contagem da população, 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997, [s.p.]

JAMESON, Frederic. Periodizando os anos 60. In: Hollanda, Heloisa Buarque. Pós-Modernismo e Política. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 81-127.

JARA, Carlos Julio. A municipalização do desenvolvimento sustentável: o papel, possibilidades e limites dos conselhos municipais. Recife: IICA / PE, 1995. 15p. (publicação avulsa).

JORNAL DA PARAÍBA. Campina Grande: Jornal da Paraíba, 1998 (edições pesquisadas: 15.10.97; 16.10.97; 05.11.97, 13.01.98; 14.01.98; 21.01.98; 30.01.98; 31.01.98; 06.02.98

JUSTINO FILHO, José. A tradição ressignificada: uma leitura da vida sócio-política de Princesa Isabel – PB. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Campina grande – PB. Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1997. 138p.

KLEINEKATHOEFER, Michael, BEZERRA, Maria Lúcia (Orgs.). O poder do município - quem é o dono das prioridades?: os espaços de gestão das cidades e a crise da democracia representativa. Recife: Centro Josué de Castro, 1996. 146p. (Políticas Públicas em Debate, 1)

LACLAU, Ernesto. Democracia e luta socialista na América Latina: entrevista com Ernesto Laclau. In: CHAUI, Marilena et al. A questão da democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.127-138 (estudos latino-americanos, 4).

_____. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais /RBCS, n. 2, v. 1, P. 41-47, out. 1986.

LAGOA SECA. Lei Orgânica Municipal.

LEÃO DE ANDRADE, Ilza Araújo. Políticas e poder: o discurso da participação. São Paulo: AD HOMINEM, 1996. 188p.

- LEITE, Márcia, ABREU, Haroldo. Participação popular e hegemonia: desafios da política municipal. In: *Proposta*, n. 54, p. 35-41, ago. 1992.
- LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991. 285p.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. 3. ed. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, 123p.
- MARSIGLIA, A. S. Javier. Desarrollo y gestión local: temas y actores en un escenario cambiante. In: *Revista Prisma de la Universidad Católica del Uruguay*. Montevideo: Centro Latinoamericano de Economía Humana - CLAEH, [s. d.], [s.p.].
- MICHILES, Carlos et al. *Cidadão constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 414p.
- MOISÉS, José Álvaro. Democratização e cultura política de massas no Brasil. In: *Lua Nova*: São Paulo: CEDEC, n. 26, p.5-51, 1992.
- MOREIRA, Orlandil de Lima. *O sindicato e a usina: redefinindo relações no poder local*. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, Departamento de Filosofia e Ciências Sociais, 1997. 21p. (mimeo.)
- NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar no Brasil: questões metodológicas. *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, n. 2/3, v. 25, p. 21-36, mai-dez, 1995.
- _____. *Pluralismo cultural e mediações sociais*. Rio de Janeiro: UFF. Paper apresentado no APIPSA – Nordeste, Recife, 1997. 20p. (mimeo.).
- NOVAES, Carlos Alberto Marques. Dinâmica institucional da representação: individualismo e partidos na câmara dos deputados. *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n. 38, p. 99-147, 1994.
- O NOVO município: economia e política local. *Revista da Fundação SEADE*, v. 10, n.3, jul-set. 1996. (São Paulo em Perspectiva).
- O'DONNELL, Guillermo. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais. *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n.36), p. 123-145, jul. 1993.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso & leitura*. São Paul: Cortez / UNICAMP, 1988. 118p. (Coleção passando a limpo)
- _____. *Terra à vista: discurso do confronto-velho e novo mundo*. São Paulo : Cortez / UNICAMP, 1990. 260p. (estudos de linguagem, 5)

- PAIXÃO, Clodoaldo Almeida da. **O lugar da representação dos processos na teoria social: os "movimentos sociais" como objeto historiográfico.** Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande – PB, 1998. 167p.
- PELLIZZARI, Deoni. **A grande farsa da tributação e da sonegação. Tributação e ideologia.** Petrópolis: Vozes, p. 87-109, [s.d.]
- PETERSEN, Paulo. **Participação e desenvolvimento agrícola: uma visão estratégica com ênfase na etapa do diagnóstico.** [s.l. : s.n.], 1996, 14p. (mimeo.).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SECA. **Lagoa Seca, PB. Plano de Governo: por uma Lagoa Seca melhor,** 1996. 4p.
- PROGRAMA DE APLICAÇÃO DE TECNOLOGIA APROPRIADA ÀS COMUNIDADES. **Planejamento Estratégico: 1995 a 2000.** [s.l. : s.n.] .10p.
- PROPOSTA. **Cidadania e políticas públicas.** Rio de Janeiro: FASE, n. 59, dez. 1993.
- PROPOSTA. **Administrações populares: experiências de educação popular.** Rio de Janeiro: FASE, n. 45, ago. 1990. 52p.
- RESTREPO, Luis Alberto. **A relação entre a sociedade civil e o Estado: elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina.** *Tempo Social.* São Paulo, v. 2, n. 2, p.61-100. 1990.
- RAMALHO, José Rodorval. **ONGs na Paraíba: as bases da ação propositiva.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 1996. 157p.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** São Paulo: Estação Liberdade, 1989. 304p.
- _____. **Novas figuras do caos: mutações da subjetividade contemporânea.** Fortaleza, [s.n.], 1997.10p. (encontro regional da ANPOCS).
- SANTOS, Maria Helena de Castro, MACHADO, Máximo. **O Jogo orçamentário da união: relações executivo-legislativo na terra do pork-barrel.** In: Encontro Anual da ANPOCS, 19, Caxambú-MG, 1995. Anais... Caxambú-MG:ANPOCS, 1995. 39p.
- SECRETARIA DA SAÚDE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL, Lagoa Seca, 1997. **Relatório da secretaria da saúde trabalho e ação social,** 1997. 3p.

- SEMANA SOCIAL BRASILEIRA, 2, Brasília, 1944. 124p. (Instrumento de Trabalho).
- SEMI-ÁRIDO PARAIBANO. Semi-árido paraibano: que tipo de desenvolvimento queremos ? Lagoa Seca, PB, [s.n.], 1994. 87p.
- SHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: UFSC, 1984. [140p.]
- _____. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola; Rio de Janeiro: Centro João XXIII, 1993. 143p. (Coleção Estudos Brasileiros, 1).
- _____, KRISTHKE, Paulo J. (Orgs.). Uma revolução no cotidiano? Os movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987. [150p.]
- SILVA, Ana Amélia da Silva. Agendas sociais, espaços públicos e direitos de cidadania. In: Encontro Anual da ANPOCS, 20, Caxambu - MG, 1996. Anais... Caxambú-MG:ANPOCS, 1996. 19p.
- SINDERSK, Pablo. Agricultura familiar: uma opção para o Brasil – subsídios para o debate sobre um programa de governo progressista para o campo. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994, 20p (textos para debate, 53)
- SINGER, Helena. A genealogia como procedimento de análise. In: Escritos: Michel Foucault. São Paulo: FFCLH-USP, V. 1, p.17-27, 1994.
- SOARES, José Arlindo. Mudanças e impasses na gestão das grandes cidades no Brasil (1986-1996). Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 1996. 321p.
- SOLER, Salvador. Poder local e participação popular. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992. 112p.
- SOLA, Lourdes. Estado, reforma fiscal e governabilidade democrática: qual Estado? Novos Estudos. São Paulo: CEBRAP, n. 38, p.189-205, mar. 1994.
- SOUZA, Herbert José de. Notas sobre a questão atual da democracia no Brasil. In: CHAUI, Marilena de Souza. A questão da democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, n.4, p. 99-125 (estudos latino-americanos, 4)
- SOUZA SANTOS, Boaventura de. O social e o político na transição pós-moderna. Lua Nova. São Paulo: CEDEC, n. 31, p.181-207, mar. 1994.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Participação popular e poder local: um exercício de cidadania. Caderno CRH, [s.n.:s.l.], n.18, jan./ jun. 1993.

- _____. Organizações populares e poder local. Salvador, jun., 1994 (a). (mimeo).
- _____. Ações coletivas e poder local: um mapeamento. Caderno CEAS, Salvador, [s.n], n.154, nov./ dez., 1994 (b).
- _____. Dilemas atuais na elaboração e execução do orçamento público municipal. jul., 1995 (a). 13p.(mimeo.)
- _____. Orçamento municipal: uma proposta metodológica de participação. Brasília:INESC, set., 1995 (b). (mimeo)
- TEMPO E PRESENÇA, Rio de Janeiro: CEDI, n. 287, mai./jun. 1996 (poder local: espaço para a cidadania).
- TOURAINÉ, Alain. Crítica da modernidade. 3. ed. Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1995. 431p.
- VAZ, José Carlos. 50 dicas: idéias para a ação municipal: propostas e experiências em gestão de políticas públicas. São Paulo: Pólis, 1996. 128p. (Publicações Pólis, 24)
- VITA, Álvaro. O lugar dos direitos na moralidade política. Lua Nova. São Paulo: CEDEC, n. 30, p. 5-34, 1993.
- VON DER WEID, Jean Marc. AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. Roteiro do DRPA - Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas. 1991. 33p (publicação avulsa)
- _____. Metodologia de Diagnóstico Rápido Participativo de Agroecossistemas - DRPA. Rio de Janeiro:AS-PTA, 1995. 12p. (mimeo.)
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. In: Reforma Agrária. Campinas: ABRA, n. 2/3, v. 25, p. 37-57, mai/dez, 1995.
- XAVIER, Ismail. Vícios privados, catástrofes públicas. Novos Estudos. São Paulo: CEBRAP, n. 39, p.67-95, jul. 1994.

ANEXO 1

PESQUISA – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Como os agricultores se constituem em sujeitos?
 - O que significa ser cidadão em Lagoa Seca
 - Como a experiência da proposição é pensada e vivida
 - Quais as referências que orientam o mapeamento conceitual: idéias, opiniões, supostos que orientam as práticas, formulação do discurso.
2. Um olhar sob o "lar" – a família, filhos, preocupações, alegrias, lazer...
3. As inserções – quem participa e de quê (tipo de organização, quantas pessoas envolvidas (direta e indiretamente), função, leitura sobre o grupo – principais problemas, contribuições, desafios.
4. Trabalho – quem trabalha na família – o que faz e onde (na casa, no roçado, na cidade)
5. O discurso propositivo:
 - Agenciamentos conjunturais
 - Como são mantidas as imagens e representatividade do dirigente sindical e do sindicato? Como mantêm sua legitimidade
 - Ter presente o caminho feito pelo diagnóstico: principais problemas, prioridades e proposições
 - Principais problemas do dirigente – avaliação que faz da "base": participação, convocação, tipo de discurso, processo de negociação – o que se transforma em propostas, quem são os destinatários das propostas...etc.
 - O diagnóstico rápido participativo de agroecossistemas – DRPA

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO PESQUISA DE CAMPO⁷⁷

Lagoa Seca - Caracterização dos Informantes

NOME: _____

IDADE _____

ESTADO CIVIL _____

SEXO

 Masculino Feminino

5. NATURALIDADE _____

6. QUANTO TEMPO MORA EM LAGOA SECA _____

NO QUE SE REFERE A PRODUÇÃO:

Tamanho da terra: _____

Tipos de cultivos (principais culturas):

8. NO QUE SE REFERE A FAMÍLIA:

Filhos: _____ Idade: _____ Sexo: M () F ()

Trabalho:

(profissões): _____

9. NO QUE SE REFERE A PARTICIPAÇÃO:

Participa de algum grupo? Sim () Não ()

Qual? _____

⁷⁷ Pequeno Questionário. Objetivo: complemento de informações.

1º. (s) grupo (s) que
participou? _____

Participou ou participa de alguma experiência de igreja?

Sim () Não ()

Qual? _____

OBS: Segundo o DRPA - Diagnóstico Rápido Participativo, se inscrevem como:

Agricultor de Roçado: ()

Agricultor de Roçado bem Pequeno ()

Agricultor de Roçado Comum ()

Agricultor de Roçado Diversificado ()

Verdureiro: ()

Verdureiro de Inverno ()

Verdureiro do Ano Todo ()

Fruticultor: ()

Plantador de Banana de Menor condição ()

Plantador de Banana de Melhor condição ()

Plantador de Laranja de Menor condição ()

Plantador de Laranja de Melhor Condição ()

Observações Gerais

Data: ___/___/___ de 1998.

Anexo 3

AGRICULTOR DE ROÇADO

1- AGRICULTOR DE ROÇADO BEM PEQUENO

Cultiva mandioca e feijão

Áreas menores que 3 hectares

Raramente compra estrume

Pouca mão-de-obra
talvez trabalhe de meia
ou alugado

Muita mão-de-obra:
trabalha de meia ou
alugado

Dificuldade de comprar animais

Pouca forragem

A principal renda não é agrícola

2- AGRICULTOR DE ROÇADO COMUM

Cultiva mandioca, feijão, batata-
doce, cria animais

Tem mais de 3 hectares

Cultiva roçados maiores

Compra pouco estrume

Pouca mão-de-obra: dá
área de meia ou contrata

Muita mão-de-obra:
não contrata

Consegue comprar animais

Tem mais forragem

3- AGRICULTOR DE ROÇADO DIVERSIFICADO

Planta batatinha, mandioca,
feijão, batata doce e cria animais

Tem mais de 3 hectares

Compra muito estrume

Contrata mão-de-obra
quando tem pouca

Não trabalha de meia

Condições de comprar animais

Média produção de forragem

O mais capitalizado dos
agricultores de roçado

Já pediu empréstimo ao
banco

Anexo 4

VERDUREIRO

**4- VERDUREIRO DE
INVERNO**

Tem roçado, fruta e pomar

Pouca água

Tem outra fonte de renda

**5- VERDUREIRO DO
ANO TODO**

Tem água a maior parte do ano

Não trabalha alugado

Compra muito estrume

Contrata mão-de-obra

Pode ceder área de meia

Principal renda vem da verdura

Anexo 5

FRUTICULTOR

6- PLANTADOR DE
BANANA DE MENOR
CONDIÇÃO

Área menor

Não aduba todo ano

Pode trabalhar para os outros
(minoria)

Demora mais para cortar a
banana

7- PLANTADOR DE
BANANA DE
MELHOR CONDIÇÃO

Área maior

Compra adubo
(bota quase todo ano)

Contrata mão-de-obra

Tem transporte

8- PLANTADOR DE
LARANJA DE MENOR
CONDIÇÃO

Tem que comprar muda

Não aduba

So vende na CEASA
(vende pingado)

9- PLANTADOR DE
LARANJA DE
MELHOR CONDIÇÃO

Tem água por isso produz muda

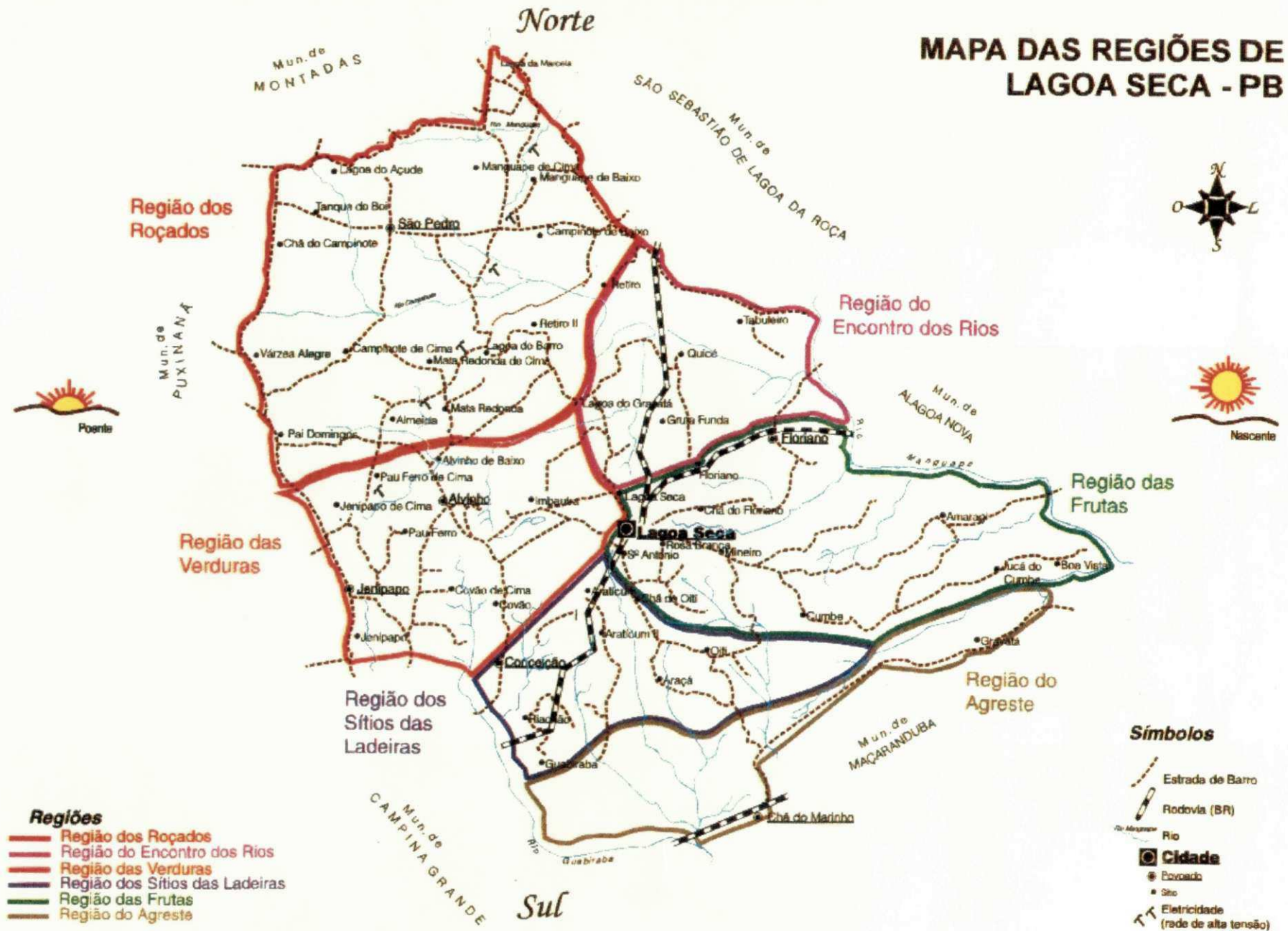
Vende muda

Pode adubar

Tem transporte (a maioria)

Anexo 6

MAPA DAS REGIÕES DE LAGOA SECA - PB



Anexo 7

**Propostas retiradas pelos agricultores no Seminário de Conclusão do Diagnóstico
- Lagoa Seca -**

TIPO DE AGRICULTOR	AGRICULTOR DE ROÇADO	FRUTICULTOR	VERDUREIRO
PROPOSTAS JUNTO AO PODER PÚBLICO	Financiamento de estrume principalmente para o agricultor de roçado bem pequeno	Financiamento de estrume	
	Construção de Barragens e Açudes	Construção de pequenas barragens	Construção de Barragens Coletivas, identificando áreas melhores e necessárias
	Melhorar e transformar a energia em trifásica		Identificar onde precisa melhorar rede de energia elétrica (de monofásica para trifásica)
EXPERIMENTAÇÃO DE NOVAS PROPOSTAS COM OS AGRICULTORES	Divulgar informações sobre e experimentar : * adubação verde * plantio com valetas * aproveitamento do roçado * faixas de cana * plantio atravessado * revezamento de plantio * formas de colocar estrume	Árvores no bananal	Testar o DIPEL (inseticida biológico) para controle da praga do repolho
	Diversificação: Banco de semente de inhame		

Como orientação geral do Seminário foi tirada a proposta de divulgar as discussões e os resultados do Diagnóstico de Lagoa Seca